



República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLII — Nº 1

SEGUNDA-FEIRA, 2 DE MARÇO DE 1987

CAPITAL FEDERAL

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 1^a SESSÃO CONJUNTA, EM 1º DE MARÇO DE 1987

Sessão solene destinada à instalação dos trabalhos da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quadragésima Oitava Legislatura.

Ata da 1^a Sessão Conjunta, em 1º de março de 1987

1^a Sessão Legislativa Ordinária da 48^a Legislatura

Presidência do Sr. Humberto Lucena

ÀS 10 HORAS ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

— Mário Maia — Aluízio Bezerra — Nabor Júnior — Leopoldo Perez — Carlos de Carli — Fábio Lucena — Odacir Soares — Ronaldo Aragão — Olavo Pires — Hélio Gueiros — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Edison Lobão — João Lobo — Chagas Rodrigues — Hugo Napoleão — Virgílio Távora — Cid Saboia Carvalho — Mauro Benevides — José Agripino — Lavoisier Maia — Marcondes Gadelha — Humberto Lucena — Raimundo Lira — Nivaldo Machado — Antônio Farias — Mansueto de Lavor — Divaldo Suruagy — Francisco Rollemberg — Lourival Baptista — Jutahy Magalhães — Ruy Bacelar — José Ignácio Ferreira — Gerson Carnato — João Calmon — Jamil Haddad — Itamar Franco — Ronan Tito — Fernando Henrique Cardoso — Mário Covas — Iram Saraiva — Irapuá Costa Junior — Pompeu de Souza — Maurício Corrêa — Meira Filho — Lourenberg Nunes Rocha — Rachid Saldanha Derzi — Wilson Martins — Afonso Camargo — José Richa — Iam Bonato — Dirceu Cameiro — Carlos Chiarelli — José Paulo Bisol.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Maranhão

Costa Ferreira — PFL; Enoc Vieira — PFL; Haroldo Sabóia — PMDB; Jayme Santana — PFL; José Carlos Sabóia — PMDB; Wagner Lago — PMDB.

Plaí

Átila Lira — PFL; Felipe Mendes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Paes Landim — PFL.

Ceará

Aécio de Britto — PDS; Expedito Machado — PMDB; Gidel Dantas — PMDB; Mauro Sampaio — PMDB; Moysés Pimentel — PMDB; Paes de Andrade — PMDB; Raimundo Bezerra — PMDB.

Rio Grande do Norte

Iberê Ferreira — PFL; Vingt Rosado — PMDB.

Rondônia

Assis Canuto — PFL; José Guedes — PMDB; José Viana — PMDB; Raquel Cândido — PFL.

Pará

Arnaldo Moraes — PMDB; Benedicto Monteiro — PMDB; Eiel Rodrigues — PMDB; Gabriel Guerreiro — PMDB.

EXPEDIENTE
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

PASSOS PÓRTO
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
LUIZ CARLOS DE BASTOS
Diretor Administrativo
JOSECLER GOMES MOREIRA
Diretor Industrial
LINDOMAR PEREIRA DA SILVA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Anual	Cz\$ 92,00
Semestral	Cz\$ 46,00

Exemplar Avulso: Cz\$ 2,00

Tiragem: 2.200 exemplares.

Paraíba

Agassiz Almeida — PMDB; Aluizio Campos — PMDB; Edme Tavares — PFL; João Agripino — PMDB; João da Mata — PFL.

Pernambuco

Egídio Ferreira Lima — PMDB; Gonzaga Patriota — PMDB; Inocêncio Oliveira — PFL; José Moura — PFL; José Tinoco — PFL; Maurilio Pereira Lima — PMDB; Nilson Gibson — PMDB; Salatiel Carvalho — PFL.

Alagoas

José Costa — PMDB.

Sergipe

Acival Gomes — PMDB; Cleonâncio Fonseca — PFL; José Queiroz — PFL

Bahia

Ângelo Magalhães — PFL; Carlos Sant'Anna — PMDB; Fernando Santana — PCB; França Teixeira — PMDB; Jairo Cameiro — PFL; João Alves — PFL; José Lourenço — PFL; Mário Lima — PMDB; Prisco Viana — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Uldurico Pinto — PMDB; Virgildálio de Senna — PMDB.

Espírito Santo

Nyder Barbosa — PMDB; Rita Camata — PMDB.

Rio de Janeiro

Amaral Netto — PDS; Anna Maria Rattes — PMDB; Arolde de Oliveira — PFL; Daso Coimbra — PMDB; Jorge Leite — PMDB.

Minas Gerais

Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; Melo Freire — PMDB; Sérgio Werneck — PMDB.

São Paulo

Antonio Perosa — PMDB; Cunha Bueno — PDS; Fernando Gasparian — PMDB; Francisco

Amaral — PMDB; Francisco Rossi — PTB; Gastone Righi — PTB; Manoel Moreira — PMDB; Mendes Thame — PFL; Roberto Rollemberg — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PC do B; Antônio de Jesus — PMDB; Délio Braz — PMDB; Jalles Fontoura — PFL; José Freire — PMDB; Lúcia Vânia — PMDB; Mauro Miranda — PMDB; Naphtali Alves — PMDB; Nion Albernaz — PMDB; Pedro Canedo — PFL; Siqueira Campos — PDC.

Distrito Federal

Augusto Carvalho — PCB; Francisco Cameiro — PMDB; Geraldo Campos — PMDB; Jofran Frejat — PFL; Maria de Lourdes Abadia — PFL; Sigmarinha Seixas — PMDB; Valmír Campelo — PFL

Mato Grosso do Sul

Plínio Martins — PMDB; Saulo Queiroz — PFL

Paraná

Alceni Guerre — PFL; Euclides Scalco — PMDB; José Tavares — PMDB; Maurício Fruet — PMDB; Neilton Friedrich — PMDB.

Santa Catarina

Antônio Carlos Konder Reis — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Vilson Souza — PMDB.

Rio Grande do Sul

Adylson Motta — PDS; Amaury Müller — PDT; Antônio Britto — PMDB; Amaldo Prieto — PFL; Hilário Braun — PMDB; Mendes Ribeiro — PMDB; Osvaldo Bender — POS; Paulo Mincarone — PMDB.

Amapá

Raquel Capiberibe — PMDB.

Roraima

Chagas Duarte — PFL; Marluce Pinto — PTB; Ottomar Pinto — PTB.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) —
Está aberta a sessão. Declaro instalados os trabalhos da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Oitava Legislatura. (Pausa.)

(É executado o Hino Nacional nas galetas.
A tropa, no exterior, presta as continências de estilo. É hasteada a Bandeira Nacional nos mastros das duas Casas.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Encontra-se presente, na Casa, S. Ex^a o Sr. Ministro Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Dr. Marco Antônio de Oliveira Maciel, portador da Mensagem Presidencial.

Solicito aos Srs. Líderes de Partido que acompanhem S. Ex^a ao plenário, conduzindo-o até à Mesa. (Pausa.)

(S. Ex^a comparece, faz a entrega da Mensagem e vai ocupar o lugar que lhe está reservado no plenário).

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Honra-nos com sua presença o Sr. Moreira Alves, Presidente do Supremo Tribunal Federal, a quem convidou para compor a Mesa. (Palmas.)

(SUA EXCELENCIA TOMA ASSENTO À ESQUERDA DO SR. PRESIDENTE HUMBERTO LUCENA)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — O Sr. 1º-Secretário irá proceder à leitura da Mensagem Presidencial.

É lida a seguinte

MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL

Srs. Membros do Congresso Nacional,

Pela segunda vez, no exercício de meu mandato, cumpro o mandamento constitucional de dar contas ao Congresso Nacional da situação do País. Faço-o, consciente das graves responsabilidades que pesam sobre o nosso destino, neste momento de profundas transformações.

Reposam hoje nos integrantes da Legislatura que ora se instala, em sua condição de depositários soberanos do Poder Constituinte, as esperanças e as expectativas de toda a Nação. O trabalho de elaboração constitucional, apenas iniciado, há de resgatar para a sociedade brasileira os valores permanentes das modernas democracias: uma ordem política estável e participativa, uma ordem social calcada nos princípios da solidariedade, da justiça e da liberdade.

cade e uma ordem econômica mais justa e sem discriminações. Como Presidente da República, e como cidadão, tenho a certeza de que a tarefa de reordenação institucional há de merecer de V. Ex^a a dedicação que sua relevância exige e o devotamento que suas repercussões impõem. O Poder Executivo, atento à importância de que se reveste essa nobre missão, tem sua visão histórica da Assembléia Nacional Constituinte, responsável por um novo pacto social democrático, duradouro e justo.

Para esses objetivos, contribuiu, na medida de seus compromissos públicos, o Governo da Nova República. A decisão de convocar a Assembléia foi precedida do estabelecimento da liberdade de organização partidária, da concessão do direito de voto aos analfabetos e da concessão de autonomia política aos Municípios das Capitais e aqueles considerados de interesse da segurança nacional. Modernizou-se a legislação eleitoral e se efetuou o mais amplo recadastramento de eleitores de que se tem notícia na história política do País. Foram mudanças que alteraram de forma ampla e significativa todo o panorama político-eleitoral brasileiro, permitindo que número jamais alcançado de partidos, eleitores e candidatos participassem do mais livre pleito já ocorrido em nossa evolução política.

Foram momentos de verdadeira comunhão nacional, e de seu significado diz bem a particularidade de terem sido os constituintes escolhidos no mais concorrido de quantos pleitos já se verificaram no País. Este clima de intensa e inédita participação popular, no entanto, não teria sido possível, se não vivéssemos um processo de transição pacífico e sem confrontos, sem que o estado de direito sofresse qualquer abalo.

Por esta razão, os demais Poderes da República têm claras e definidas responsabilidades para com a normalidade do processo constituinte, entregue ao poder soberano de V. Ex^a, para dar ao País uma nova Constituição, quando a Nação se aproxima do centenário da República.

Foi com esse objetivo de preservar a normalidade e a estabilidade desse processo que tomei medidas da mais ampla repercussão para a política econômica do Governo, decretando a suspensão, por tempo indeterminado, do pagamento do serviço de nossa dívida externa. Ao contrário dos que afirmam resultar essa iniciativa da emergência de nossas dificuldades internas, posso assegurar que este foi um ato soberano de um País soberano, no pleno exercício de sua soberania.

A importância e o significado desta decisão não podem ser contestados, à medida que ela representa a defesa de nossos interesses, como Nação. E, na preservação dos interesses do País, não permitirei que nos sujeitarmos a quaisquer outras conveniências, por mais relevantes e legítimas que sejam. Consumei este ato com os olhos postos no futuro. Mas nem por isso consentirei que, em seu nome, hipotequemos os direitos e as expectativas das atuais gerações.

O Brasil tem uma tradição de respeito e acatamento a seus compromissos. Em mais de um século e meio de vida independente, necessitamos, ocasionalmente, de nos valer desse recurso, sem que jamais tivéssemos deixado de honrar a nossa dívida. Nem este é o nosso intento. O que não podemos, como já afirmei no discurso renunciado ante a Assembléia Geral das Nações Unidas, em setembro de 1985, é pagar a dívida externa, com recessão, desemprego e fome.

A despeito de todas as dificuldades, geramos, no ano passado, o terceiro saldo comercial do mundo, colocando-nos, logo após o Japão e a

Alemanha Ocidental, com um superávit de 9,5 bilhões de dólares. Em decorrência dos elevados compromissos financeiros da dívida externa, no entanto, o País fechou o ano com um déficit, em conta corrente, de 2,8 bilhões de dólares. Só graças às reservas internacionais conseguimos cumprir nossos compromissos internacionais, chegando, ao fim de 1986, com um estoque de divisas da ordem de 7 bilhões de dólares.

Era meu dever, em face da deterioração dos termos de nossas trocas comerciais, preservar os recursos que nos assegurasse a continuidade de nossa vida econômica, pressuposto indispensável à renegociação das condições de amortização de nossa dívida, como sempre fizemos no passado.

O Brasil teve, nos últimos dez anos, o maior crescimento do Produto Interno Bruto, entre as dez maiores economias do mundo. A taxa de crescimento do Produto Interno Bruto, em 1986, mostra a excepcional marca de 7,7%. A renda per capita acumulada, nos últimos dois anos, cresceu 11,5%. O Produto Industrial aumentou, no ano passado, 12%. As atividades de comércio e comunicações atingiram taxas de 13 e 17%, respectivamente. Em face deste desempenho, torna-se impatriótico infundir no País apreensão, ou olhar com desconfiança o seu futuro.

O Governo adotou uma decisão arraigada, com a experiência do passado e calcada nas expectativas de nosso futuro. Ela não é fruto de imposição de circunstâncias sobre as quais não temos domínio, nem se baseia em dificuldades que não possamos superar.

Há, entre os permanentes questionadores da gestão econômica, os que apontam, monotonia, para as mesmas causas e não se cansam de acusar a omissão do Governo em conter os seus próprios excessos, vendo, no déficit público, a razão de todos os males e a raiz de todos os problemas. A esses é preciso responder com a evidência incontestável dos números e com a medida exata de nossos esforços. O déficit público, que, em 1985, foi de 4,3% do PIB, caiu, em 1986, para 2,9%. O excepcional crescimento da receita, graças à retomada do desenvolvimento e à adoção de medidas fiscais, tornou possível encerrar o exercício com déficit de caixa do Tesouro Nacional, da ordem de 106 bilhões de cruzados, significativamente menor do que todas as estimativas iniciais. Com estes resultados, torna-se impossível falar em omissão ou acusar o Governo de não fazer os ajustamentos internos necessários.

Aos que desejam ver, nas conquistas do Plano Cruzado, a efêmera vitória de um simples momento de euforia, é conveniente lembrar que a variação anual do nível de preços, que atingiu, em 1985, a taxa de 233,7%, e que, no início de 1986, apontava para uma expectativa de cerca de 500%, graças às medidas de ajustamento e ao Programa de Estabilização Econômica, declinou para 62,4% — uma das menores taxas dos últimos dez anos. Quem, em tais circunstâncias, ousará dizer que o Programa de Estabilização Econômica não deu certo, ou não reverteu as expectativas inflacionárias que ameaçavam invadir a economia brasileira?

Srs. Congressistas,

Na Mensagem em que me dirigi a V. Ex^a, em março de 1986, afirmei, serena e conscientemente, que neste País não há lugar para pessimismo. Com a mesma serenidade, posso dizer, hoje, que tomamos o destino em nossas mãos e que vamos continuar a construir, trilhando a senda do progresso, do crescimento auto-sustentado e da redução das injustiças sociais. Não sucumbiremos

à recessão, não nos deixaremos abater pela adversidade, nem seremos vencidos pelo derrotismo.

Tenho consciência de nossos compromissos e de nossa destinação histórica. Temos todos a exata dimensão de nossa grandeza. Sabemos de que somos capazes e não temos por que temer os atos conscientes que adotarmos em defesa de nossos interesses, de nossa soberania e das opções que, deliberadamente, fizemos.

Os atos do Poder Executivo têm sido pautados no pressuposto de que a paz social, o entendimento e a normalidade institucional são requisitos indispensáveis para que a Assembléia Nacional Constituinte trabalhe com sabedoria e tranquilidade, consumando o fecundo debate de que há de resultar a solução de grande parte de nossos problemas.

A obra de conciliação nacional que empreendemos, e na busca da qual não esmoreço, não se completará, no entanto, enquanto não criarmos os instrumentos capazes de erradicar a miséria e de superar as diferenças internas de renda e de fruição coletiva dos benefícios comuns. Por isso, tenho persistido na busca incessante dos meios que nos assegurem os investimentos de que carecemos e que se tornam inadiáveis para alcançarmos o desenvolvimento, objetivo de tantas gerações. Os ajustamentos promovidos no Programa de Estabilização Econômica, em 1986, tiveram o salutar propósito de assegurar recursos para materializarmos as metas do Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República. O Fundo Nacional de Desenvolvimento vai assegurar aplicações estimadas em 120 bilhões de cruzados, apenas em 1987.

Continuamos empenhados em ampliar as bases sociais de nosso desenvolvimento. Por isso, o Governo continua a dar à opção social, proclamada desde o início da Nova República, a condição de prioridade nacional. Se, de um lado, estamos contemplando, com substanciais recursos, setores vitais, como o de energia, transporte e produção de alimentos, continuamos, por outro, no esforço de prosseguir assegurando recursos para as áreas de educação, saúde e formação de recursos humanos. As inversões em ciência e tecnologia serão intensificadas, criando condições para que o País supere, definitivamente, a dependência tecnológica, que é um dos pontos de estrangulamento de nossa independência econômica.

O Governo confia em que, criadas as bases da estabilidade política e institucional do País, a sociedade há de responder prontamente ao esforço de recuperação econômica em que estamos empenhados. Temos que aumentar a poupança interna, que declinou, acentuadamente, nos últimos dez anos, criando as bases de um ajustamento sem recessão, sem desemprego e sem perda dos ganhos reais do salário. Estancada a sangria que debilita o organismo nacional, haveremos de criar condições para que o serviço da dívida seja apenas um encargo e um compromisso, e não um fator de estrangulamento do nosso desenvolvimento.

Com estas convicções é que me dirijo a V. Ex^a, no instante da abertura dos trabalhos desta Legislatura, na certeza de que, juntos, continuaremos a empreender as tarefas reclamadas pela Nação: consolidar o projeto democrático e promover um processo orgânico e justo de desenvolvimento nacional.

Brasília, 1º de março de 1987. — José Sarney.

I. A ECONOMIA BRASILEIRA E A POLÍTICA ECONÔMICA

1. DESEMPENHO GLOBAL DA ECONOMIA EM 1986 E PERSPECTIVAS PARA 1987

Crescimento e Inflação

O desempenho da economia brasileira em 1986 foi o reflexo dos compromissos assumidos pela Nova República desde o início deste Governo: rejeição à recessão e ao desemprego como meio de combate à inflação; combate à pobreza e maior equidade na distribuição da renda; postura independente e responsável na negociação da dívida externa.

Mais uma vez conseguimos situação ímpar em termos mundiais, com uma taxa de crescimento do produto de 7,7%. O crescimento da renda per capita acumulado nos dois últimos anos ultrapassou 11,5%. Esse excelente resultado foi obtido a despeito da queda significativa do produto agrícola, em razão de condições climáticas adversas. O produto industrial cresceu cerca de 12%, destacando-se ainda as atividades de comércio e comunicações, que atingiram taxas de 13% e 17%, respectivamente.

No setor industrial, ressalta-se o desempenho do segmento de bens de capital, que cresceu 23% em 1986. A retomada do investimento nesse ano, na esteira do próprio processo de crescimento, elevou a formação de capital fixo para uma proporção de 19% do Produto Interno Bruto, contra 16,7% em 1985. Essa elevação dos níveis de investimento não foi, contudo, generalizada. De um lado, esteve mais concentrada em modernização de equipamentos e processos do que na ampliação da capacidade produtiva. De outro, atingiu de forma desigual os vários setores, agravando alguns pontos de estrangulamento.

A expansão do mercado interno, impulsionada pelo crescimento acelerado do emprego e dos salários, foi novamente a principal fonte de dinamismo da economia. Assim, manteve-se a tendência de redução do desemprego aberto, que em novembro de 1986 atingiu 2,6%, menos da metade do registrado em 1984.

O ano que passou foi marcado pela reforma no sistema monetário e pela implantação do Programa de Estabilização Econômica com vistas ao controle do processo inflacionário. A variação anual no nível de preços, que atingiu 233,7% em 1985, declinou para 62,4% em 1986. De uma média mensal de 14,5% no primeiro bimestre desse ano, a taxa média de inflação caiu para 2,3% ao mês no período março/dezembro.

Finanças Públicas

Continuou, em 1986, o esforço de ajuste gradual e sistemático das contas públicas, orientado de forma a não afetar o ritmo de expansão da economia.

Em função de ações específicas na área orçamentária, de medidas de ajuste tomadas a partir do Programa de Estabilização, e do próprio desempenho da economia, o déficit público caiu de 4,3% do PIB em 1985 para 2,9% em 1986. O crescimento da receita tornou possível encerrar o exercício com um déficit de caixa do Tesouro Nacional da ordem de Cr\$ 106 bilhões, bem abaixo das estimativas iniciais.

Anecessidade de aumentar a transparência das contas públicas, e ao mesmo tempo garantir

maior eficiência e controle da execução orçamentária, determinou a adoção de uma série de medidas. Destacam-se entre elas: a inclusão de todas as despesas de responsabilidade do Tesouro Nacional num único documento — o Orçamento Geral da União; a criação da Secretaria do Tesouro Nacional, que passou a centralizar toda a liberação de recursos; e a extinção da Conta Movimento do Banco do Brasil, que, na prática, permitiu a realização de despesas não previstas no orçamento.

A receita dos estados e dos municípios também acusou bom desempenho, em consequência do aumento das transferências e da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM). As empresas estatais, por sua vez, compensaram a falta de recursos próprios, ante a defasagem dos preços e tarifas, com cortes seletivos nos gastos. O Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS), a exemplo de 1985, manteve um superávit orçamentário graças, principalmente, ao crescimento da massa salarial.

Contas Externas

O comportamento das contas externas é longo de 1986 foi marcado por dois períodos distintos: no primeiro semestre a balança comercial registrou saldos continuamente crescentes; no segundo, a tendência foi no sentido oposto. A queda nos saldos comerciais observada na segunda metade do ano deveu-se a uma redução no ritmo das exportações, sem que houvesse diminuição correspondente do lado das importações.

Diversos fatores explicam o comportamento da balança comercial a partir de agosto de 1986. Em primeiro lugar, o crescimento do salário real no setor industrial provocou uma evolução desfavorável da relação câmbio/salário. O aquecimento da demanda implicou redução dos excedentes exportáveis e elevação das importações face à necessidade de regularizar o abastecimento interno e a oferta de insumos industriais. Da mesma forma a retomada dos investimentos gerou forte demanda por importações de bens de capital destinados à modernização industrial.

Mesmo diante dessas dificuldades conseguiu-se atingir um superávit comercial de US\$ 9,5 bilhões, apenas superado, em termos mundiais, pelo Japão e Alemanha Ocidental. Porém em decorrência dos elevados compromissos financeiros da dívida externa o país fechou o ano com um déficit em conta corrente de US\$ 2,8 bilhões.

Quanto à renegociação da dívida externa, a boa receptividade do Programa de Estabilização pela comunidade financeira internacional possibilitou ao Governo um acordo favorável de refinanciamento das amortizações devidas em 1985/86, com substituição da taxa de juros de referência, redução dos spreads e supressão das comissões cobradas antecipadamente. Conseguiu-se, também, a prorrogação por mais um ano das linhas comerciais e interbancárias de curto prazo.

Perspectivas para 1987

As medidas corretivas adotadas pelo Governo ao final de 1986 visaram reconduzir a economia ao seu padrão de crescimento sustentável a longo prazo. Em 1987 a economia brasileira deverá crescer entre 5% e 6%. Existem condições objetivas para tanto e todas as políticas estarão orientadas nesse sentido. A desaceleração relativa do setor industrial, após um ano de intenso crescimento, será compensada pelo desempenho esperado do setor agrícola, que deverá expandir-se a uma taxa bastante elevada, próxima dos 9%.

As estimativas para 1987 indicam uma excelente safra agrícola, da ordem de 64 milhões de toneladas de grãos. Associada à definição de regras estáveis para o realinhamento de preços e salários, a produção recorde esperada para o setor agrícola deverá contribuir positivamente para progressos adicionais no combate à inflação.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), cujo total de aplicações em 1987 atingirá Cr\$ 120 bilhões, viabilizará investimentos públicos em siderurgia, energia elétrica, insumos básicos, infra-estrutura de transporte e telecomunicações. Prevê-se, ainda, o aporte de recursos ao setor privado para desenvolvimento industrial, agroindústria, infra-estrutura agrícola e projetos tecnológicos.

A continuidade da política de redução gradual do déficit público, portanto, não prejudicará as prioridades estabelecidas no Plano de Metas nem os gastos na área social. As iniciativas já implementadas, aliadas ao controle dos gastos correntes não prioritários, irão contribuir significativamente para o aumento da poupança do setor público no decorrer de 1987.

As receitas orçamentárias da União, dos estados e municípios deverão beneficiar-se do realinhamento dos preços de produtos sujeitos ao IPI e ao ICM e de elevações nas alíquotas do IOF.

Com relação às empresas estatais, deve-se registrar o enorme avanço obtido com a implementação dos esquemas de saneamento financeiro dos setores elétrico e siderúrgico, através de sua capitalização com recursos do FND e da União. Além disso, o reajuste das tarifas e preços nestes setores deverá proporcionar a recuperação da receita operacional a níveis compatíveis com a programação dos gastos e investimentos.

Na área do SINPAS, embora não se espere crescimento elevado da massa salarial, a receita deverá beneficiar-se dos efeitos do Decreto-lei nº 2.318, de 1986, que eliminou o teto de contribuição das empresas e aumentou em 2,5% a alíquota de referência para o setor financeiro.

No setor externo, a sustentação de política cambial ativa será o principal instrumento para o reequilíbrio do Balanço de Pagamentos e para a manutenção, em nível adequado, das reservas internacionais do País. O resultado favorável alcançado nas negociações com o "Clube de Paris" em janeiro de 1987 — quando se conseguiu refinanciar principal e encargos —, abriu caminho para as renegociações que se processarão ao longo do ano com as instituições financeiras privadas, fortalecendo a posição brasileira. É propósito do Governo conduzir essas negociações de modo a obter rápido retorno do País ao mercado financeiro internacional em condições de normalidade.

2. O PROGRAMA DE ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA

Introdução

Os elevados níveis de inflação que caracterizaram nossa economia até fevereiro de 1986 refletiam, em grande parte, os efeitos da estratégia de ajustamento aos desequilíbrios externos e a existência de mecanismos de indexação generalizada.

O sistema de correção monetária, criado com o objetivo de preservar a função alocaativa do sistema de preços, e de proteger, ainda que imperfeitamente, os agentes econômicos das distorções causadas pela inflação, contribuiu ao mesmo tempo para tornar ineficazes os instrumentos convencionais utilizados no combate ao processo inflacionário.

Ao transmitir automaticamente para o futuro os aumentos de preços ocorridos no passado,

os mecanismos de indexação transformavam-se em importante fonte de realimentação da própria inflação, conferindo-lhe caráter eminentemente inercial. As mudanças nos preços relativos, como por exemplo elevações no preço internacional do petróleo, bruscos realinhamentos do câmbio, ou aumentos temporários nos preços de produtos básicos, em consequência de condições climáticas adversas, tendiam a propagar-se rapidamente para o resto da economia acomodando-se apenas através de elevações do patamar inflacionário.

Dessa forma, ao mesmo tempo em que a indexação tornava a economia extremamente vulnerável aos choques de preço, introduzia uma forte rigidez que impedia a redução dos patamares inflacionários através de medidas de cunho ortodoxo.

Ao recusar a recessão e o arrocho salarial como via de tratamento da questão inflacionária, o Governo apontava para o fato de que apenas um programa centrado na desindexação da economia e na preservação do crescimento econômico seria capaz de reduzir de forma definitiva as taxas de inflação.

Essa diretriz orientou permanentemente suas ações, e, paralelamente às medidas de curto prazo — como o controle de preços e a redução das taxas de juros, destinadas a conter a inflação em limites suportáveis —, foram sendo gestadas ao longo de 1985 as condições necessárias a dar suporte a uma intervenção mais profunda na economia, culminando no Programa de Estabilização Econômica.

Essas precondições visavam à neutralização das fontes primárias do aumento dos preços: déficit público, instabilidade cambial e vulnerabilidade a choques de oferta, especialmente agrícolas.

O déficit público vinha constituindo-se em importante fonte inflacionária, principalmente pela pressão que o Governo exercia nos mercados financeiros. Em dezembro de 1985 o Congresso Nacional aprovou ampla reformulação do sistema tributário brasileiro, consubstanciada na Lei nº 7.450. As medidas ali enfeixadas contemplavam uma recomposição da carga tributária e sua redistribuição, de modo a aliviar a retenção, na fonte, do imposto de Renda sobre o trabalho assalariado e aumentar a tributação sobre rendimentos e ganhos de capital obtidos no mercado financeiro.

Complementarmente a outras medidas já adotadas, destinadas a reduzir e racionalizar os despendos do setor público, o Governo extinguiu a Conta Movimento, retirando do Banco do Brasil sua condição de autoridade monetária e avançando no sentido da unificação do caixa do Tesouro Nacional e, consequentemente, de maior controle da política monetária.

Do ponto de vista do setor externo, o País vinha atravessando um momento extremamente favorável. A execução de uma política cambial agressiva e de apoio às exportações ao longo de 1985 garantiu a obtenção de um superávit médio mensal da ordem de US\$ 1 bilhão. Essa política permitiu a recomposição do nível de nossas reservas e eliminou a possibilidade de surgimento de focos de instabilidade derivados de expectativas de desvalorizações reais do câmbio.

Essa política foi fundamental, também, para que se evitasse, ao final de 1985 e início de 1986, um novo choque agrícola que se delineava em razão da seca que atingiu as principais regiões produtoras. Com a relativa folga cambial desfrutada pelo País, foi possível executar um vultoso programa de importações, que impediu que se materializasse a ameaça de explosão dos preços.

Além dessas, outras iniciativas foram tomadas visando criar condições para a implementação de uma política de estabilização: unificaram-se os índices de correção salarial, monetária e cambial; criou-se o depósito compulsório sobre caderetas de poupança, para aumentar o mercado cativo da dívida pública e diminuir a pressão sobre os juros; e limitou-se o crédito ao consumidor para desacelerar o crescimento da demanda agregada.

Esse conjunto de medidas atacou as fontes primárias da inflação. Faltava, todavia, eliminar seu componente inercial.

Ao final de fevereiro de 1986, absorvida a maior parte do impacto inflacionário do choque agrícola, e com o início dos efeitos do programa de importação de alimentos, decidiu-se implementar o Programa de Estabilização Econômica.

Objetivos e Características

O objetivo básico do Programa de Estabilização Econômica, lançado em 28 de fevereiro de 1986, foi obter uma drástica redução das taxas de inflação sem provocar recessão ou afetar a distribuição de renda.

Os elementos centrais do programa foram: reforma monetária, congelamento de preços, eliminação da maior parte dos mecanismos de indexação e conversão de salários, rendas, contratos e obrigações à nova moeda, segundo mecanismos específicos que garantissem a preservação de seus valores médios reais.

A reforma monetária visou reforçar a confiança na estabilidade da moeda através da criação de um novo padrão monetário, o cruzado, cujo valor inicial foi fixado em Cr\$ 1.000.

Os preços foram congelados aos níveis vigentes em 27 de fevereiro. Para facilitar a fiscalização, o Governo publicou listas de preços máximos e acionou instrumentos legais que garantissem a normalidade do abastecimento. Em economias com elevadas taxas de inflação e indexação generalizada, o congelamento temporário de preços é um dos elementos indispensáveis à redução das expectativas inflacionárias e à preservação do poder de compra dos salários.

Com o fim da indexação generalizada, rompeu-se o processo de realimentação contínua da inflação, provocado pelos aumentos automáticos de preços. A taxa de câmbio, que anteriormente vinha sofrendo desvalorizações diárias, foi fixada em Cr\$ 13,84 por prazo indeterminado. As Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional transformaram-se em Obrigações do Tesouro Nacional, com valor fixado, por um ano, em Cr\$ 106,40. Estabeleceu-se que os ativos financeiros com prazos inferiores a um ano não poderiam ter cláusula de correção monetária. As únicas exceções foram as caderetas de poupança, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e outros fundos de participação dos assalariados (PIS/PASEP). Procurava-se assim eliminar incertezas preservando o valor real da poupança da classe trabalhadora.

A partir da reforma monetária, os haveres e obrigações expressos em cruzeiros passaram a converter-se em cruzados a uma taxa diária de desvalorização de 0,45%, equivalente à inflação esperada do cruzeiro implícita nos contratos com correção prefixada. As obrigações com cláusula de correção pós-fixada foram readjustadas pro rata até o dia 28 de fevereiro, nos termos contratados, sendo então convertidas para cruzados. Sobre elas passou a incidir apenas a taxa de juros.

Tanto os salários, aposentadorias e pensões, como aluguéis e prestações do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) foram convertidos com

base no valor médio real. Para os salários, aposentadorias e pensões, o cálculo do valor médio incidiu sobre um período de seis meses; para aluguéis e prestações do SFH, este período dependeu de cada caso específico: 6 ou 12 meses. Os rendimentos, depois de convertidos de acordo com essas regras, e respeitadas as datas-base de negociações no caso dos salários, foram congelados por um ano.

O tratamento dispensado aos salários no âmbito do Programa de Estabilização revelou não só a preocupação do Governo em preservar a renda anterior dos trabalhadores, mas também em garantir ganhos adicionais: foram concedidos abonos de 8% para os salários em geral e de 16% para o salário mínimo; garantiu-se na época dos dissídios a concessão automática de 60% da variação do Índice de Preços ao Consumidor, ficando os restantes 40% sujeitos à negociação; assegurou-se aos salários reajuste automático integral, a título de antecipação, sempre que a inflação atingisse 20% entre duas datas-base; e, por fim, instituiu-se o seguro-desemprego para os trabalhadores dispensados sem justa causa ou em virtude de paralisação das atividades da empresa.

A manutenção do emprego e do poder de compra dos salários foram, desde o início, componentes essenciais do Programa de Estabilização. Ao romper com os processos que incentivavam cumulativamente a inflação, a especulação financeira e a regressividade das rendas, recuperaram-se as dimensões de uma economia voltada à produção e ao emprego produtivo.

Amaciada e imediata adesão da sociedade brasileira ao "Plano Cruzado", num fenômeno de mobilização popular sem precedentes, refletiu a exaustão a que havia conduzido um processo inflacionário perverso e desumano em seus efeitos. Comprovou também o acerto do caminho escolhido, rejeitando soluções que sempre implicaram sacrifício à grande maioria do povo brasileiro.

Medidas Complementares e Corretivas

Ao ser lançado o Programa de Estabilização Econômica, havia a consciência de que fora desencadeado um processo que deveria ser continuamente administrado. A percepção constante dos problemas, e a busca de soluções rápidas, economicamente adequadas e politicamente aceitáveis, pautaram a ação do Governo no decorrer de 1986.

Uma das primeiras medidas complementares à política de estabilização foi a criação, em março de 1986, das Letras do Banco Central, como um desdobramento natural do processo de desindexação da economia. Com as LBC permitiu-se ao próprio mercado a correção diária e transparente, dos níveis de taxas de juros através do mecanismo de repactuação. Na ausência de indexação institucional automática, as LBC mostraram-se mais adequadas do que os títulos do Tesouro Nacional nas operações de mercado aberto executadas pelo Banco Central.

O esvaziamento dos circuitos de especulação financeira e a eliminação das incertezas que acompanham níveis elevados de inflação abriram espaço para uma intensificação das atividades produtivas. O crescimento do emprego e a elevação dos salários reais conduziram a uma rápida expansão do consumo, levando ao esgotamento da capacidade ociosa em muitos setores da indústria. Essa situação de aquecimento da demanda agregada passou a colocar em risco, a partir de meados de 1986, a estabilidade de preços e o equilíbrio das contas externas.

A reação do Governo não se fez esperar. Já em julho, foram tomadas medidas visando à con-

tenção seletiva da demanda, através de depósitos compulsórios sobre combustíveis e automóveis, tributando-se ainda a compra de passagens internacionais e de câmbio destinado ao turismo.

As correções implementadas mostraram-se, no entanto, insuficientes para reduzir o consumo e ampliar a poupança na escala desejada. Nos meses seguintes o desabastecimento e a prática de ágio, até então localizados, tenderam a generalizar-se, enquanto o Balanço de Pagamentos começou a se deteriorar. A estratégia do Governo, numa primeira etapa, foi desestimular a estoquegem especulativa, e, através de reduções de impostos, facilitar a importação de determinados produtos cujo abastecimento interno encontrava-se deficiente (leite, carne e outros).

Numa segunda etapa, com uma pequena desvalorização da taxa de câmbio em meados de outubro, procurou-se sinalizar ao setor exportador que a política cambial era flexível. Visando minimizar os efeitos do risco cambial sobre o comércio exterior, e sobre o fluxo de capitais internacionais, o Banco Central passou a permitir depósitos em moeda estrangeira vinculados a contratos de câmbio. Àos bancos foi também permitida a realização de operações de arbitragem para protegê-los contra o risco de flutuações nas paridades cambiais das moedas estrangeiras.

Finalmente, a partir de 21 de novembro, um amplo conjunto de medidas foi implantado, buscando, além da contenção da demanda agregada, completar o processo de desindexação, reduzir a participação do Estado na economia, conter os gastos do Governo, ajustar seletivamente os preços congelados, incentivar a poupança e estimular as exportações.

Entre as medidas de desindexação cabe mencionar a alteração na sistemática de reajuste da OTN. O rendimento da cadernetinha de poupança passou a ser calculado pela variação das LBC mais 6% ao ano. A taxa de inflação oficial passou a considerar apenas o orçamento de famílias com renda de até cinco salários mínimos e foi preservada a escala móvel dos salários.

Para reduzir a participação do Estado na economia e controlar gastos públicos foram prorrogadas as proibições de contratação de pessoal e compras de material permanente, até o final de 1987. Extinquiram-se delegacias e escritórios de representação do Governo, assim como órgãos e empresas públicas. Estabeleceram-se restrições e limites à utilização de recursos do Tesouro para financiamento de fundos de pensão das empresas públicas. Proibiu-se a concessão de empréstimos e avais por parte dos órgãos públicos das administrações direta e indireta.

O ajuste seletivo de preços atingiu automóveis, cigarros, bebidas, açúcar, gasolina, álcool e tarifas postais e de energia elétrica. Tais ajustes concretizaram-se através da combinação de aumentos nas alíquotas do IPI, do IOF e recomposição das margens de lucro dos fabricantes. O subsídio ao leite foi prorrogado, porém será progressivamente reduzido através de reajustes graduais do produto ao longo de 1987.

Foram criados dois novos instrumentos de poupança: a Poupança-Pecúlio e o Plano de Poupança e Investimentos em Benefício dos Trabalhadores, visando à formação de economias de longo prazo, através de incentivos de natureza fiscal. Foram também incentivas as cadernetas de poupança mediante prorrogação da isenção do Imposto de Renda, e, a partir de dezembro, pelo retorno à capitalização e retiradas mensais, para pessoas físicas.

Na área externa, o apoio às exportações reforçou-se com a ampliação dos incentivos fiscais,

via mecanismos de Imposto de Renda e PIS/PA-SEP, e com a adoção de um esquema de minidesvalorizações cambiais mais freqüentes.

Finalmente, um elenco de medidas na área fiscal buscou o saneamento do SFH, a regularização de rendas e riquezas clandestinas, o aumento da arrecadação e maior justiça tributária.

A intenção do Governo, com essas medidas do final de 1986, foi reequilibrar demanda e oferta agregadas, abrindo espaço aos investimentos privados e viabilizando excedentes exportáveis, de modo a evitar uma crise cambial.

Em sequência à estratégia de ajuste do Programa de Estabilização Econômica, passou-se a partir de janeiro de 1987 a fase de realinhamento gradual dos preços. Nessa fase, o objetivo é corrigir as distorções mais graves que se acumularam no sistema de preços, que vinham impedindo o desenvolvimento normal da atividade produtiva.

Conduzido de maneira criteriosa, a partir de levantamentos dos custos das empresas, efetuados pelo CIP, o realinhamento de preços não afetará substancialmente os ganhos salariais obtidos em 1986, preservando as condições para a continuidade do crescimento econômico e os objetivos sociais básicos que nortearam a elaboração do Programa de Estabilização.

3. PERSPECTIVAS DE LONGO PRAZO

Estratégia de Desenvolvimento

Dificuldades transitórias não poderão obscurecer as potencialidades de nosso País ou abalar o firme propósito deste Governo de criar condições para que elas se realizem nos marcos de um novo modelo de desenvolvimento.

Nenhum transtorno temporário impedirá que a sociedade ingresse no século XXI ombreada com as nações mais desenvolvidas, garantindo a todos os brasileiros padrões de vida dignos e meios para o pleno exercício de seus direitos de cidadania.

Nessa caminhada em direção ao próximo século, todos os esforços estarão orientados para que o Brasil se consolide como uma economia próspera e dinâmica, apoiada sobre bases sociais mais justas.

A nova opção de desenvolvimento associa uma indústria moderna, integrada e competitiva, a uma agricultura pujante. Consciente das transformações em curso na economia mundial, investir-se-á seriamente no desenvolvimento tecnológico e na formação de recursos humanos. Sobretudo, este é um modelo que deverá conduzir à superação dos graves desequilíbrios sociais gerados em nosso processo de crescimento.

Não há como minimizar as tarefas que se impõem. A construção de uma sociedade democrática somente estará concluída quando forem sido erradicados os bolsões de miséria que hoje acompanham nossa face industrial e moderna. Nossa desenvolvimento somente será pleno quando se reduzirem os níveis de pobreza e se estreitarem as desigualdades de renda que hoje tomam frágeis as bases da estabilidade política e social.

O resgate da imensa dívida social que se acumulou nos últimos anos não pode prescindir da sustentação do crescimento em condições estáveis, da desconcentração da renda e da realização de profundas reformas na estrutura agrária e tributária, no sistema de previdência social e na administração pública.

A eliminação da miséria e dos mecanismos de reprodução da pobreza exigem a ampliação das oportunidades de emprego em ritmo superior ao crescimento da força de trabalho. Exige profunda alteração no atual quadro de remunerações, que discriminam especialmente o trabalhador não qualificado. Exige a promoção de reformas de longo alcance, mas também investimentos sociais dirigidos especificamente para aquele fim.

A recondução da economia a uma trajetória de crescimento sustentado, próxima de 7% ao ano, envolve, antes de tudo, elevação das taxas de investimento para níveis superiores a 21% do PIB. A economia brasileira deve avançar no processo de modernização, sob pena de perder sua competitividade internacional. Por outro lado, a elevação da produtividade é a base sobre a qual se assentam aumentos duradouros de salários reais. Assim, os investimentos são, a um tempo, instrumento para o equilíbrio do Balanço de Pagamento e condição para elevar o nível de renda dos trabalhadores.

A recuperação dos níveis de investimentos requer o correto equacionamento de seu financiamento, especialmente frente às restrições que limitam o acesso à poupança externa. No passado, o financiamento da expansão sempre esteve associado ou a mecanismos inflacionários, que resultaram em compressão dos salários, ou à captação de poupança externa a juros elevados. A opção por um novo modelo de desenvolvimento econômico, socialmente mais justo, não permite que se recorra novamente aos mecanismos inflacionários como forma de financiamento.

A poupança interna agregada declinou acidentalmente nos últimos 10 anos como proporção do PIB. Na raiz deste declínio estão o papel reservado ao Estado na estratégia de ajustamento aos choques externos, e a forte deterioração da carga tributária no período. A contribuição do setor público para a geração da poupança interna foi corroída pelos encargos crescentes das dívidas interna e externa, passando a ser negativa a partir de 1983. A superação deste desequilíbrio financeiro é, portanto, uma das condições fundamentais para a sustentação do crescimento.

O FND constitui, nesse sentido, importante instrumento de mobilização de poupança — captando recursos junto ao setor privado e ao próprio setor público — e mecanismo estável de financiamento dos investimentos propostos no Plano de Metas. No entanto, a definição de um novo padrão de financiamento para o setor público passa, necessariamente, por profunda reforma tributária, a ser objeto de exame pela Assembleia Nacional Constituinte, e pela renegociação da dívida externa.

A dívida externa, não há dúvida, ainda permanece como o principal condicionante do crescimento econômico do Brasil, em decorrência da rigidez que tem caracterizado as transferências sob a forma de juros e outros encargos. O Governo tem presente que a sustentação do crescimento econômico permitirá, a longo prazo, reduzir o peso dos encargos da dívida relativamente ao Produto Interno Bruto. Neste interim, a estratégia de renegociação da dívida externa estará orientada para a necessidade de flexibilizar as transferências ao exterior, de modo a não comprometer a estabilidade e o crescimento internos.

Plano de Metas

O PND-NR traduz o compromisso fundamental do Governo com esse novo modelo de crescimento, balizado por clara orientação social. É

também dessa perspectiva que deve ser analisado o Plano de Metas.

Através do amplo conjunto de investimentos definido no Plano de Metas, abrangendo os setores de infra-estrutura e insumos básicos, o Governo procura sinalizar ao setor privado um cenário de maior estabilidade no que se refere à disponibilidade dos bens e serviços cuja produção encontra-se sob sua responsabilidade. Ao mesmo tempo, garante a manutenção das taxas de crescimento, mesmo diante de uma necessária desaceleração do consumo.

Estão previstos investimentos em projetos prioritários nas áreas de transportes, telecomunicações, energia, minero-metalmecânica, fertilizantes, siderurgia, ciência e tecnologia e meio ambiente.

No setor de transportes, as metas para 1989 prevêem recuperação da malha rodoviária, ampliação em 24% na capacidade do transporte ferroviário, e em 22,5% na capacidade de movimentação dos portos. Destaca-se também a orientação que vem sendo dada aos investimentos do setor, abrindo oportunidade à iniciativa privada na realização, execução e operação de projetos.

O setor de energia contempla uma expansão, até 1989, de 32,5% na capacidade de geração de energia elétrica, assim como um extenso programa de ampliação das redes de transmissão. A produção nacional de petróleo deverá alcançar 760 mil barris/dia, respondendo por mais de 70% do consumo interno, e o gás natural constituir-se-á em alternativa energética viável, com a expansão da produção para 25 milhões de m³/dia.

O fornecimento de insumos básicos ao setor privado será fortalecido com a realização ou complementação de investimentos nos setores minero-metalmecânico, petroquímico e de fertilizantes. A conclusão do Projeto Ferro-Carajás em 1987, os investimentos nos complexos do alumínio, do cobre e do titânio, a ampliação dos pólos petroquímicos e a entrada em operação do projeto de fertilizantes potássicos deverão representar um considerável aumento a produção desses insumos, visando a atender não apenas ao mercado interno, mas também às exportações.

No setor de telecomunicações os investimentos previstos no Plano de Metas resultarão em significativa expansão da capacidade de atendimento do sistema, constituindo também importante fator de desenvolvimento tecnológico para a indústria de equipamentos.

No setor agrícola, 1986 marcou a retomada dos investimentos em modernização, principalmente pela ampla disponibilidade de crédito a taxas compatíveis com o desempenho da atividade. Dessa forma, o aumento da área plantada deverá fazer-se acompanhar por um crescimento da produtividade, com especial incremento na produção de alimentos para consumo interno. Como parte do Plano de Metas, serão acelerados dois programas da maior relevância: na área de armazenagem, a meta é alcançar até 1989 uma capacidade de estoque de 27% superior à de 1985, e na área de irrigação o objetivo é colocar em produção, até 1989, cerca de 1,3 milhão de ha irrigados, dos quais 400 mil no Nordeste.

Os investimentos em ciência e tecnologia serão intensificados, criando condições para que o País supere definitivamente a dependência tecnológica, através da consolidação e expansão daqueles setores que constituirão a base técnica do futuro: informática, microeletrônica, biotecnologia, química fina e novos materiais. Paralelamente, encontra-se em curso a recuperação e ampliação da capacidade de pesquisa e pós-graduação através da formação e qualificação de recursos humanos e da estruturação de novos centros de pes-

quisa sob condições estáveis de funcionamento. Já em 1987, o setor contará com recursos do FND, via FINEP, para apoio a projetos de desenvolvimento tecnológico.

A questão do meio ambiente emerge na Nova República como preocupação constante e fundamental. Através de tratamento prioritário no Plano de Metas, o Governo concede nova dimensão política ao controle e conservação do meio ambiente. As ações de planejamento ambiental, especialmente os programas de zoneamento ecológico-econômico, permitirão o uso mais equilibrado dos recursos naturais, preservando o lastro mais importante para a vida futura. Nos programas de controle da poluição, o objetivo é evitar seus efeitos perversos sobre a saúde, particularmente em áreas de alto risco.

O investimento deverá ser a principal fonte de dinamismo da economia brasileira nos próximos anos. Isso não significa, contudo, que deva ocorrer uma redução do consumo em termos absolutos, mesmo porque este seria um objetivo incompatível com o compromisso de manter os ganhos reais obtidos pelos trabalhadores em 1985/86. A meta do governo será adequar o ritmo de crescimento do consumo à efetiva disponibilidade de bens e serviços, através de estímulos à poupança, evitando-se assim o surgimento de pressões inflacionárias.

De outro lado, a progressiva recuperação do poder de compra do salário mínimo, pelo efeito sinalizador que exerce sobre um vasto conjunto de atividades do segmento informal do mercado de trabalho, deverá significar melhoria das condições de vida para expressiva parcela da população ainda marginalizada dos benefícios de uma sociedade em avançado processo de industrialização. A ampliação do mercado interno em bases sustentadas constitui a principal garantia de retorno dos investimentos atualmente em curso e um poderoso estímulo à expansão da capacidade produtiva.

Ao nível da estrutura produtiva e de serviços, a adequação do perfil da oferta é fundamental para fazer frente às novas demandas que surgem, seja em decorrência da necessidade de modernização do parque industrial e de implantação de setores que empregam tecnologia de ponta, seja para atender às prioridades sociais do Governo e aos segmentos de baixa renda que vão sendo incorporados ao mercado de consumo.

O BNDES continuará como um dos principais instrumentos do Governo para promover os investimentos necessários à sustentação do crescimento e a dinamização do desenvolvimento industrial. Nos últimos dois anos, a capacidade de financiamento do Banco foi significativamente ampliada, dirigindo-se suas aplicações para projetos de infra-estrutura, modernização de pequenas e médias empresas, investimentos em expansão de capacidade, programas integrados de natureza social. A partir de 1987, o BNDES passará a contar também com recursos do FND para repasse ao setor privado.

A transformação da economia brasileira, por sua magnitude e complexidade, requer a mobilização de toda a sociedade em torno de objetivos comuns. Particularmente, requer o engajamento do setor empresarial em um grande esforço de investimentos que conduzam à renovação tecnológica da indústria e da agricultura, e à ampliação da capacidade produtiva em todos os setores da economia.

A estratégia de longo prazo do Governo, o Programa de Estabilização Econômica constituiu etapa crítica, na medida em que ampliou os hori-

zontes para o planejamento, tanto do setor público quanto do setor privado, lançando as bases para um crescimento sustentado com maior equilíbrio social. Cumpre agora avançar, com empenho e dedicação, nas mudanças institucionais e estruturais que permitirão consolidar o novo modelo de desenvolvimento, capaz de produzir inflexão definitiva nos rumos do País e elevar permanentemente a qualidade de vida do povo brasileiro.

II. A POLÍTICA SOCIAL

1. OBJETIVOS E PRIORIDADES

A nossa realidade econômica colocou-nos entre as oito maiores nações do mundo ocidental. A nossa realidade social equipara-nos às nações mais pobres do mundo. A miséria e a fome são estigmas a serem erradicados com a máxima prioridade.

Este é o objetivo da política social do Governo: promover em prazo razoável o acesso universal, equânime e permanente da população brasileira aos benefícios do progresso e à plena realização dos direitos da cidadania.

O País possui recursos e capacidade técnica suficientes para oferecer padrões de vida dignos a todos os brasileiros. O fundamento da política social deve prover os meios que essa potencialidade se realize através do crescimento sistemático do emprego e dos salários, de reformas estruturais e de programas específicos voltados para o atendimento das necessidades básicas da população. Suas bases foram lançadas no 1º PND da Nova República e consubstanciadas em ações concretas no Plano de Metas deste Governo.

A política econômica não pode estar desvinculada da política social. A opção pelo crescimento econômico visa, antes de tudo, proporcionar a elevação gradual e segura dos salários reais a permitir a absorção dos contingentes de jovens que todos os anos buscam agregar-se ao mercado de trabalho. Progressos consideráveis foram realizados em 1986 e é necessário garantir que sejam consolidados e ampliados.

As grandes transformações institucionais, a serem realizadas através da Assembleia Nacional Constituinte, deverão ser complementadas por um conjunto de reformas já iniciadas pelo Poder Executivo, voltadas para a modificação das bases do modelo de desenvolvimento brasileiro.

Entre os contingentes mais pobres da população há grande número de crianças sobrevenidas, na maioria das vezes, sem escola e sem família. A nossa política social requer esforço integrado, que combine ações nas áreas de educação e saúde com programas de nutrição, creches e atendimento aos menores abandonados, infratores e excepcionais.

Não será possível eliminar a miséria e a injustiça e construir uma nação integrada enquanto não forem superadas as desigualdades entre as regiões. Com este propósito serão expandidos os programas de apoio ao desenvolvimento do Nordeste e criados outros que visem erradicar os bolsões de pobreza e apoiar os municípios mais carentes do País.

A urgência em promover a eliminação dos grandes bolsões de miséria requer medidas de impacto imediato, complementares à promoção de mudanças estruturais e à elevação dos níveis de rendimentos das famílias necessitadas. O Programa de Prioridades Sociais (PPS), iniciado em 1985, voltou-se para o atendimento das necessidades básicas da população de baixa renda, atuando nas áreas de nutrição, saúde, educação, saneamento, habitação, transporte de massa, justiça e segurança pública. O PPS passou, a partir

de meados de 1986, a fazer parte do conjunto de programas prioritários da área social do Plano de Metas, que prevê despendos da ordem de Cz\$ 138 bilhões para 1987.

A reforma agrária, além de atender a um imperativo de justiça social, terá efeitos duradouros sobre o emprego, estancando no campo os problemas que vão desaguar nos grandes centros urbanos. Volla-se para o equacionamento de graves tensões sociais que têm sua origem na falta de oportunidades para o pequeno agricultor, na carência de recursos de crédito, e numa estrutura fundiária irracional que admite a existência de grandes latifúndios improdutivos.

Com respeito ao Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS), o objetivo básico do Governo é torná-lo justo, equilibrado e transparente. Cumpre, portanto, aperfeiçoá-lo, caminhando no sentido da universalização da cobertura do Sistema e direcionando os recursos para os grupos mais carentes. É ainda determinação do Governo aperfeiçoar os padrões de gestão e administração do SINPAS, de forma a alcançar melhorias significativas nos padrões de atendimento ao público.

É esse o sentido geral da reforma previdenciária que se pretende implantar com a reformulação da Lei Orgânica da Previdência Social, cuja elaboração contou com a participação dos principais segmentos sociais interessados.

Investimentos maciços em educação e saúde, totalizando Cz\$ 97,5 bilhões em 1987, produzirão efeitos duradouros na distribuição da renda e no bem-estar da população. Ações nessas áreas são decisivas para promover a igualdade de oportunidades, sem a qual não se pode pensar numa sociedade mais justa.

Com o objetivo de ampliar e democratizar o acesso aos serviços de saúde e melhorar sua qualidade, está sendo concluído o projeto de reforma sanitária. Este projeto, cuja elaboração transcorre nos mesmos moldes participativos adotados para a proposta de reforma previdenciária, deverá provocar modificações profundas no arcabouço institucional e jurídico do sistema de saúde, em obediência aos princípios de universalização, eqüidade e descentralização fixados no I PND-NR.

2. EFEITOS SOCIAIS DA POLÍTICA DO GOVERNO

A firme opção deste Governo por uma política de crescimento econômico e de combate à inflação e a clara definição das prioridades sociais trouxeram, pelo segundo ano consecutivo, resultados nitidamente positivos para os trabalhadores, em especial para os estratos de renda mais baixa.

A expansão rápida do emprego e a recuperação do poder de compra dos salários podem ser apontados como as conquistas mais positivas da nossa política social.

Emprego

Foram criados em 1986 mais de 2 milhões de empregos, dos quais cerca de 1,2 milhão no setor formal da economia. Esse resultado supera, em muito, os 1,65 milhão de postos de trabalho anuais previstos no Plano de Metas como condição para absorver os novos ingressantes na força de trabalho e reduzir o desemprego.

Não só a demanda de mão-de-obra aumentou substancialmente, mas essa expansão envolveu sobretudo empregos de elevada produtividade. Ao contrário do que ocorreu na maioria dos países em desenvolvimento, observou-se a partir do Pro-

grama de Estabilização Econômica, considerável aumento do emprego no segmento formal do mercado de trabalho e redução da participação relativa das ocupações no Governo e no setor terciário.

O alívio no quadro de desemprego, que já se fazia notar em 1985, continuou de forma encorajadora em 1986. Nas seis áreas metropolitanas pesquisadas pelo IBGE, cuja força de trabalho chega a mais de 14 milhões de trabalhadores, o desemprego caiu, de uma taxa média de 7,1% em 1984, para 3,5% em 1986. Em dezembro do ano passado essa taxa ficou abaixo de 2,5%, a menor observada desde que se iniciou o seu cálculo em janeiro de 1980. Essas quedas refletem a diminuição de mais de meio milhão no número de trabalhadores desempregados ocorrida desde o início do Governo.

Nessas mesmas regiões metropolitanas, a taxa de subemprego, medida pela proporção de trabalhadores com renda inferior a um salário mínimo, caiu de 21% em março para 18% ao final de 1986.

Salários e Renda

Pelo segundo ano consecutivo a recuperação dos salários reais constitui a base de sustentação do crescimento. A política de descompressão salarial refletiu-se nos abonos de 8% para todos os salários e de 16% para o salário mínimo, quando da decretação do Programa de Estabilização Econômica, em março de 1986.

A elevação dos salários reais ocorreu em todos os níveis, atingindo as mais diversas categorias ocupacionais. Os salários reais da indústria paulista cresceram cerca de 16% no ano passado e a massa salarial quase 30%. Nas áreas metropolitanas do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre o ganho real de todos os trabalhadores ocupados situou-se, no período de dezembro de 1985 a outubro de 1986, entre 17% e 30%. Informações preliminares disponíveis para o Rio de Janeiro e São Paulo indicam também uma melhoria significativa na distribuição dos rendimentos do trabalho, com maior crescimento da renda dos trabalhadores que ganham até dois salários mínimos.

Mesmo diante de excepcionais condições no mercado de trabalho, foram criados dois importantes mecanismos de defesa da renda dos trabalhadores: o seguro-desemprego, que assegurou uma renda mínima ao trabalhador para fazer frente a períodos prolongados de desemprego, e a escala móvel para os salários, que garante reajuste automático sempre que a inflação atingir 20% entre duas datas-base.

3. AÇÃO SETORIAL

Allmentação e Nutrição

Os programas nessa área buscam revertir o quadro de carência que se agravou no início da década de 80, com redução do consumo per capita de alimentos e deterioração dos padrões de nutrição.

Esse quadro refletiu, em grande parte, o próprio desempenho do setor agrícola, caracterizado pela estagnação da produção e seu direcionamento para culturas de exportação ou substituição de energéticos. Com os estímulos dirigidos ao setor, e a consequente resposta em termos de uma safra recorde em 1987, o Governo dá um passo decisivo no sentido de transformar a situação crítica a que se chegou no campo da alimentação e nutrição.

O Programa de Suplementação Alimentar atende atualmente cerca de 9 milhões de gestantes, nutrizes e crianças de menos de 3 anos, que rece-

bem orientação de saúde e uma cesta de alimentos básicos através da rede oficial. Em 1986 foram distribuídas mais de 300 mil toneladas de alimentos. Prevê-se para o corrente ano a expansão do programa para atender a 12,2 milhões de beneficiários, em todos os municípios brasileiros.

Em 1986, o Programa Nacional de Alimentação Escolar distribuiu merenda a 24,7 milhões de crianças da rede oficial. O número de dias em que a merenda é servida passou de 180 para 260, de forma a incluir todos os dias úteis do ano. A merenda escolar foi ainda ampliada para atender a 6,7 milhões de irmãos de alunos regulares. No ano passado aplicaram-se neste programa Cz\$ 5,4 bilhões, prevendo-se para 1987 despendos da ordem de Cz\$ 5,5 bilhões.

O Programa Nacional do Leite para Crianças Carentes está direcionado para a população até sete anos, nas famílias com renda inferior a dois salários mínimos. Sua estrutura de execução, baseada na distribuição de cupons através de associações comunitárias, tem-se mostrado leve e ágil. Em 1986 foram distribuídos 1,5 milhão de litros de leite por dia, principalmente na periferia das grandes cidades, já estando garantidos recursos da ordem de Cz\$ 1,9 bilhão para 1987.

Saúde

O Governo está empenhado em assegurar, a todos os brasileiros, acesso aos serviços de saúde providos pelo setor público. Para atender a esse compromisso, na fase de transição que antecede a reforma sanitária, as Ações Integradas de Saúde (AIS) foram reforçadas, alcançando hoje todas as unidades da federação, num total de mais de 2 mil municípios.

Na assistência médica previdenciária, onde em 1986 o atendimento rural foi equiparado ao urbano, foram realizadas mais de 241 milhões de consultas e perto de 12 milhões de internações hospitalares. A definição de um novo contrato-padrão entre a Previdência Social e a rede hospitalar privada, a ser implementado em 1987, possibilitará melhor acompanhamento, controle e fiscalização dos serviços. O objetivo prioritário neste ano será ampliar a cobertura assistencial, melhorando sua qualidade e reduzindo as filas de atendimento.

Com relação às doenças transmissíveis, devem ser destacados: o combate à malária, principalmente no Pará e em Rondônia; o controle da febre amarela e da dengue, que atingiu mais de 1.200 municípios e 13 mil localidades; e as medidas de prevenção da síndrome da deficiência imunológica adquirida (AIDS), sobretudo as de âmbito educativo e de produção de reagentes para diagnóstico. Teve continuidade o esforço de erradicação da poliomielite, com vacinação de 17 milhões de crianças menores de 4 anos. Essas atividades serão intensificadas em 1987, quando também será posto em execução um novo plano de controle do sarampo.

Na área de insumos básicos, as prioridades foram a busca da auto-suficiência na produção de imunobiológicos — já alcançada em 1986 no caso do soro antioftálmico —, a distribuição de medicamentos, que foi estendida aos municípios com menos de 20 mil habitantes e a expansão da rede de hemocentros, que passou a contar com um total de 23 unidades, das quais 19 em capitais. A intenção do Governo para 1987 é acelerar a produção nacional de soros, vacinas e reagentes, estender a assistência farmacêutica a pelo menos 60 milhões de pessoas e implantar mais 11 núcleos de hemoterapia, sendo 8 no interior.

Previdência Social

O ano de 1986 assinala o início do processo de reestruturação da Previdência Social, a partir

do qual serão estabelecidas as bases para a abolição definitiva do tratamento discriminatório concedido ao trabalhador rural, em relação ao empregado urbano, bem como do contribuinte autônomo em relação ao assalariado.

Alguns avanços já foram concretizados em 1986, cabendo mencionar a extinção da contribuição dos inativos e a criação do Conselho Superior da Previdência Social. Foram também estabelecidos critérios para o reconhecimento dos conselhos comunitários da Previdência, organizações autônomas da sociedade civil que se formam junto às unidades prestadoras de serviços previdenciários.

A instituição do conselho superior e o reconhecimento dos conselhos comunitários, dos quais já há dezenas em funcionamento, expressam o compromisso de abrir a Previdência à fiscalização e ao controle da sociedade brasileira, permitindo a ampliação dos fluxos de informação e a avaliação, pelos interessados, da qualidade dos serviços.

Em 1986 as contas da Previdência Social manteve-se superavitárias, alcançando-se um saldo orçamentário da ordem de Cr\$ 8 bilhões. Essa situação reflete diretamente a expansão do emprego e do salário médio no País, e também a eficácia dos mecanismos de controle e combate sistemático à fraude.

Para 1987, além da expectativa de recuperação da receita por bloqueio da evasão, a Previdência contará com a ampliação de suas fontes de financiamento. Com a eliminação do teto de contribuição patronal por empregado, espera-se uma elevação de receita de 3,5% sobre a base de contribuição do ano passado. Outra fonte de financiamento introduzida foi a alíquota de 2,5% sobre a folha salarial de instituições financeiras, nivelando os encargos gerais para todas as empresas, exceto as educacionais.

A ampliação da base de contribuição, a expectativa de crescimento da economia e as medidas de maior esforço de arrecadação deverão gerar, no corrente ano, uma receita total de Cr\$ 270 milhões. Esse montante é perfeitamente compatível com as despesas programadas, incluindo-se as revisões de benefícios e o impacto orçamentário da atualização da Lei Orgânica da Previdência Social, a ser encaminhada ao Congresso. Preservar-se-á também a margem de segurança para manutenção do equilíbrio financeiro do sistema, ao mesmo tempo em que se buscará eliminar o déficit de serviços previdenciários acumulado em anos passados.

Assistência Social

O atendimento à criança é a grande prioridade do Governo. Nessa área, o Programa de Creches-Casulo levou assistência integral a 923 mil crianças carentes, com idade entre 3 meses e 6 anos. Em 1987, esse programa deverá ter sua cobertura duplicada.

Foram atendidos, em 1986, 538 mil menores carentes, abandonados e infratores, destacando-se nessa ação o projeto Liberdade Assistida, no qual menores infratores são acompanhados por assistentes sociais em comunidades semi-abertas, evitando-se dessa forma as conhecidas seqüelas do sistema carcerários convencionais.

O Programa do Menor Assistido, criado no final de 1986, assegurará às crianças de 12 a 18 anos o exercício de atividades produtivas compatíveis com a frequência à escola, mediante o recebimento de bolsa de trabalho de meio salário mínimo, a ser paga por empresas públicas e privadas envolvidas no Programa.

As atividades na área do esporte comunitário, iniciadas em 1986, atingiram 90 mil crianças com mais de 7 anos, e serão ampliadas para meio milhão de jovens em 1987.

Através do Programa de Microempresa Social foram incorporadas ao sistema produtivo cerca de 150 mil pessoas. Além disso, devem ainda ser mencionadas as ações de assistência a idosos e excepcionais, através das quais foram atendidos cerca de 75 mil carentes no ano passado.

Educação

O principal compromisso do Governo é alcançar, a curto prazo, a universalização da educação básica de boa qualidade, garantindo a todas as crianças entre 7 e 14 anos acesso e permanência na escola de 1º grau, pública e gratuita. A realização dessa meta envolve a recuperação e expansão da rede física, o fornecimento de material de ensino, a garantia de um mínimo de quatro horas diárias na escola em 200 dias letivos no ano, e a valorização e aperfeiçoamento do magistério.

Através de convênios com estados e municípios foram repassados, em 1986, Cr\$ 4,5 bilhões para a construção de 21,7 mil salas de aula, recuperação de outras 10 mil, reforma em cerca de 10 mil escolas e treinamento de 235 mil professores. A distribuição gratuita de livros didáticos para a rede de 1º grau atingiu 45 milhões de exemplares, num investimento total de Cr\$ 533 milhões.

Em 1987 serão expandidos o Programa Nacional do Livro Didático e o Programa Nacional de Material Escolar, prevendo-se a distribuição de 55 milhões de livros e de módulos de material didático suficientes, para atender a todos os alunos da rede de 1º grau do Nordeste.

Habitação e Infra-estrutura Urbana

O crescimento desordenado de nossas cidades e a insuficiência de investimentos provocaram um crescente déficit habitacional, graves deficiências nas redes de abastecimento de água e de saneamento e a precariedade dos serviços urbanos básicos. Essas carências atingem principalmente as faixas de baixa renda.

Apesar da situação desfavorável do mercado imobiliário, progressos reais foram alcançados em 1986. Os Programas de Recuperação de Conjuntos Habitacionais e de Favelas beneficiaram cerca de 50 mil famílias em 281 municípios.

Até outubro haviam sido contratadas 77 mil residências no valor de Cr\$ 6 bilhões. Para 1987, com a normalização do mercado e das atividades da CEF, especialmente na faixa de baixa renda, prevê-se contratação de 257 mil unidades através do SFH.

Na área de saneamento, foram alocados em 1986 Cr\$ 6 bilhões, através de convênios com estados e municípios, destinados a financeirar projetos de água, esgoto, drenagem e canalização pluvial. Para 1987, estão previstos recursos da ordem de Cr\$ 11,8 bilhões, que permitirão ampliar substancialmente as ações do Governo Federal na área. Neste ano será também iniciado o Programa Nacional de Instalações Domiciliares (PRONID), que beneficiará 500 mil famílias de baixa renda, bem como o Programa Nacional de Saneamento Rural, que atenderá, com sistemas de abastecimento de água e melhorias sanitárias, cerca de 120 mil famílias no meio rural brasileiro.

Transportes Urbanos de Massa

A ampliação da oferta e a redução dos custos do transporte urbano para a população de baixa renda constitui um dos objetivos básicos da política social do Governo. Em virtude do agravamento das dificuldades de transportes nas regiões metropolitanas, decorrente de problemas acumu-

lados ao longo dos anos, concedeu-se prioridade a dois programas: Transporte Ferroviário e Corredores de ônibus Metropolitanos.

Em 1986 entrou em operação o novo sistema de Recife (METROREC) com capacidade para 100 mil passageiros/dia. A nível nacional foram transportados 1,7 milhão de passageiros/dia e realizados investimentos da ordem de Cr\$ 3,4 bilhões.

Para 1987, prevê-se a ampliação da capacidade de transporte do sistema de trens metropolitanos para 2,4 milhões de passageiros/dia, bem como a entrada em funcionamento de mais de um segmento do sistema de trens urbanos de Belo Horizonte (DEMOTRO). Com recursos do Banco Mundial serão iniciadas obras de infra-estrutura viária em corredores de ônibus nas nove regiões metropolitanas do País.

Combate às Desigualdades Regionais: Prioridade ao Nordeste

A ênfase concedida ao desenvolvimento regional baseia-se na necessidade de reduzir desigualdades econômicas e sociais. Nesse sentido, o desenvolvimento do Nordeste é prioridade nacional, já que ali acha-se concentrados 30% da população brasileira, metade da pobreza nacional e dois terços da pobreza rural do País.

A política industrial da região vem sendo reformulada para atender a um número maior de projetos, obter melhores retornos econômicos e sociais e permitir maior controle de suas aplicações. Em 1986 foram aprovados pela SUDENE 85 novos projetos, com participação do FINOR, no valor de Cr\$ 3,2 bilhões. Quando de sua plena implantação esses projetos proporcionarão 19 mil novos empregos.

Para ampliar o acesso aos incentivos, foi criado o Programa de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Nordeste, cujas ações se desenvolverão a partir de 1987 com aplicação de Cr\$ 500 milhões. As intenções de investimento em processo de avaliação pela SUDENE alcançaram Cr\$ 58 bilhões ao final de 1986, com um potencial de criação de 181 mil novos empregos.

No que se refere a investimentos em infra-estrutura econômica e social, destaca-se o Programa de Recuperação de Áreas de Enchentes (PROENE), que realizou obras em 500 municípios de 9 Estados, aplicando, em 1986, Cr\$ 698,9 milhões. O Programa de Irrigação do Nordeste (PROINE) financiou a irrigação de 37 mil hectares e possibilitou a implantação de 2,9 mil km de linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica e a construção de 1,9 bilhão de m³ de barragens, com investimentos de Cr\$ 2 bilhões. Em 1987, prevê-se a aplicação de Cr\$ 3,8 bilhões na irrigação de 97,1 mil hectares.

O desenvolvimento rural, condição fundamental para o progresso da região, foi enfatizado através da consolidação do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP), em execução em 10 Estados. Foram investidos Cr\$ 5,9 bilhões em regularização fundiária, crédito rural, assistência técnica, recursos híbridos e apoio às pequenas comunidades rurais. Para 1987 estão previstos investimentos no montante de Cr\$ 7,2 bilhões.

Conta ainda a região com o Programa de Apoio às Organizações de Pequenos Produtores Rurais do Nordeste (PAOPP), que em 1986 aplicou Cr\$ 350 milhões em apoio a 1.018 projetos, beneficiando 33 mil famílias em 10 Estados. Em 1987 serão destinados recursos no valor de Cr\$ 500 milhões para atendimento a 50 mil famílias.

Os investimentos através da SUDENE, em 1986, totalizaram Cr\$ 15,7 bilhões. Destaca-se

ainda a participação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), cujo saldo de aplicações atingiu Cr\$ 27,8 bilhões, com um crescimento de 79,3% em relação a dezembro de 1985.

Reforma Agrária

As metas iniciais do Programa Nacional de Reforma Agrária, previstas para 1986, tiveram de ser revistas em razão das dificuldades inerentes aos processos de desapropriação e assentamento de pequenos proprietários rurais.

Em agosto foram criadas 25 comissões agrárias — integrando trabalhadores, proprietários e Governo — destinadas a selecionar áreas passíveis de desapropriação. Criou-se também a Comissão Interministerial de Desenvolvimento Rural (CIDR), da qual participaram 15 Ministérios, para agilizar os procedimentos e compatibilizar os programas do setor.

De março de 1985 a dezembro de 1986 foram desapropriados 1,4 milhão de ha, suficientes para assentar 42 mil famílias. Os projetos de assentamento efetivamente implantados beneficiaram 12 mil famílias. Em apoio ao programa, foram mobilizados cerca de Cr\$ 300 milhões para crédito rural a famílias de assentados, via PROCERA/BNDES. Para 1987, o MIRAD prevê aceleração no ritmo de instalação dos projetos, de forma a recuperar o atraso e alcançar a meta de 450 mil famílias assentadas. Conta, para tanto, com recursos da ordem de Cr\$ 3,7 bilhões.

III. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. A REFORMA ADMINISTRATIVA

O Governo continua no firme propósito de implementar a reforma administrativa e, em 1986, deu passos decisivos nesse sentido.

O problema da administração pública brasileira é complexo e sua resolução exige medidas corajosas, coordenadas e efetivas, com resultados duradouros. A preocupação fundamental é com o desempenho dos órgãos públicos, que devem tornar-se verdadeiros instrumentos para a consecução das metas governamentais.

A elevação do padrão de desempenho dos órgãos federais será obtida pela reestruturação organizacional da administração pública. Isso implica redução, reorganização, fusão e extinção de órgãos, segundo o diagnóstico da essencialidade de suas atribuições. Implica, ainda, adequação de sua estrutura e quadro de pessoal às atividades que exercem. O objetivo é agilizar a máquina federal e, consequentemente, as ações de Governo, com maior racionalização no uso dos recursos públicos.

A administração indireta cabe hoje grande parte das atividades governamentais. Essa modalidade de organização, montada com vistas à maior eficiência operacional, com o tempo passou a suplantar a administração direta, com proliferação desordenada e descontrolada de órgãos. A reversão desse quadro e o aperfeiçoamento da administração direta, com instituição de controle sobre a administração indireta, constituem objeto da reforma administrativa.

A introdução de controles gerenciais básicos no âmbito da administração federal é medida racionalizadora de implicações profundas. O Governo precisa controlar suas finanças. Não se pode mais conviver com desperdícios. Ao conhecer melhor o quadro de recursos humanos de que dispõe, prepara-se, ao mesmo tempo, para aproveitar integralmente seu potencial.

A revisão do regime jurídico e do estatuto do servidor público, de forma a valorizar o seu papel e dar-lhe perspectivas de progressão funcional, é elemento-chave nesse processo. O esforço de

treinamento deve ser incrementado em apoio à reforma. Com a capacitação e motivação de seus recursos humanos, o Governo assegurará um desempenho mais adequado aos programas governamentais.

O ano de 1986 marcou o início efetivo da implantação da reforma administrativa.

A criação da Secretaria de Administração Pública, como órgão encarregado de liderar o processo de reforma, foi um passo importante. A constituição do Grupo Executivo de Reforma da Administração Pública (GERAP), com a finalidade de definir critérios e analisar propostas de reorganização dos ministérios e entidades vinculadas, veio complementar os meios pelos quais será agilizada a reforma.

Foram constituídos cinco grupos setoriais nas áreas de alimentação popular, abastecimento e comercialização, desenvolvimento industrial, desenvolvimento urbano e de meio ambiente e recursos naturais, incumbidos de estudar e propor o reordenamento institucional em setores onde, comprovadamente, existem superposições nas funções dos órgãos federais.

A implantação do Sistema de Gerenciamento da Folha de Pessoal e do Cadastro Nacional do Pessoal Civil possibilitou um controle unificado dos gastos, impedindo que um mesmo servidor receba de duas fontes pagadoras. Além disso, foi prorrogada, até 31 de dezembro de 1987, a proibição de contratação de pessoal ou a substituição de cargos ou empregos vagos na administração indireta. Ficaram também proibidas, até 31 de dezembro de 1986, as licitações para compra de material permanente pela administração direta e autárquica, evitando-se a utilização de saldos de recurso orçamentário no final de 1986 para esse fim.

Outra medida importante foi a promulgação da nova Lei de Licitações, que objetiva uma administração ágil e ao mesmo tempo austera nas compras do setor público. Assim, além de eliminar entraves à boa gestão, a nova legislação faz com que esta se torne mais transparente, mais equânime e exigente quanto a critérios de probidade administrativa.

No entanto, o empenho do governo quanto à racionalização dos órgãos federais foi mais além.

Com vistas ao ordenamento do setor financeiro e de crédito imobiliário, extinguiram-se o Banco Nacional da Habitação, cujas funções foram absorvidas pela Caixa Econômica Federal. Com a extinção do BNH, eliminou-se uma duplicitade desnecessária e fortaleceu-se a capacidade operacional do setor habitacional.

Foram ainda extintas, por serem economicamente inviáveis e persistentemente deficitárias, as seguintes empresas: Coque e Álcool da Madeira (COALBRA), Alumínio do Nordeste (ALUNE), Companhia Riograndense de Nitrogenados (CRN), e Companhia Nordestina de Serviços Gerais (CONESG). Foi determinada a desativação da Alcalis Rio Grande do Norte S.A. (ALCANORTE), e a incorporação de seu patrimônio à Cia. Nacional de Alcalis.

Para fins de racionalização gerencial, determinou-se a incorporação da Participações em Empreendimentos de Transportes S.A. (PETRASA) à Petrobrás Distribuidora S.A., e da Aeroporto do Rio de Janeiro S.A. à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO).

A Companhia Brasileira de Abastecimento (COBAL) foi autorizada a transferir o controle acionário das CEASAS aos estados e municípios, como forma de descentralizar, e assim agilizar, a

gestão das centrais de abastecimento, quase todas localizadas nas periferias dos grandes centros urbanos.

Ainda visando à economia e à racionalidade administrativa, extinguiram-se 38 comissões no âmbito de seis ministérios, que já haviam cumprido seus objetivos, ou se tornado obsoletas. Esse processo de reestruturação organizacional continuará em 1987 para os demais ministérios e entidades vinculadas.

2. O PROGRAMA DE PRIVATIZAÇÃO

A privatização das empresas estatais é parte importante da estratégia de reorganização do setor público no que tange à delimitação de suas funções, ao saneamento das finanças públicas e à racionalização de seus dispêndios. O objetivo é restringir a atuação do Estado a áreas onde a sua presença seja considerada essencial, afi- cluídos os setores estratégicos, os monopólios estatais e a infra-estrutura econômica e social bá- sica.

O programa dedica-se a orientar o processo de transferência de empresas públicas ao setor privado. Neste Governo, com a criação do Conselho Interministerial de Privatização, através dos Decretos nºs 91.991 e 91.992, ambos de 28 de novembro de 1985, definiram-se a forma de enca- minhamento e um conjunto de empresas estatais privatizáveis. Atualmente mais de 70 empresas integram este conjunto ou encontram-se em pro-cesso de transferência ao setor privado.

O programa tem sido retardado pela comple- xidade natural dos procedimentos, que envolvem aspectos trabalhistas, econômico-financeiros, so- cietários e outros. As empresas só são atrativas ao investidor privado se passarem, antes, por uma saneamento que as torne economicamente viá- veis. Essa operação lenta e onerosa exige grandes esforços para ser implementada, sendo que, em alguns casos, tem-se concluído pela conveniência de desativação.

Em 1986, vários processos de privatização fo- ram encaminhados com êxito. Os mais impor- tantes envolveram a Cia. Nacional de Tecidos No-va América, a Máquinas Piratininga S.A. e a Cia. Siderúrgica Mogi das Cruzes, que se encontram totalmente saneadas. Foram também concluídos estudos econômico-financeiros para 10 outras, iniciados 9 processos e concretizada a transfe- rência de controle ou desativação de mais 5 em- presas.

Para 1987 estão previstos a divulgação de edi- tais de alienação e a concretização da venda de pelo menos 17 empresas, o que contribuirá signifi- cativamente para o reordenamento e saneamen- to do setor produtivo estatal.

IV. ATIVIDADE SETORIAL

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

O processo político brasileiro foi marcado, no ano de 1986, pela eleição dos integrantes da Assem- bléia Nacional Constituinte, fato de maior re- levo e consoante com as aspirações da sociedade brasileira, cristalizadas ao longo do período de arbitrio.

Transcorreu a eleição em clima de paz e de ampla liberdade de manifestação e de participa- ção, contribuindo dessa forma para o engrande- cimento das instituições e a normalidade demo- crática.

O Ministério da Justiça exerceu a coordenação política de sua competência, nos termos do Decreto nº 76.387, de 1975, buscando a harmonia

entre os diversos níveis de governo, e com o Tribunal Superior Eleitoral.

No quadro de proteção dos direitos fundamentais da pessoa humana, os concernentes à vida e à segurança sobrelevaram-se dentre todos os demais, de vez que, sem eles, todos os outros tendem a tornar-se secundários. Nesse campo, difundiram-se, em nível nacional, campanhas de combate à violência e à criminalidade, através da mobilização dos meios de comunicação e de palestras.

Ainda nessa área, foram tomadas inúmeras providências, tais como:

— agilização das ações do Programa Ruas em Paz, instituído pelo Decreto nº 91.583, de 1985;

— criação da Comissão Contra a Violência, composta por professores, teólogos, filósofos, comunicadores e educadores, que propôs, como medida emergencial, o incremento da força policial preventiva, capaz de minorar a afeitiva situação de insegurança social. Como resultado prático, estão sendo adquiridas cerca de 7.100 viaturas equipadas, para distribuição por todos os municípios brasileiros; e

— reativação do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, que passou a reunir-se regularmente e a exercer plenamente suas atribuições.

Na área rural, o Ministério da Justiça recebeu quase 900 queixas ou denúncias relativas a conflitos ocorridos sobretudo na fronteira dos Estados de Goiás, Maranhão e Pará, encaminhando-as à autoridades estaduais, encarregadas de reprimir a violência e assegurar o respeito às leis. O próprio Ministro da Justiça esteve no local, visitando Marabá, Araguaína e Imperatriz, para inteirar-se da situação e decidir com conhecimento de causa. Desde então, declinou sensivelmente o grau de violência e a justiça pública passou a funcionar em melhores condições.

Também o cidadão estrangeiro foi alvo da pronta ação deste Ministério, tendo o Departamento Federal de Justiça examinado cerca de 19 mil processos durante o ano findo.

Ressalta-se a profusa atuação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher junto aos governos estaduais, que resultou na criação de 26 delegacias e 25 conselhos estaduais, municipais ou comissões de defesa dos direitos da mulher.

Ainda por iniciativa do Ministério da Justiça, foram criadas 106 juntas de conciliação e julgamento, distribuídas pelo território brasileiro, possibilitando resolução mais eficaz e ágil dos conflitos advindos da relação capital-trabalho.

No exercício de 1986, a Polícia Federal, a par de suas atividades investigatórias, apoiou, ainda, as ações da Superintendência Nacional do Abastecimento, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, do egrégio Tribunal Superior Eleitoral, além de outros órgãos governamentais, dando suporte às medidas políticas e administrativas dos Poderes Executivo e Judiciário.

Na apuração de crimes contra a economia popular, foram instaurados 7.962 inquéritos. Os inquéritos para apurar fraudes contra a Previdência Social chegaram a 1.560. Na atividade de política fazendária, foram apurados 1.500 casos de contrabando ou descaminho, com a apreensão de 69.000 unidades de artigos importados irregularmente, além de 11 aeronaves e diversos outros veículos. Ressalta-se, também, o apreensão de 1.090 toneladas de café.

Ênfase maior foi dada à área de repressão a entorpecentes. O combate ao crime organizado

— interestadual e internacional — resultou em apreensões que superam em 150% as de 1985.

Outras operações foram ainda desenvolvidas, como a erradicação de mais de 17 milhões de pés de maconha, a apreensão de sermentes de maconha prontas para distribuição, de 68.000 pés de coca, 435 quilos de cocaína, 148 quilos de pasta de cocaína, éter e acetona utilizados no beneficiamento da droga.

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica, criado em 1962, foi, após longo período de inatividade, reformulado pelo Decreto nº 93.083, de 1986, que lhe assegurou condições administrativas para coibir ações configuradas como abusos do poder econômico.

Já o Conselho Nacional de Defesa do Consumidor encaminhou respostas a consultas formuladas por consumidores de todo o Brasil e articulou a criação de 14 órgãos estaduais, 268 municipais e 34 entidades privadas de defesa do consumidor. Realizou ações em conjunto com a Superintendência Nacional do Abastecimento, secretarias de saúde e o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial para autuar estabelecimentos que apresentavam falta de higiene, burlavam labels de preços e alteravam peso ou medida dos produtos comercializados.

Embora a garantia de segurança dos cidadãos seja responsabilidade indelegável do Estado, o combate à violência e à criminalidade constitui tarefa que só será realizada eficazmente se contar com a efetiva colaboração de toda a sociedade. Procurando mobilizá-la, promoveu o Ministério da Justiça uma cruzada contra a violência, com a decisiva contribuição de empresas privadas, clubes de serviço e entidade de classe, sem quaisquer ônus para os cofres públicos.

Durante o exercício de 1986, o Departamento Penitenciário Nacional deu continuidade ao Programa Ruas em Paz, tendo alocado diretamente Cr\$ 80 milhões, que foram distribuídos às áreas estaduais e municipais de justiça e segurança pública, mediante convênios destinados à construção de estabelecimentos carcerários, cadeias públicas, quartéis e aquisição de veículos e equipamentos.

Ainda em 1986, dentro do espírito que norteou o Programa Ruas em Paz, foi iniciada a implantação do Sistema de Informação Penitenciária (SINOPEN). Registra-se, com a implantação do SINOPEN, a preocupação do Ministério da Justiça em ver respeitados os direitos fundamentais da população prisional, propiciado, tanto ao detento quanto aos advogados e juízes de Execução Penal, dados e informações sobre a vida do preso e a correta execução da pena.

O Ministério da Justiça, através do Conselho Nacional de Trânsito e do Departamento Nacional de Trânsito, e em sintonia com os órgãos estaduais, promoveu campanhas de educação do trânsito, com o objetivo de ver diminuído o alarmante índice de acidentes nas rodovias e nos centros urbanos.

Ações tendentes a incrementar a atuação fiscalizadora do sistema de trânsito nacional culminaram com a implantação do Registro Nacional de Veículos Automotores, que visa ao cadastramento de toda a frota do País com a finalidade de combater o roubo e o furto. Aperfeiçoar o atendimento ao público, fiscalizar os veículos de procedência estrangeira, assim como a frota nacional, são também objetivos do Projeto RENAVAM.

Com vistas a dificultar a falsificação da Carteira Nacional de Habitação, iniciou-se a implantação

do Cadastro de Registro de Carteiras de Habilitação e de banco de dados.

A Empresa Brasileira de Notícias (EBN) conseguiu, dentro da linha de contenção dos gastos públicos, reduzir, de janeiro a novembro, em 18% seu quadro de pessoal. Paralelamente, a racionalização no uso das telecomunicações propiciou uma economia de 40% nos gastos desse setor. A criação da Diretoria de Produção, destinada a operar na distribuição da publicidade legal obrigatória, ofereceu perspectiva de rentabilidade, aumentando a oportunidade de obtenção de receitas.

A Fundação Petrólio Portella sofreu ampla reestruturação, de modo a capacitar-se para desenvolver o Projeto Constituinte, que pretende oferecer contribuição à Assembleia Nacional Constituinte através de debates de âmbito nacional.

Também foi objeto do processo de modernização o Departamento de Imprensa Nacional, tendo como consequência imediata a redução dos custos de publicação dos atos oficiais.

O Arquivo Nacional, encerrada a fase de mudança de sede, prepara-se para, na guarda de documentos, equiparar-se aos parâmetros internacionais. Coordenou a realização do "Guia de Fontes Existentes no Brasil para a História da África", deu continuidade ao projeto-piloto da UNESCO para modernização de arquivos tradicionais, e prosseguiu a política de estímulo à integração dos arquivos brasileiros.

Principais Ações para 1987

O Ministério da Justiça, no Campo da ordem jurídica, contribuirá para adequar os diplomas legais, de forma a atender aos ditames da nova Carta Constitucional.

Os conselhos de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, Nacional dos Direitos da Mulher, Nacional de Defesa do Consumidor e Administrativo de Defesa Econômica deverão ter suas atuações intensificadas.

Novas ações, visando ao combate sistemático à violência e à criminalidade, serão implementadas. O programa Cruzada Antiviolência, a ser iniciado em 1987, dará prioridade à reestruturação e ampliação do sistema penitenciário, de maneira a descentralizar e interiorizar os estabelecimentos carcerários, bem como ao reequipamento das Polícias Civil, Militar e Corpo de Bombeiros.

As principais atividades do Departamento de Polícia Federal, na manutenção da ordem interna, estão pautadas nos seguintes objetivos:

— modernização de sua estrutura organizacional, capacitação técnica na área de recursos humanos e atualização dos equipamentos, através do Programa de Modernização e Reequipamento do Departamento de Polícia Federal, recentemente aprovado;

— ação conjunta com as polícias estaduais no combate ao tráfico de entorpecentes, interestadual ou internacional, e ao roubo e ao furto de veículos;

— apoio às ações governamentais estaduais no combate à violência, através da implantação do Sistema Nacional de Informações Criminais, do Sistema Nacional de Armas e Explosivos e do Programa de Técnicas e Ensino Policial; e

— cadastramento dos estrangeiros residentes no País, o que propiciará a implantação definitiva do Programa de Atendimento, Orientação e Controle Interno de Estrangeiros e Passageiros do Tráfego Internacional.

Por último, intensificar-se-á a vigilância com o fim de prevenir delitos relativos à economia

popular, contrabando, descaminho, sonegação fiscal e outras fraudes.

MINISTÉRIO DA MARINHA

A permanente preocupação da Marinha em bem desempenhar sua missão institucional exigiu uma aplicação otimizada dos recursos existentes, visando a contemplar, prioritariamente, as atividades operativas, sem descurar, contudo, da manutenção do patrimônio marítimo nacional e do cumprimento dos acordos internacionais firmados pelo País.

No que respeita ao preparo do poder naval brasileiro, as unidades navais, aeronavais e de fuzileiros realizaram diversos exercícios e operações em nível nacional — inclusive com a participação de unidades aéreas da FAB — e internacional, em conjunto com belonaves argentinas, norte-americanas, uruguaias e venezuelanas. Pode-se dizer que, em 1986, as forças combatentes alcançaram um razoável grau de eficiência, e que a Marinha contribuiu, mais uma vez, para a diplomacia brasileira, através da renovação de laços internacionais de amizade e da demonstração do nosso Pavilhão em diversos portos da Europa, América do Sul, América do Norte, África e Antártida.

O Programa de Reaparelhamento, que visa à obtenção de um poder naval compatível com a grandeza do País, vem sendo rigorosamente cumprido, buscando-se estimular a construção interna de navios de guerra — baseada em projetos desenvolvidos no Brasil — e assim gerando encorajamentos para nossos estaleiros, diminuição de despesas em moeda estrangeira e, sobretudo, redução da indesejável dependência externa.

Dentro dessa filosofia, os seguintes eventos ocorridos em 1986 merecem destaque:

- incorporação do navio-escola Brasil, de projeto e construção nacionais;

- lançamento ao mar da corveta Inhaúma, previsto para meados de 1987, e continuação da construção da corveta Jaceguay pelo Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro;

- batimento da quilha da corveta Júlio de Noronha, a ser construída pelo estaleiro Verolme, que também será o construtor da corveta Fronteira;

- licitação para construção de quatro lanchas-patrulha, devendo a assinatura do contrato com os estaleiros Ebin/Só ocorrer em fevereiro de 1987;

- licitação para construção em estaleiro civil nacional de navios-patrulha de 200-400 toneladas, devendo a construção do primeiro navio ter início em 1987;

- prosseguimento do projeto de navio-patrulha oceânico, de 1.100 toneladas;

- prosseguimento do projeto do submarino Nacional I;

- desenvolvimento dos projetos de navio-patrulha fluvial e do navio de desembarque doca;

- incorporação do primeiro rebocador de alto mar, de uma série de três, em construção pela Estanave, em Manaus;

- licitação para construção, em estaleiro nacional, de um navio polar de pesquisas;

- preparação do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro para construção de submarinos;

- construção de um submarino na República Federal da Alemanha, que faz parte do projeto de transferência de tecnologia para o Brasil, com vistas à construção, no AMRJ, de três unidades semelhantes;

- recebimento de dezesseis helicópteros de instrução dos Estados Unidos;

— aquisição, da França, de seis helicópteros de transporte de tropas e onze biturbinados de emprego geral;

— modernização de quatro helicópteros anti-submarinos na Itália;

— recebimento de doze carros-lagarta-anfíbios dos EUA para o Corpo de Fuzileiros Navais (CFN);

— recebimento de equipamentos de visão noturna e telemetria e equipamentos de comunicações de Israel para o CFN; e

— aquisição de quatro sistemas para lançamento de mísseis superfície-superfície para instalação em fragatas anti-submarino.

No que concerne à manutenção do patrimônio marítimo nacional, cumpre ressaltar que o patrulhamento do nosso litoral tem inibido a prática da pesca ilegal por barcos estrangeiros não autorizados.

Com relação à estrutura de apoio em terra, a administração nacional vem procurando evitar a criação de novas organizações, buscando sempre a economia de recursos humanos e materiais. Entretanto, alguns órgãos tiveram de ser criados em benefício da segurança da navegação e da segurança nacional.

Assim, foram criados em 1986: o 2º Esquadrão de Helicópteros de Emprego Geral, com o propósito de contribuir para o preparo e aplicação do poder naval; a Coordenadoria de Projetos Especiais, em São Paulo, para a obtenção de sistemas e componentes com características peculiares e especiais; a Capitania Fluvial dos Portos do Rio Paraná, em Foz do Iguaçu, e a Agência da Capitania Fluvial dos Portos do Rio Paraná, em Guairá, com a consequente extinção da Delegacia da Capitania dos Portos do Estado do Paraná, em Foz do Iguaçu, e da Delegacia da Capitania dos Portos do Estado do Paraná, em Guairá, em razão de necessidades administrativas da rede funcional da Diretoria de Portos e Costas. A Estação Naval do Rio de Janeiro passou a chamar-se Base Naval do Rio de Janeiro, por desempenhar, atualmente, atividades que a caracterizam como tal.

As áreas marítimas sob jurisdição dos distritos navais foram melhor definidas, e os demais setores levaram o apoio logístico necessário às forças navais em suas respectivas áreas.

Por seu lado, as áreas territoriais dos mesmos distritos navais e do Comando Naval de Brasília sofreram também alteração em suas jurisdições. A principal mudança foi a passagem dos Estados do Piauí e do Maranhão do 3º para o 4º Distrito Naval.

No setor de ciência e tecnologia, a Marinha vem desenvolvendo o Plano Setorial de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Em que pese a falta de recursos, registraram-se alguns avanços tecnológicos, mormente nas áreas de construção naval, armamento, munição, acústica submarina, eletrônica, geociência, biologia, bioquímica e recursos do mar. No futuro, parte desses projetos será entregue à iniciativa privada para industrialização.

Como consequência da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, a plataforma continental do País poderá vir a atingir, em alguns trechos, largura superior a 350 milhas marítimas. Disso resulta a necessidade de determinação do limite exterior da plataforma continental, sempre que ela se estender por mais de 200 milhas. Para execução de tal tarefa, gigantesca em face do imenso litoral brasileiro e da complexidade técnica envolvida, o Ministério da Marinha terá de se aparelhar com meios flutuantes adequados.

Para tanto foi aprovado o II Plano Setorial dos Recursos do Mar e foram realizadas diversas reu-

nões da subcomissão de estudos para delimitação da margem continental.

A Marinha ainda desenvolveu outras atividades que direta ou indiretamente contribuem não só para o desenvolvimento econômico do País, como para o cumprimento de acordos internacionais firmados pelo Brasil. Dentre essas atividades destacam-se: reparos e docagens de navios, embarcações e plataformas de petróleo no Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro e nas bases navais; fiscalização da frota mercante e da construção naval nacional; salvaguarda da vida humana no mar e salvamento marítimo; levantamento hidrográfico do litoral e das hidrovias interiores; e elaboração de cartas náuticas e publicações de interesse do navegante.

No que respeita ao desenvolvimento social, sua contribuição, compatível com suas disponibilidades, deu-se através de medidas de caráter extremo, a exemplo do apoio prestado às populações ribeirinhas da Bacia Amazônica e do Rio Paraguai pelas corvetas e navios-patrulha fluviais, na atuação dos navios de assistência hospitalar Carlos Chagas e Oswaldo Cruz, mantidos através de convênios com os Ministérios da Saúde e Previdência Social, e do intenso programa de ensino visando a formar pessoal, em todos os escalões, para as atividades de transporte marítimo.

Convém finalmente salientar os expressivos trabalhos realizados, em 1986, pela Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, no planejamento do Programa Antártico Brasileiro e na supervisão do Plano Setorial para os Recursos do Mar.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

O ano de 1986 pode ser considerado marco decisivo para o Exército, balizando o início de sua modernização. Com espírito profissional, entusiasmo e dedicação, o Exército conseguiu atingir os objetivos programados para o ano que se encerra, e que constituem uma etapa no seu plano de estruturação, mais especificamente no Projeto Força Terrestre 90, chamado abreviadamente de FT 90.

Tal projeto (FT 90), detalhado até 1990, estende-se além do ano 2000, exigindo do Ministério um grande esforço a fim de alcançar as metas propostas.

A continuidade das ações programadas para os próximos anos terminará por colocar a Força Terrestre em elevado nível de presteza operacional, compatilizando-a com suas responsabilidades e com a grandeza do País a que serve.

As atividades do Ministério do Exército podem ser divididas em essenciais e complementares.

Atividades Essenciais

Voltam-se para a própria instituição, podendo ser sintetizadas como de preparo para o cumprimento de suas missões constitucionais. Em 1986, distinguem-se, entre elas, as seguintes:

- organização e inauguração de dois grupos de artilharia antiaérea, em Brasília e em Sete Lagoas, dotados de canhões BOFORS L70, 40mm e equipamento diretor de tiro — EDT/FILA;

- criação de aviação do Exército, da Diretoria de Material de Aviação do Exército, e formação de pilotos e mecânicos de helicópteros, sempre com a colaboração dos Ministérios da Marinha e da Aeronáutica;

- início da construção da infra-estrutura e formação de recursos humanos para o Centro de Instrução de Guerra Eletrônica;

- obras de construção ou ampliação em cerca de trinta quartelamentos, incluindo a Academia Militar das Agulhas Negras (Rezende — RJ), a Escola de Sargentos das Armas (Três Corações

— MG) e a Escola de Material Bélico (Rio de Janeiro — RJ);

— construção de novos pavilhões em cerca de cinquenta quartelamentos;

— início da construção de cerca de quinhentos próprios nacionais residenciais;

— prosseguimento do processo de informatização no Exército, com a instalação em diversas organizações militares de cento e vinte e três microcomputadores; e

— modernização dos equipamentos de cartografia e telecomunicações.

Quanto ao reaparelhamento, houve sensível avanço, notadamente no setor de blindados, armamento e equipamento básico e crítico. Alguns trabalhos significativos merecem destaque:

— modernização de centenas de carros de combate e viaturas blindadas do tipo M 113, M41 e outros;

— aquisição de cerca de duzentas viaturas Cascavel e sua distribuição às unidades mecanizadas;

— aquisição de milhares de fuzis automáticos leves (FAL) e diversos outros tipos de armamento;

— elevação dos estoques de munição de artilharia e infantaria para níveis de dotação mais adequados; e

— aquisição de equipamentos de comunicações.

Para 1987, o planejamento das ações essenciais prevê a execução da 2ª fase do Projeto FT 90. Dela constam atividades que permitirão:

— reorganizar e reequipar completamente as brigadas, visando a um nível mais alto de presteza e capacidade operacional;

— adquirir e distribuir viaturas blindadas sobre rodas, completando as dotações de todas as organizações militares do Exército;

— completar a dotação de equipamento individual;

— completar a dotação de material de ensino de todas as escolas do Exército;

— realizar estudos, levantamentos e ações preliminares para implantação efetiva da aviação do Exército;

— implantar a primeira fase do Centro de Instrução de Guerra Eletrônica (CIGE); e

— concluir a modernização de todos os blindados do Exército, seja sobre lagartas ou rodas.

Atividades Complementares

Tradicionalmente realizadas pelo Exército em benefício da sociedade brasileira, são atividades de cooperação com outros setores, responsáveis primeiros por esses encargos. Entre elas cabe ressaltar as atividades que permitirão ao País atingir um maior grau de desenvolvimento científico-tecnológico e sócio-econômico, bem como a estreita cooperação mantida com outros órgãos públicos, nas mais diversas áreas.

Desenvolvimento científico-tecnológico

Neste setor — de fundamental importância estratégica para a Força Terrestre e para o desenvolvimento e afirmação do País — cumpre destacar a construção da nova sede do Centro Tecnológico do Exército, em Guaratiba, Rio de Janeiro, e o aparelhamento de laboratórios para geração de tecnologia autóctone. Esse esforço foi acompanhado pela capacitação e formação de pesquisadores no Instituto Militar de Engenharia.

Os modernos e sofisticados produtos da indústria nacional de material de defesa tiveram sua pesquisa e desenvolvimento apoiados pelo Sistema de Ciência e Técnologia do Exército, com todos os recursos materiais e humanos disponíveis.

O crescente desenvolvimento a indústria nacional de material de defesa tem proporcionado o aumento do grau de nacionalização do equipamento em uso pelo Exército e, consequentemente, sua auto-suficiência. Contribui, assim, para o crescimento do poder do País como Nação, facilitando e fortalecendo as manifestações de vontade nacional nas relações e foros internacionais.

Cooperação com o desenvolvimento econômico e social

O Exército brasileiro participa ativamente do processo de desenvolvimento econômico e social do Brasil, sem prejuízo de sua atividade-fim.

Merece destaque prioritário o Projeto Especial Calha Norte que, contando com a participação de vários ministérios, sob a coordenação da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, visa ao desenvolvimento da região ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas.

De acordo com o referido projeto, caberá ao Ministério do Exército o aumento da presença militar na área, guardando as vias naturais de acesso ao território nacional. Para tanto, criará, organizará, articulará, instalará e equipará diversas unidades e subunidades naquela área.

É importante mencionar que, nessas regiões fronteiriças, o Exército, trabalhando conjuntamente com diversos órgãos da administração federal, como por exemplo o INCRA, a FUNAI e a Receita Federal, tem prestado efetivo apoio à população local.

No ano de 1986, teve a seu cargo a execução de diversas obras públicas, como estradas, pontes, açudes, aeroportos e poços, ressaltando-se: a implantação, pavimentação e recuperação de 1.002 Km; a recuperação ou melhoramento de 416 Km de ferrovias; a construção de seis açudes, dos quais três concluídos; a perfuração de cento e quarenta e três poços tubulares; a realização de obras aeroportuárias em cinco cidades; e a continuação do mapeamento do Brasil.

No campo da indústria e do comércio, a contribuição para a capacidade tecnológica nacional que se irradia das fábricas de material de defesa é evidente. A efetiva participação na pauta de exportações, treinamento de mão-de-obra qualificada, e formação de cientistas e engenheiros são exemplos significativos da importância das atividades da indústria de material de defesa, no esforço integrado em prol do desenvolvimento nacional.

Na área social releva-se, em 1986, o apoio constante às populações de áreas carentes e pouco desenvolvidas, seja através da constante participação em campanhas de vacinação e erradicação de endemias, na demarcação de áreas indígenas, ou no auxílio em épocas de enchentes e outras calamidades.

Cooperação com outros órgãos públicos

A intensa cooperação com o Poder Judiciário, com o Congresso Nacional, com outros ministérios e com os diversos estados, territórios e municípios brasileiros teve como pontos relevantes:

— o recadastramento eleitoral;

— a segurança e garantia das eleições durante a votação e apuração;

— contatos, subsídios, estudos e fornecimento de informações por sua Assessoria Parlamentar, visando a auxiliar nos trabalhos legislativos de interesse da Força;

— convênios diversos com estados, territórios e municípios; e

— a elaboração de estudos sobre assuntos da área das Forças Armadas para a Comissão de Estudos Constitucionais.

Realizaram-se ainda trabalhos em conjunto com quase todos os outros ministérios, entre os quais cabe citar:

— com o Ministério da Justiça, para a manutenção da ordem e a preservação do patrimônio público;

— com o Ministério dos Transportes, para a implantação, construção e conservação de estradas, pelos Batalhões de Engenharia;

— com o Ministério da Saúde, visando à vacinação contra diversas endemias, como malária e dengue;

— com o Ministério do Interior, em convênio sobre segurança para a população e patrimônio de Angra dos Reis; e na demarcação de reservas indígenas;

— com o Ministério das Comunicações, em trabalho de integração no exercício de campanha do Comando Militar do Sul;

— com o Ministério Extraordinário para Assuntos de Irrigação, na construção, no Nordeste, de poços e açudes pelos Batalhões de Engenharia;

— com os Ministérios da Marinha, Aeronáutica, Estado-Maior das Forças Armadas e Gabinete Militar da Presidência da República, com vistas a uma maior integração entre os mesmos.

Assim, a par da execução das tarefas ligadas à sua atividade-fim, o Exército prestou, em 1986, efetiva colaboração ao desenvolvimento nacional. Sempre que solicitada, a Força Terrestre respondeu positivamente ao apelo de outros órgãos públicos, confirmando uma tradição que data da nossa independência.

Com elevada compreensão do papel que assume na defesa e na construção da Pátria, o Exército brasileiro tem a certeza de que continuará a corresponder à confiança que nele deposita a Nação.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Os resultados da política externa em 1986 foram amplamente positivos. O Brasil continuou a fortalecer sua posição no cenário internacional, como resultado do processo de consolidação democrática, e se manteve dentro de uma linha inviolável de coerência com os tradicionais princípios que inspiram seu relacionamento com outros Estados e sua atuação nos mais diversos foros. Reinforced-se, ao mesmo tempo, a eficácia da ação diplomática e sua total identificação com a nova realidade política, econômica e social do País.

A política exterior desenvolveu-se constantemente sob o signo da maturidade e da negociação, respondendo com naturalidade aos interesses e anseios nacionais. Na busca permanente da paz, do diálogo e da cooperação, deram-se provas inequivocas do propósito de intensificar e aperfeiçoar vínculos com as áreas consideradas prioritárias, e de seguir abrindo novas frentes de relacionamento externo.

Nesse contexto, a intensa atividade diplomática que se verificou no ano passado foi decorrência espontânea da maior capacidade que o Brasil passou a ter de afirmar-se internacionalmente, o que, por sua vez, lhe tem conferido papel de crescente importância e responsabilidade.

Para enfrentar os desafios dessa nova posição brasileira no contexto internacional, fez-se necessário e urgente que o Itamaraty — órgão coordenador e executor da política externa, cujas estruturas datavam do início dos anos sessenta — fosse objeto de ampla e séria reforma administrativa. Assim, através da Lei nº 7.501, aprovada pelo Congresso Nacional em 27 de junho, o Serviço Exterior brasileiro passou a contar com regras claras e sólidas sobre as carreiras de diplomata, oficial de chancelaria e demais categorias funcionais.

No plano das relações bilaterais, observe-se em 1986 notável progresso. Para tanto, muito contribuiram as visitas presidenciais realizadas a Portugal, Cabo Verde, Itália, Vaticano, Argentina e Estados Unidos, eventos esses que realçaram um novo sinal no processo de condução da política externa. De especial significado também revelaram-se as visitas feitas ao Brasil pelos presidentes da Costa Rica, Venezuela, El Salvador, Argélia, Uruguai e Argentina, além dos primeiros-ministros da Finlândia e do Suriname. Cabe registrar, de outro lado, entre outras, as visitas do Ministro das Relações Exteriores à Arábia Saudita, Cuvete, Equador, Angola, Zâmbia, Zimbábue, Nigéria e Camarões. Receberam-se em Brasília os chanceleres do Uruguai, Paraguai, Gana, Dinamarca, Portugal, México, além dos secretários-gerais da ONU e OEA e diversas autoridades estrangeiras.

A atuação brasileira com vistas ao fortalecimento dos foros multilaterais tem sido marcante, sobretudo como instrumento de afirmação de posições contrárias à bipolarização das relações internacionais e ao agravamento das disparidades econômicas e tecnológicas no plano mundial. Com esse propósito, a presença brasileira na Assembleia Geral Especial das Nações Unidas sobre a situação econômica crítica da África, na XLI Assembleia Geral da ONU, na XVI Assembleia General da OEA e na Reunião Ministerial do GATT, em Punta del Este, incentivou a busca de novas formas de cooperação entre os países em desenvolvimento e a abertura de espaços políticos e econômicos que lhes assegurem condições de influir nas questões de seu interesse no âmbito internacional.

Desenvolveu-se, em 1986, importante iniciativa diplomática que resultou na aprovação, por expressiva maioria da Assembleia Geral das Nações Unidas, da Declaração da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul. Essa iniciativa, que contou com a participação de vários países latino-americanos e africanos, constitui relevante contribuição para manter o Atlântico Sul a salvo de tensões e conflitos e conservá-lo como elo permanente de entendimento e cooperação entre os países da região. A aprovação da resolução da ONU demonstrou a capacidade diplomática do Brasil, tendo sido a iniciativa no gênero que maior apoio numérico recebeu no âmbito daquela organização.

Dentro da prioridade que a América Latina representa para a política externa brasileira, tiveram destaque os acordos bilaterais de integração e cooperação econômica assinados com a Argentina e o Uruguai.

Os acordos com a Argentina criaram contexto inédito no relacionamento bilateral. A vontade política refletida nesses acordos deverá concretizar-se já a partir de 1987, quando serão colocados em prática os entendimentos relativos à integração econômica. Nesse mesmo contexto, as relações com o Uruguai adquiriram maior profundidade, com novas perspectivas de intensificação do intercâmbio.

Atendendo à solicitação do governo norte-americano, o Brasil manteve relações com representantes daquele país, durante as quais esclareceram-se questões relativas à execução da Lei de Informática brasileira, seu alcance e abrangência, buscando-se pontos de vista convergentes. Foram ressalvadas e resguardadas a intocabilidade e a inegociabilidade da legislação em apreço.

A reunião do GATT em Punta del Este, em setembro passado, marcou o início de uma nova rodada de negociações comerciais multilaterais, considerada das mais relevantes pela abrangência

dos temas a serem negociados. A participação brasileira na definição dos parâmetros que disciplinarão as novas conversações foi decisiva. O Brasil, ao contribuir para desvincular o tratamento de bens, de um lado, e serviços, de outro, preservou-se em relação aos resultados finais da nova rodada. A reunião deu oportunidade também a um exercício diplomático de aliança com outros países em desenvolvimento.

A prioridade atribuída às relações com a África manifestou-se na visita presidencial a Cabo Verde, cuja importância transcendeu aos vínculos bilaterais com aquele país. O pronunciamento brasileiro marcou posição clara com relação à situação na África Austral, particularmente no tocante à condenação do **apartheid** e ao apoio a Angola. A participação da chancelaria brasileira na Assembleia Especial da ONU sobre a situação econômica crítica da África foi outro momento que traduziu a relevância atribuída aos laços com as nações africanas.

Nesse contexto, a viagem ministerial à África, em novembro último, teve como resultado o reavivamento da aproximação com o continente vizinho, além de encontros com presidentes da SWAPO e do Congresso Nacional Africano. Do ponto de vista econômico-comercial, a viagem proporcionou dividendos em termos de possíveis negócios junto ao mercado africano.

No mês de julho, o Brasil restabeleceu relações diplomáticas com Cuba. Desde então, os dois governos têm-se dedicado ao exame conjunto das possibilidades de cooperação e intercâmbio, principalmente na área comercial. Esse reavivamento significa a expressão concreta no sentido universalista que orienta nossa política externa.

Na qualidade de membro do Grupo de Apoio a Contadora, o País continuou a apoiar as diligências para uma solução pacífica na crise centro-americana, participando de sucessivas reuniões sobre o assunto. Embora não de todo satisfatório, em termos de acordos abrangentes e definitivos, esse esforço tem conseguido evitar a eclosão de conflito mais grave, de repercussões imprevisíveis em todo o continente.

Também o Brasil continuou a acompanhar atentamente os desdobramentos da questão das Malvinas. Em reuniões dos chanceleres do Brasil, Uruguai e Argentina em Punta del Este, na XVI Assembleia Geral Extraordinária da OEA e na XLI Assembleia Geral da ONU, reiterou-se apoio à reivindicação de soberania da Argentina sobre essas ilhas do Atlântico Sul e buscaram-se condições que venham a propiciar uma solução negociada para o litígio com o Reino Unido.

Deu-se prosseguimento, no decorrer do ano, à prática, reiniciada no atual Governo, de realização de reuniões periódicas com embaixadores brasileiros credenciados em determinados países. Essa prática tem contribuído para maior coordenação e avaliação da política brasileira em relação a áreas específicas. Cabe menção, nesse sentido, às reuniões mantidas com os representantes diplomáticos que atuam no Oriente Médio, nos países amazônicos e na África Austral.

As atenções da diplomacia brasileira continuaram voltadas, em 1987, para as questões políticas e econômicas de maior relevo no plano internacional. Com firmeza, criatividade e espírito de cooperação, caberá prosseguir com os esforços dedicados ao desarmamento, à solução pacífica de conflitos internacionais, ao desenvolvimento autônomo na área científico-tecnológica, à colocação de produtos de exportação no mercado mundial, ao tratamento político da dívida externa e aos

contenciosos comerciais com os países industrializados.

A busca de condições que assegurem o estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional, mais justa para as nações em desenvolvimento, continuará a ser objetivo de política externa, com relevo para a maior aproximação com os países em desenvolvimento da América Latina, África e Oriente Médio.

Continuará também a ter destaque o relacionamento com parceiros tradicionais do mundo desenvolvido, como Estados Unidos, CEE, Canadá e Japão, buscando-se aperfeiçoar o diálogo político e alcançar patamares cada vez mais elevados de intercâmbio. Pretende-se, de outro lado, intensificar os laços de cooperação com países da Europa Oriental e da Ásia, neste último caso, com a Índia e a República Popular da China.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

As ações do Ministério da Fazenda, ao longo de 1986, estiveram orientadas principalmente para a implantação do Programa de Estabilização Econômica, e posteriormente para sua consolidação e correções que se mostraram necessárias.

No campo da política fiscal, deu-se continuidade ao rígido controle da execução orçamentária, evitando-se dessa forma o surgimento de pressões inflacionárias autônomas. Todos os esforços visaram modernizar a gestão dos recursos orçamentários e exercer controle mais rigoroso e unificado sobre os gastos públicos privilegiando ao mesmo tempo os dispêndios de natureza social.

Através do Decreto nº 92.452/86, foi criada, na estrutura do Ministério da Fazenda, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Suas funções, entre outras, englobam o controle da execução do orçamento da União, dos haveres mobiliários e das responsabilidades diretas e indiretas do Tesouro Nacional, bem como das operações de crédito internas e externas. A STN passou também a desempenhar as funções do órgão central dos sistemas de administração financeira, contabilidade e auditoria.

A partir da criação da STN, foi possível orientar a programação financeira no sentido de ajustar os compromissos de desembolso das unidades beneficiárias ao efetivo ingresso de recursos no caixa do Tesouro Nacional. Os recursos alocados na "reserva de contingência" foram destinados, prioritariamente, ao atendimento dos gastos com pessoal e encargos sociais, sendo utilizados somente após o cancelamento das dotações incluídas em "outras despesas correntes" e "outras despesas de capital".

Essas modificações na administração financeira do Governo Federal complementaram-se, ao final do período, com outras três importantes medidas: criação do sistema de caixa único do Tesouro Nacional (Decreto nº 93.872); definição das finalidades, organização, composição e competência do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo (Decreto nº 93.874); e aprovação das normas gerais sobre o Plano de Contas da Administração Federal, que deverá nortear a elaboração da contabilidade da administração federal (Instrução Normativa nº 23, da Secretaria do Tesouro Nacional).

A necessidade de recomposição da carga tributária, bem como sua distribuição de forma mais justa, orientaram diversas medidas para elevação da receita. Como medida geral, diminuiu-se o hiato entre o pagamento de impostos pelo contribuinte e o seu efetivo recolhimento aos cofres

do Tesouro (Portaria MINIFAZ nº 521, de 24-12-85). Esta medida reduziu em aproximadamente dez dias a permanência de recursos orçamentários na rede bancária.

Na área do Imposto de Renda, iniciou-se em 23-12-85 uma ampla reformulação em sua estrutura. O recolhimento na fonte para pessoas físicas passou a ser feito em regime de bases correntes, eliminando-se grave distorção gerada anteriormente pelo sistema de devoluções. Para as pessoas jurídicas, diversas alterações visaram cobrir a evasão fiscal, ao mesmo tempo em que se instituiu o regime semestral de declaração para empresas com lucro real ou arbitrado superior a 40 mil OTN.

Os demais impostos foram utilizados tanto no sentido de elevar as receitas públicas quanto para auxiliar nas correções de rumo do Programa de Estabilização. No Imposto sobre Operações Financeira (IOF), reduziram-se as alíquotas incidentes sobre as liquidações de operações de câmbio em pagamento de importações de produtos agrícolas, bens destinados a programas e projetos de pesquisa na área de informática, equipamentos sem similar nacional e insumos necessários à fabricação de produtos farmacêuticos. Foi ainda restabelecido o IOF sobre importações de petróleo bruto, com alíquota fixada em 32% e entrada em vigor a partir de 01-01-87.

Com as medidas corretivas implantadas em 21-11-86, foram elevadas as alíquotas de IPI incidentes sobre bebidas, cigarros e automóveis. Esta elevação visava um desaquecimento da demanda global, preservando contudo o consumo básico da carne de menor renda.

A execução financeira do Tesouro Nacional em 1986 resultou em déficit fiscal de Cz\$ 106,2 bilhões, consequência de receita líquida de Cz\$ 394 bilhões (crescimento real de 24,2% em relação a 1985), e de despesas globais de Cz\$ 500,2 bilhões (74,8% a mais do que em 1985). Todavia, o efeito expansionista do déficit fiscal sobre a base monetária foi de apenas Cz\$ 15,4 bilhões, já que, pelo lado das despesas, Cz\$ 90,8 bilhões referem-se a transferências para o Banco Central.

O déficit do Tesouro pôde ser facilmente absorvido pelo processo de remonetização da economia que se seguiu ao Programa de Estabilização Econômica. Assim, em consequência do aumento da demanda por moeda, foi possível realizar expressivo resgate de títulos da dívida pública, cujo saldo ao final do ano experimentou redução de 20,3% em termos reais.

A remonetização da economia condicionou também a execução das políticas monetária e creditícia, modificando profundamente a composição dos haveres financeiros e alterando a estrutura de aplicações dos agentes financeiros.

Durante o primeiro semestre, as políticas monetária e de crédito buscaram permitir que o sistema acomodasse a elevação natural da demanda por moeda e atendesse às necessidades de crédito decorrente da aceleração do crescimento.

No segundo semestre, com os primeiros sinais de superaquecimento da demanda, a política monetária passou a ser conduzida de forma mais rigorosa, adequando-se à expansão da liquidez, ao crescimento da produção e à evolução dos preços.

No tocante ao crédito, manteve-se controle estreto do crédito pessoal, ao mesmo tempo em que recursos em condições mais favoráveis eram dirigidos às atividades consideradas prioritárias, entre elas as vinculadas aos setores agrícolas, exportador e energético.

Os empréstimos do sistema financeiro ao setor privado cresceram 91,1% ao ano, atingindo Cz\$

1.098 bilhões em novembro de 1986. Os saldos de crédito concedidos através do Banco do Brasil e dos bancos comerciais cresceram, respectivamente, 165% e 156%.

O principal beneficiário do processo de remonetização da economia foi, sem dúvida, o setor rural, em função do contingenciamento das aplicações bancárias. As operações de crédito rural cresceram 188% no Banco do Brasil e 232% na rede bancária privada, resultando, em termos globais, em injeção de recursos da ordem de Cz\$ 200 bilhões sob a forma de crédito de custeio, investimento e comercialização.

A questão do abastecimento reteve atenção permanente do Governo, já que constituiu determinante crítico das possibilidades de sucesso do Programa de Estabilização. Para integrar as ações do setor público nessa área, foi criado pelo Decreto nº 92.408, de 20-2-86, o Conselho Interministerial de Abastecimento (CINAB). A secretaria executiva do CINAB é exercida pela Secretaria Especial de Abastecimento e Preços do Ministério da Fazenda (SEAP), à qual compete, basicamente, implementar a política de abastecimento, coordenando as ações dos diversos órgãos envolvidos em sua execução.

A decisão de adquirir no exterior gêneros alimentícios de primeira necessidade, diretamente ou através de iniciativa privada, visou garantir a manutenção dos preços e a disponibilidade dos produtos que compõem a cesta básica de consumo. Tal decisão foi de extrema importância para preservar os ganhos reais de salários, considerando que os gastos com alimentação absorverem, em média, metade do rendimento mensal dos trabalhadores.

Ao final de 1986 e início de 1987, o Governo dispunha de um estoque de 1.050 mil toneladas de arroz e de 3.365 mil toneladas de milho. Esses estoques puderam não apenas compensar os efeitos adversos decorrentes da quebra da safra observada em 1985/86, mas ainda atender ao significativo aumento do consumo ocorrido no ano passado. No caso específico do milho, a garantia do abastecimento foi fundamental para promover a expansão da avicultura e da suinocultura.

Também o abastecimento de leite mereceu atenção especial por parte dos órgãos responsáveis. As dificuldades já crônicas enfrentadas pelo setor acentuaram-se ante o significativo aumento da demanda, agravado pelos programas governamentais na área de alimentação e nutrição. O Governo e a iniciativa privada importaram, durante 1986, cerca de 245 mil toneladas de leite em pó, além de 57,2 mil toneladas de outros produtos lácteos (manteiga e queijo).

Ainda com o intuito de complementar a oferta interna e manter o abastecimento compatível com as necessidades, foram autorizadas importações, pela iniciativa privada, de 49 mil toneladas de batatas, 89 mil toneladas de feijão e 17 mil toneladas de alho. As importações de carne alcançaram cerca de 350 mil toneladas, sendo 300 mil pelo Governo e 50 mil pela iniciativa privada.

É importante notar que as importações realizadas, na medida em que visavam exclusivamente normalizar o abastecimento e impedir manobras especulativas, foram sempre dimensionados de modo a não prejudicar a produção nacional.

Na política de preços, a ação do Ministério da Fazenda esteve orientada para dar suporte às medidas de tabelamento ou congelamento que acompanharam o Programa de Estabilização Econômica. De um lado, exigiu-se atuação decisiva por parte dos órgãos fiscalizadores. De outro, reforçou-se o acompanhamento de preços como

forma de garantir clara sinalização à política de abastecimento do mercado interno.

Esse princípio orientou a elaboração pela SUCINAB de três tabelas ao longo do ano, buscando corrigir e administrar os preços de mais de mil produtos, inclusive industrializados. Da mesma forma, a concessão do subsídio ao produtor do leite, determinada em meados do ano, e a majoração de seu preço no início de 1987 visaram estimular a produção e corrigir defasagens que se acumulavam desde longa data.

O expressivo número de lançamentos de produtos no mercado, particularmente os industrializados, exigiu acompanhamento atento para impedir que produtos que já faziam parte da linha normal de produção se apresentassem como novos apenas para justificar acréscimos nos preços. Nesse contexto, foi decisiva a atuação do Conselho Interministerial de Preços (CIP) e da Secretaria Especial de Abastecimento e Preços (SEAP). As análises das planilhas de custos das empresas possibilitaram definição de produtos realmente novos e fixação de preços que, a par de garantirem a remuneração devida aos fabricantes em relação aos custos reais de produção, fossem compatíveis com o princípio de estabilização de preços.

No setor agrícola, a manutenção de uma política de preços mínimos, voltada para assegurar remuneração adequada aos produtores, permite antever um expressivo crescimento da produção de alimentos na próxima safra. Esse desempenho, combinado com uma política de formação de estoques reguladores, garantirá a estabilidade dos preços e, consequentemente, a manutenção dos ganhos reais de salários obtidos pela classe trabalhadora.

A partir de agora inicia-se nova fase política de preços. Decorrida um ano da implantação do Programa de Estabilização, o enfoque localizado passa a ceder lugar a uma abordagem mais ampla, que permita a recomendação e o funcionamento regular e estável da economia.

Tal abordagem tem por princípio respeitar os mecanismos de mercado; preservar as estruturas de intermediação eficientes e organizadas; normalizar o abastecimento, eliminando a especulação provocada por alguns desajustes já observados; e garantir a rentabilidade necessária à decisão de investir, preservando o crescimento e ampliando a renda e o nível de emprego.

O Programa de Estabilização Econômica teve profundo impacto sobre os mercados financeiros e, em particular, sobre o mercado de capitais. Na medida em que constituiu poderoso estímulo à atividade produtiva, em detrimento da especulação financeira propiciou alargamento da base de investidores e aumento das quantidades negociadas nos mercados secundários das bolsas de valores, abrindo considerável espaço para a capitalização das empresas. Até novembro, através do mercado primário de ações, haviam sido carreados para as empresas recursos da ordem de Cz\$ 15,5 bilhões, decorrentes de 146 lançamentos de ações autorizados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Da mesma forma, as debêntures foram estimuladas por medidas específicas — sob a forma de redução, de 40% para 15%, da alíquota do Imposto de Renda na fonte sobre os rendimentos desses papéis —, e com a criação de debêntures com taxas flutuantes e sem cláusulas de repartuição.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

No Ministério dos Transportes iniciou-se, em 1986, a implantação de um processo contínuo

de planejamento coordenado, integrado e participativo.

Como principal produto desse processo, foi elaborado o Programa de Desenvolvimento do Setor Transportes (PRODEST), para o quadriênio 1986-89, cuja pauta específica compõe-se de projetos bem definidos e dependentes das metas de desenvolvimento fixadas pelo PND-NR.

Outro importante produto desse processo é o sistema de controle, avaliação e acompanhamento da programação do setor de transportes. Abrangendo todas as instituições vinculadas, possibilitará uma avaliação permanente da ação desenvolvida pelo Ministério.

Destaque especial dentro do PRODEST deve ser dado ao novo Programa de Corredores Estratégicos de Transporte — que distingue os eixos pioneiros de penetração, concedendo apoio decisivo à expansão da fronteira econômica e aos programas de desenvolvimento rural e de reforma agrária. A implementação desses eixos de transporte será feita de maneira gradual, levando-se em conta a capacidade de investimento do País e o desempenho dos demais setores comprometidos com os programas.

Maior participação da iniciativa privada nos investimentos em transportes tem sido buscada mediante um trabalho sistemático e persistente no sentido de estimular o empresariado ligado ao setor — construtores, operadores, fornecedores de equipamentos e serviços de apoio — a apresentar propostas concretas e específicas sobre projetos que efetivem esse envolvimento.

Foi também objeto de preocupação do Ministério adequar o setor no que diz respeito à sua estrutura organizacional e gerencial, tendo sido encaminhado ao Grupo Executivo da Reforma da Administração Pública (GERAP) um documento contendo diretrizes e propostas de reorganização.

Investimentos em Programas de Transportes em 1986

Os investimentos do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) estiveram dirigidos prioritariamente à restauração e conservação da infra-estrutura viária. Foram restaurados cerca de 4 mil km de rodovias e realizados serviços de conservação preventiva em 5 mil km da malha.

Com relação à construção e pavimentação, destaca-se a continuidade da implantação da rodovia BR-364, no trecho Porto Velho-Rio Branco.

Foram também realizados investimentos significativos no Programa de Rodovias Vicinais, com trabalhos de revestimento e pavimentação em cerca de 4 mil km.

No setor de transporte ferroviário de cargas, a ação da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA) orientou-se para a remodelação e restauração do sistema, com reflexos positivos sobre a capacidade de transporte, verificando-se a produção de cerca de 38,9 bilhões de toneladas-quilômetro-útil, 5% acima do realizado em 1985. Os maiores investimentos dirigiram-se aos corredores Goiás-Minas e Paraná-Santa Catarina.

O programa de renovação e recuperação do material rodante também teve continuidade, com ênfase para o parque de locomotivas, registrando-se a aquisição de 20 unidades novas e a recuperação de 34 outras unidades.

Na área do transporte ferroviário urbano, a cargo da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) e da RFFSA — ainda responsável pelos sistemas do Nordeste — os investimentos objetivaram melhorar o nível dos serviços oferecidos à população das grandes cidades, com destaque

para Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre.

No setor portuário sobressaem-se principalmente os projetos ligados à movimentação de granéis sólidos (Aratu, Vitória e Capuaba) e de contêineres (Paranaguá), bem como os de reconstrução e recuperação de instalações portuárias para carga geral (Recife, Itaqui e Itajaí).

Quanto às hidrovias interiores, foram aplicados recursos em serviços de conservação, principalmente nos rios São Francisco e Paraguai, no sistema Lagoa dos Patos-ibicuí-Jacuí e na Bacia Amazônica. Prolongou-se ainda com a construção do terminal de Porto Velho.

Na área de navegação e marinha mercante, destaca-se a elaboração de uma nova política para o setor, com ampla participação das associações, sindicatos e federações — patronais e trabalhistas. Essa política visa proporcionar às empresas brasileiras de navegação condições indispensáveis ao desempenho de suas atividades, em níveis adequados de eficiência, economicidade, segurança e confiabilidade, segurando-lhes competitividade nos mercados interno e externo.

Buscando melhorar as condições do transporte fluvial de passageiros de baixa renda, foram estabelecidos critérios e condições especiais para financiamento, à conta do Fundo de Marinha Mercante (FMM), para armadores interessados na exploração daqueles serviços.

O programa de fomento à marinha mercante, com recursos do FMM, contratou mais cinco unidades no ano de 1986. Nos estaleiros nacionais, desenvolve-se a construção de 53 embarcações, num total de 724.520 Toneladas de Pente Bruto — TPB, também financiadas com recursos do FMM.

Encontram-se em tramitação processos que visam a contratação de mais 22 embarcações, equivalentes a cerca de 500 mil TPB.

Perspectivas para 1987

Para 1987, programa-se a consolidação do processo de planejamento, com a revisão e atualização do PRODEST para o quadriênio 1987-90. Nessa revisão, o enfoque do planejamento e a ação subsequente estarão dirigidos para os corredores de transportes, rompendo com a visão unimodal do setor e reforçando a coordenação e a integração de ações a nível ministerial.

Deverá consolidar-se, também, a participação da iniciativa privada como instrumento complementar de mobilização e alocação de recursos financeiros na implantação da infra-estrutura de transportes.

Nesse processo de arregimentação do setor privado, destaca-se a retomada das obras para conclusão da Ferrovia do Aço em dois anos, em que os usuários participam com 50% dos investimentos previstos para essa etapa. Além disso, outras negociações em curso visam atrair a iniciativa privada para a participação nos projetos da Ferrovia Norte-Sul (ligando Açaílândia, no complexo Carajás, a Anápolis); no novo acesso rodoviário à cidade do Rio de Janeiro (Linha Vermelha); e no novo sistema ferroviário de transporte de passageiros entre São Paulo e Rio de Janeiro.

Na área institucional, deverão estar concluídos os estudos e iniciada a implantação dos trabalhos de reorganização de todas as entidades vinculadas ao setor.

O Programa de Corredores Estratégicos terá continuidade, com prioridade para os corredores do Araguaia-Tocantins e do Rio São Francisco. No primeiro, será iniciado um grande projeto de

pesquisa, sem precedentes no País e, no segundo, a implantação de uma hidrovia moderna.

Em 1987, a ação do DNER deverá continuar dando prioridade à restauração de 5 mil km de rodovias; à conservação de 64 mil km da malha, incluindo-se a implantação de balanças; à implantação da BR-364, entre Porto Velho e Rio Branco; e à implantação de trechos dos corredores estratégicos.

Outros programas, relacionados com a segurança de veículos e pedestres, receberão idêntica prioridade, visando diminuir o elevado número de acidentes. Destacam-se nesse sentido os programas para eliminação de pontos negros em rodovias e para correção de travessias urbanas perigosas.

No transporte ferroviário de cargas, será estudada a implementação de um contrato-programa da RFFSA com o Governo, para o período de 1987-89. Trata-se de importante instrumento administrativo que contribuirá para tornar mais transparentes os compromissos — associados às metas de produção, produtividade, expansão e desempenho econômico-financeiro constantes do PRODEST — assumidos pelos setores do Governo e pela RFFSA. Os estudos de modernização gerencial e institucional da RFFSA indicam a possibilidade de se recorrer, em prazo relativamente curto, ao mercado acionário para captação de recursos para investimentos.

Na área do transporte ferroviário urbano, dar-se-á prosseguimento aos programas em curso, buscando-se capacitar os sistemas para maior oferta de transporte, com segurança, regularidade e dentro de níveis de conforto aceitáveis pela população. A CBTU deverá superar a marca dos 660 milhões de passageiros em 1987, aumentando, portanto, em mais de 30% o número transportado em 1986.

A PORTOBRÁS, com seu programa de reequipamento dos portos brasileiros, permitirá a melhoria do desempenho na movimentação interna e externa de produtos. Esta movimentação deverá crescer 17% em relação a 1986, atingindo 373 milhões de toneladas. Também em 1987, o Ministério dos Transportes pretende definir uma nova política para o setor portuário brasileiro, com a participação de toda a comunidade envolvida na operação de portos, mediante a realização de encontros nacionais para discussão do assunto.

Com relação à marinha mercante, espera-se maior estabilidade nos seus negócios, em consequência das ações que estão sendo desenvolvidas, favorecendo a encomenda de novas embarcações e propiciando a renovação da frota brasileira.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

O Ministério da Agricultura buscou, através de suas ações em 1986, estimular o aumento da produção agropecuária para consumo interno e exportação, promover a retomada dos investimentos visando ao aumento da produtividade, elevar os níveis de renda no setor rural e regularizar o abastecimento interno de gêneros básicos.

Com o Programa de Estabilização Econômica, adotado pelo Governo em 28-2-86, o setor agropecuário viu abrir-se um cenário extremamente favorável ao desenvolvimento de suas atividades. A eliminação da correção monetária nos financiamentos contraídos pela agricultura traduziu-se, de imediato, em maiores possibilidades de planejamento e de uso de recursos próprios, viabilizando a expansão da área plantada e a retomada dos investimentos.

Também, o setor público pôde definir formas e fontes de financiamento, taxas de juros compa-

íveis com a realidade rural e preços mínimos plurianuais, condições há muito requeridas e que seriam impossíveis frente à conjuntura de preços instáveis e crescentes. A manutenção dos níveis de preços dos insumos, por sua vez, estimulou a expansão da demanda, enquanto a abertura de linhas de crédito para investimentos permitiu a retomada do processo de modernização, interrompido desde a década passada.

Por outro lado, a regularidade do abastecimento interno esbarrou na sazonalidade característica da produção e no caráter não oligopolista dos mercados agrícolas, o que dificulta sua adequação a uma política de congelamento de preços a nível de varejo, e de fixação de margens no atacado. No sentido de contornar estes obstáculos e obter a normalização do abastecimento, recorreu-se a um vultoso programa de formação de estoques reguladores e de importação de gêneros básicos — carne, arroz, milho, leite em pó e manteiga — que consumiu recursos da ordem de Cr\$ 1,8 bilhão.

Além das dificuldades observadas nas negociações entre produtores e intermediários para fixação das margens de lucro, o abastecimento de alguns gêneros básicos foi também prejudicado pelas condições climáticas adversas nas fases do ciclo produtivo.

As quebras de safra ocorridas para produtos como café, feijão, soja, milho e laranja, que respondem por elevada participação no valor bruto da produção, associadas às dificuldades de comercialização, inclusive no mercado externo, resultaram em fraco desempenho para o setor como um todo em 1986. Segundo estimativas do IBGE, o índice do produto real da agricultura deverá apresentar variação negativa de 7% relativamente a 1985.

Já com vistas à safra 1986/87, introduziram-se modificações no sistema de cálculo dos Valores Básicos de Custo (VBC), no sentido de orientar e estimular os produtores em suas decisões de plantio. O limite de financiamento do VBC para os produtos básicos de alimentação (arroz, feijão, milho e mandioca) foi fixado em 100%. Para as demais culturas, o VBC foi fixado em 100% para o pequeno produtor, 80% para o médio e 60% para o grande produtor, à exceção da cana-de-açúcar, cacau, seringueiras e café, que receberam de 40% a 50% do VBC.

Foram também introduzidos preços mínimos plurianuais, com acréscimos reais para os cultivos básicos de alimentação (arroz, feijão, mandioca, milho e sorgo). Nesta nova sistemática, incorporou-se uma cláusula de reajuste automático nos preços mínimos, através do Índice de Preços Pagos pelo Produtor (IPP), que é acionada toda vez que os custos de produção cresçam 20%.

No contexto da política de preços mínimos em 1986, as Aquisições do Governo Federal (AGF) haviam atingido, até 31-10-86, Cr\$ 11,3 bilhões, e os Empréstimos do Governo Federal (EGF), Cr\$ 22 bilhões.

Quanto à política de crédito rural, foram aprovados novos critérios para a concessão de créditos e estabelecidas taxas de juros compatíveis com a atividade agrícola. Foram programadas, para 1986, aplicações de Cr\$ 29 bilhões para crédito de investimento e de Cr\$ 54,8 bilhões para crédito de custeio e comercialização.

No entanto, o valor total desembolsado em crédito rural no segundo semestre de 1986, que corresponde ao financiamento, ao custeio e investimentos para a safra vindoura, superou largamente as metas programadas. Foram aplicados no total Cr\$ 109,6 bilhões, dos quais Cr\$ 66,5 bilhões para custeio agrícola, Cr\$ 4,6 bilhões para custeio

pecuário, Cr\$ 23,4 bilhões para investimento e Cr\$ 15,1 bilhões para comercialização. O valor total dos créditos, no segundo semestre de 1986, teve um crescimento real de 46,7% em relação ao mesmo período de 1985. Os recursos de investimento cresceram, em termos reais, 145%, e o custeio agropecuário, 49,6%.

Esse conjunto de medidas na área de crédito rural e de preços mínimos gerou condições extremamente benéficas para a próxima safra agrícola, que não apenas deverá registrar um recorde de produção, superando-se pela primeira vez a barreira dos 60 milhões de toneladas de grãos, mas também deverá apresentar crescimento considerável na produção de alimentos de consumo doméstico. O aumento previsto para 1987 na produção de cereais e oleaginosas é de 11% em relação à safra 1985/86.

Observou-se acentuado acréscimo na participação dos bancos comerciais no financiamento à agropecuária, que passou de 24% no segundo semestre de 1985 para 39% em igual período de 1986.

Tal mudança no perfil de concessão de crédito deveu-se à modificação ocorrida na exibibilidade de aplicações pelo sistema bancário, que passou a ser de 10% sobre os depósitos líquidos à vista dos pequenos bancos, 20% dos médios e 30% dos grandes. Desses totais, 30% dos empréstimos seriam feitos a mini e pequenos produtores e 30% para investimentos. Para facilitar a concessão desses créditos, o Governo estuda nova classificação, visto que a atual, baseada na renda bruta anual do produtor, na maioria das vezes inviabiliza a tomada de empréstimos por aqueles cuja renda líquida seja maior devido à estrutura de produção mais eficiente.

No tocante à regularidade do abastecimento, e diante das sérias dificuldades observadas ao longo de 1986, o Ministério da Agricultura ultimou, no âmbito do Plano de Metas 1986-89 do Governo Federal, os estudos para implementar um ambicioso plano de armazenagem que visa ampliar significativamente a capacidade de estoqueamento do País. Com o concurso ativo da iniciativa privada, espera-se elevar aquela capacidade para 76,4 milhões de toneladas em 1989, um crescimento de 27% em relação a 1985. Para 1987, a meta é atingir uma capacidade de 64,8 milhões de toneladas, principalmente através da agilização dos financiamentos ao setor privado.

Para viabilizar o Plano de Metas, foi criado o Conselho de Crédito Rural e Agroindustrial (CCRA), com a finalidade de assessorar o Conselho Monetário Nacional nos assuntos de crédito rural e agroindustrial, de preços mínimos de garantia e de Valores Básicos de Custo. Foi também criado o Fundo de Desenvolvimento Rural (FDR) junto ao Banco do Brasil S.A., visando assegurar fontes estáveis de apoio ao setor rural via crédito. No mesmo sentido, deve-se destacar a criação da Cademeta de Poupança Rural, objetivando carrear recursos para o setor.

O Ministério da Agricultura deu continuidade ao Programa de Recuperação Econômico-Financeira do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC) e à implementação de novos programas creditícios visando promover o cooperativismo no País. Até 30 de setembro de 1986 haviam sido contratadas pelo Banco 2.175 operações de crédito, totalizando Cr\$ 1,7 bilhão.

Por fim, vale mencionar que o Ministério da Agricultura, em consonância com os objetivos sociais do Governo, deu continuidade em 1986 ao Programa de Alimentação Popular (PAP) que, implementado através da rede de comercialização da COBAL, beneficiou 6,4 milhões de pessoas,

tendo sido aplicados recursos da ordem de Cr\$ 457 milhões. Da mesma forma, pelo Programa de Suplementação Alimentar (PSA), foram atendidas cerca de 8,5 milhões de gestantes, nutrizes e crianças de até três anos de idade, envolvendo a distribuição de 183 mil toneladas de alimentos ao custo de Cr\$ 1,2 bilhão.

As atividades do Ministério em 1986 complementam-se com programas nas áreas de pesquisa agropecuária, controle da sanidade animal e assistência técnica e extensão rural, estas últimas visando especialmente aos mini, pequenos e médios produtores, inclusive no apoio ao Programa Nacional de Reforma Agrária.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

No âmbito do Ministério da Educação, as atividades mais significativas executadas em 1986, bem como as principais ações previstas para o exercício de 1987, inscrevem-se no contexto das estratégias governamentais que procuram efetivar o compromisso político de assegurar educação para todos, visando à formação do indivíduo para o pleno exercício da cidadania.

Nessa perspectiva, e consoante com os princípios e diretrizes expressos no IPND-NR e no Plano de Metas 1986-89, a atuação do MEC, nos diferentes graus e modalidades de ensino, voltou-se para as linhas programáticas especificadas a seguir.

Na área do ensino básico, a universalização do acesso e a permanência da criança de 7 a 14 anos na escola de 1º grau, pública e gratuita, constituirá efetiva prioridade do Governo, correspondendo ao objetivo básico das ações enfeixadas no Programa Educação para Todos.

As metas estabelecidas no referido programa têm como finalidades eliminar, até 1989, o assustador déficit escolar ainda existente na maioria das regiões brasileiras e melhorar a qualidade do ensino mediante a capacitação e habilitação de professores, aliadas a ações complementares que diminuam os alarmantes índices de evasão e repetência.

Dando cumprimento a essas metas, foi repassada, em 1986, aos estados, Distrito Federal e territórios, a quantia de Cr\$ 1,8 bilhão, possibilitando a construção de 3.659 salas de aula, a recuperação de 2.978 escolas e o treinamento de 118.215 professores. Ao mesmo tempo, foram transferidos à rede municipal de ensino Cr\$ 2,7 bilhões para construção de aproximadamente 18 mil salas de aula, recuperação de 10 mil outras e treinamento de 117.327 professores.

As ações de expansão da rede física e qualificação do magistério contam, para 1987, com recursos iniciais da ordem de Cr\$ 4,7 bilhões.

A Fundação Nacional para a Educação de Jovens e Adultos (EDUCAR) iniciou suas atividades em 1986 como órgão destinado a apoiar técnica e financeiramente os programas de alfabetização e educação básica de jovens e adultos, realizados pelos Estados, municípios e entidades comunitárias.

Os convênios da EDUCAR atendem a 757.884 alunos. Destes, 521.553 iniciaram o processo de alfabetização e 236.331 continuaram seus estudos básicos. Estão distribuídos em 31.745 classes instaladas em 3.518 municípios, e representam dispêndio de Cr\$ 316 milhões. Cabe salientar ainda a capacitação de 8.889 professores leigos, com aplicação de recursos no montante de Cr\$ 116 milhões.

A Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) desenvolveu também diversas ações complementares, visando à melhoria do processo ensino-aprendizagem.

Em 1986, a merenda escolar ampliou seu atendimento, de 180 para 260 dias, a 25 milhões de estudantes do 1º grau. O atendimento à criança na faixa de 4 a 6 anos foi iniciado, atingindo atualmente cerca de 7 milhões de imâos dos escolares. Foi implantada, com resultados positivos, a primeira etapa da municipalização da merenda escolar em 81 municípios, distribuídos por 18 Estados. Com a ampliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar foram aplicados, no período, recursos da ordem de Cr\$ 5,4 bilhões; prevê-se para 1987 a aplicação de Cr\$ 5,5 bilhões.

O Programa Nacional do Livro Didático distribuiu 45 milhões de livros para alunos de 1º grau de toda a rede pública e escolas da comunidade, num investimento total de Cr\$ 553 milhões. Em 1987 serão distribuídos 55 milhões de livros, todos não-descartáveis, correspondendo a um investimento da ordem de Cr\$ 800 milhões.

No início do ano letivo de 1987, o Programa Nacional de Material Escolar distribuirá, gratuitamente, um módulo escolar — cadernos, lápis, borracha, apontador, lápis de cor, bloco de rascunho e régua — aos alunos das escolas de 1º grau do Nordeste.

O Programa de Saúde Escolar, de cunho essencialmente educativo-preventivo, aplicou, em 1986, Cr\$ 17 milhões no atendimento a 750 mil escolares. Prevê-se, para 1987, uma significativa ampliação do programa, inclusive com a participação do Ministério da Saúde, para atendimento a 10 milhões de estudantes de 1º grau, com dispêndio global de Cr\$ 300 milhões.

No ensino de 2º grau, o Programa Educação e Trabalho, integrante do PND-NR, voltado para o segmento específico do ensino técnico, destacou-se pela recuperação de escolas técnicas federais, nas quais foram investidos Cr\$ 150 milhões, pela instalação de 31 escolas agrícolas, destinadas a alunos de 5ª a 8ª séries, conveniadas com prefeituras municipais, bem como pela implantação de nove escolas agrotécnicas de 2º grau e de 25 escolas técnico-industriais.

Além disso, foram desenvolvidas ações de apoio para aumento de vagas e melhoria de equipamentos em 19 escolas agrotécnicas da rede não federal, e para instalação de novos cursos em 19 escolas técnico-industriais já existentes.

Acha-se em fase final de estudos a seleção de mais 104 escolas, cumprindo-se assim a meta de expansão e melhoria do ensino técnico no País, com instalação de 200 escolas técnicas industriais e agrícolas. Esse programa, em 1986, ficou orçado em Cr\$ 500 milhões; para 1987, prevê-se a alocação de Cr\$ 1 bilhão.

Quanto ao ensino superior federal, o MEC, em 1986, aplicou em sua manutenção a cifra de Cr\$ 18,2 bilhões, estando previsto para 1987 o montante de Cr\$ 19,5 bilhões.

Concluiu-se o anteprojeto de reforma das universidades e escolas isoladas federais. Esse anteprojeto, que propõe a criação do ente jurídico universidade, acabando com a dicotomia existente entre fundação e autarquia, deverá ser o objeto de discussão com as entidades de classe no decorrer de 1987.

Foi implantado, também, o Programa Nova Universidade mediante aprovação de projetos específicos, especialmente para bibliotecas, laboratórios e equipamentos de informática, quando foram atendidas 164 instituições de ensino, com recursos que alcançaram Cr\$ 602 milhões.

Tendo em vista a recuperação dos casos mais graves de deterioração, foram alocados Cr\$ 149 milhões a 26 hospitais universitários.

Na recuperação dos campi, estão sendo liberados Cr\$ 220 milhões e, através de convênio inter-

nacional, foram repassados mais Cr\$ 200 milhões para obras, equipamentos, assistência técnica e treinamento de recursos humanos.

Ó sistema de ensino superior vinha-se expandindo sem critérios claramente definidos quanto aos padrões de qualidade e de adequação às demandas da sociedade e da economia. Através do Decreto nº 93.594, de 19 de novembro de 1986, sustou-se a criação de novos cursos pelo período de um ano. Essa providência visou estabelecer coerência à definição de condições sociais para autorização e funcionamento de novos cursos de graduação. Em 1987 será iniciado um programa de avaliação para esses cursos.

A atuação do MEC na área de pós-graduação e pesquisa caracterizou-se basicamente pelo apoio financeiro aos cursos de pós-graduação e pela concessão de bolsas de estudo para mestrandos e doutorandos.

Para a primeira dessas atividades foram destinados, em 1986, recursos da ordem de Cr\$ 140 milhões. Para a concessão de bolsas de estudo no País foram alocados Cr\$ 380 milhões, o que representou 8.950 bolsas.

Ainda, para apoiar o crescimento da massa crítica nacional no campo da pesquisa científica, foram concedidas 1.100 bolsas de estudo no exterior, envolvendo custos da ordem de US\$ 10 milhões.

O III Plano Nacional de Pós-Graduação, recentemente aprovado, definiu a política governamental para os próximos três anos. Encontram-se em fase final de ajuste as metas que irão complementá-lo. Com esse planejamento pretende-se duplicar, até 1990, o número de pessoal científico atuante no País.

No tocante à educação especial, foram regulamentadas as diretrizes que permitiram, em 1986, atender, além das 26 unidades federais, às 800 instituições que a ela se dedicam sem fins lucrativos. Em 1987, a meta é atender a mais 305 mil alunos, com recursos de Cr\$ 216 milhões.

O MEC concentrou esforços nas recomendações indicadas no relatório final da Comissão de Reformulação do Esporte, cujas diretrizes são:

— efetivo compromisso da educação física e do esporte escolar com o universo da Educação, para o que foram investidos recursos da ordem de Cr\$ 54,3 milhões;

— integração das atividades físicas na vida da população como fator de saúde, promoção social e melhoria da qualidade de vida, onde foram aplicados Cr\$ 5 milhões, mobilizando-se, ainda, recursos dos Ministérios da Previdência e Assistência Social e da Saúde; e

— definição clara dos papéis da União, estados, municípios e organizações privadas na promoção e administração do esporte de alto nível (esporte performance), conseguindo-se aumento da participação do setor empresarial e dos meios de comunicação.

A Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa pautou sua atuação na prioridade ao ensino básico. Planejou e implementou o projeto TVE na Escola, que consiste na produção e veiculação de oito horas diárias de programação, voltadas para a sala de aula e definidas de comum acordo com os usuários.

Também, em convênio com as secretarias de educação, prosseguiu na produção e veiculação do Programa Qualificação Profissional para o Magistério. Ao mesmo tempo, foi incorporado o Sistema Maranhense de Televisão Educativa, integrado por 300 telessalas, e atendendo a uma população de 22 mil alunos de 5ª a 8ª séries.

No ano de 1986 foi implementado o Projeto Universidade Viva, que consiste na formação de

uma ampla videoteca com materiais de apoio ao trabalho em sala de aula no 3º grau.

Em 1987, a prioridade será aperfeiçoar e fortalecer a presença do sistema de radiodifusão educativa em recepção organizada ou controlada, com o necessário reequipamento do sistema. Prosseguirão, também, os estudos em conjunto com técnicos do Ministério das Comunicações para definição de tarifas, métodos e técnicas de uso do satélite brasileiro de telecomunicações, em apoio à educação.

Através do Decreto nº 93.613, de 21 de novembro de 1986, iniciou-se importante fase de reforma administrativa no MEC, quando se deu prioridade aos setores do ensino médio, com o desdobramento da Secretaria de Ensino de 1º e 2º graus nas secretarias de ensino básico, ensino de 2º grau, e educação especial.

Foram extintos o Conselho Nacional de Serviço Social, a Comissão Nacional de Moral e Cívismo, a Delegacia Regional do Distrito Federal, a referida Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus, o Centro Nacional de Educação Especial, a Coordenação Nacional de Ensino Agropecuário, bem como a Fundação Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para Formação Profissional. Acredita-se que esse conjunto de medidas contribuirá para redução de gastos de pessoal e custeio, além de proporcionar racionalização administrativa.

MINISTÉRIO DO TRABALHO

O ano de 1986 apresentou, do ponto de vista das relações do trabalho, três períodos distintos.

O primeiro, de janeiro até a adoção do Programa de Estabilização Econômica, caracterizou-se por forte impacto inflacionário na economia e, consequentemente, nos preços e salários.

O segundo, resultante das medidas de estabilização adotadas pelo Decreto-lei nº 2.283, de 20-2-86, e consolidadas pelo Decreto-lei nº 2.284, de 10-3-86, distinguiu-se por uma notável estabilização dos preços — com excepcional valorização do poder aquisitivo da nova moeda — pela expansão dos empregos e pelo aumento real dos salários.

O terceiro momento, de duração ainda desconhecida, revela um virtual recrudescimento da inflação, com todos os seus efeitos perversos. Reaviva-se então a idéia de um grande "entendimento nacional", que permita evitar a reabertura da fase recessiva, cujos resultados trariam, mais do que nunca, consequências imprevisíveis para o País.

Salários

No plano econômico, as políticas de preços e de salários, implementadas a partir de março de 1986, elevaram substancialmente os níveis de demanda interna, resultando em nítida melhoria das condições de vida da população em geral e, de modo particular, da classe trabalhadora.

No que concerne à política de preços, o congelamento e a eliminação da correção monetária possibilitaram drástica redução das taxas de inflação. A estabilidade de preços, a recomposição dos salários, em termos do poder de compra médio do semestre anterior, e os abonos salariais traduziram-se em significativa valorização do poder aquisitivo da classe trabalhadora.

No tocante à questão salarial, dois mecanismos foram concedidos para proteger o poder de compra adquirido pelos assalariados: o reajuste automático dos salários em 60% do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) registrado entre o período de início do programa e a data-base, ficando os 40% restantes sujeitos à negociação direta entre

trabalhadores e empresários; e a escala móvel, prevendo a correção imediata dos salários sempre que a variação acumulada dos preços atingir 20%, entre duas datas-base de cada categoria profissional. Registre-se, ainda, que o Decreto-lei nº 2.284 fixou, de maneira marcante, a liberdade de negociação.

A política de salário mínimo visou recompor o piso e reduzir a dispersão salarial entre os trabalhadores. Dentro dessa perspectiva, foi concedido um abono de 15% ao salário mínimo e de 8% aos demais salários.

O salário real médio nas indústrias paulistas experimentou crescimento de 11,7% entre janeiro e outubro, de acordo com informações da FIESP. É importante ressaltar, ainda, que o tempo de trabalho necessário para a aquisição da ração essencial, em São Paulo, que era de 244 horas em fevereiro, reduziu-se para cerca de 170 horas, em setembro, conforme levantamentos do DIEESE.

Mais relevante, contudo, foi o fato de a conjuntura, criada a partir da reforma econômica, possibilitar aos trabalhadores menos organizados o incremento de seus rendimentos a taxas sensivelmente superiores às observadas pelos trabalhadores vinculados a setores mais organizados da economia. Segundo a Fundação IBGE, os ganhos reais, até setembro, dos trabalhadores sem emprego formalizado e dos trabalhadores por conta própria, em São Paulo, foram de 25% e 57%, respectivamente. No Rio de Janeiro, esses ganhos alcançaram 21% e 37%, respectivamente.

Emprego

A intensificação do ritmo de crescimento da economia, condicionada por uma expansão expressiva dos rendimentos dos assalariados, mostrou-se eficiente não apenas com relação à problemática social de distribuição de renda, como também na elevação dos níveis de absorção de mão-de-obra.

Com efeito, foram criados cerca de 1,2 milhão de novos postos de trabalho no setor estruturado urbano, representando uma variação de mais de 6% no ano. Em termos absolutos, este segmento do mercado de trabalho gerou 400 mil ocupações a mais do que em 1985, ano em que o emprego organizado já havia experimentado um incremento bastante expressivo (4,83%).

Convém ressaltar que o ótimo comportamento do emprego em 1986 se deu apesar das alterações ocorridas no setor bancário que, com a implantação do Programa de Estabilização Econômica, sofreu redução de mais de 120 mil ocupações, cerca de 15% do total dos empregos existentes no setor.

O excelente desempenho do mercado de trabalho esteve, todavia, ligado à intensificação do crescimento verificado no setor industrial. Não se tratou, portanto, da criação de qualquer tipo de emprego, mas de ocupações de elevada produtividade em atividades modernas urbanas, e, em particular, na indústria manufatureira.

De fato, a indústria de transformação foi responsável por mais de 55% dos empregos gerados em 1986, experimentando uma taxa de crescimento de 9,4%, bastante superior à registrada no período de 1970-76, auge do chamado "milagre econômico brasileiro".

A tendência crescente dos principais indicadores de emprego teve como consequência a sensível diminuição dos níveis de desemprego e subemprego. A taxa média de desemprego aberto, medida pela Fundação IBGE para o conjunto das seis principais áreas metropolitanas — Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife — reduziu-se de 4,33%, em

outubro de 1985, para 2,98%, no mesmo mês de 1986.

A rápida e acentuada expansão do mercado de trabalho gerou, contudo, uma situação de escassez de mão-de-obra em setores e regiões mais dinâmicos, sobretudo para ocupações que exigem maior qualificação. Tal fato é, sem dúvida, um dos principais determinantes da elevação real dos salários em 1986. A escassez de mão-de-obra resultou, por sua vez, no surgimento de um tipo original de obstáculo ao crescimento da economia.

Em que pese às excepcionais condições do mercado de trabalho, foi instituído, em março de 1986, o seguro-desemprego, marco no contexto dos programas sociais administrados pelo Estado. Antiga reivindicação da classe trabalhadora, esse seguro destina-se a fornecer um auxílio financeiro aos trabalhadores desempregados. No primeiro ano de funcionamento, o programa beneficiou cerca de 180 mil trabalhadores.

O Ministério do Trabalho (MTb) desenvolveu, também, ações no sentido de modernizar e de fomentar as oportunidades de trabalho. Dentro desse contexto, o Programa de Identificação e Registro Profissional desempenhou importante papel, fornecendo cerca de 6,2 milhões de carteiras de trabalho. Esse número superou em 22% o apresentado em 1985, corroborando a maior formalização das relações de trabalho ocorrida em 1986.

As ações de fomento à ocupação e à renda concentraram-se no atendimento às faixas mais vulneráveis da população. Nessa área o serviço de intermediação do Sistema Nacional de Emprego inscreveu mais de 900 mil trabalhadores, 33% dos quais colocados no setor formal da economia.

Relações de Trabalho

A negociação direta entre empregados e empregadores foi estimulada como principal via para solucionar os conflitos no campo trabalhista e, quando necessário, foi complementada pela mediação governamental.

Cabe salientar que o MTb não utilizou os dispositivos legais que lhe permitem reprimir movimentos de paralisação e intervir administrativamente em organismos sindicais. Pelo contrário, foi instituída uma comissão especial que anistiou 107 ex-dirigentes, possibilitando a volta dos mesmos à atividade sindical.

A valorização da atividade sindical constituiu um dos principais objetivos do Ministério. Foram desenvolvidos estudos visando adequar a legislação sindical, estimular a negociação coletiva, incentivar a liberdade sindical e apoiar os sindicatos existentes, além de se promover a adequação do quadro de atividades econômicas e de profissões às exigências da evolução sócio-econômica do País. Em 1986, foram reconhecidos 231 sindicatos urbanos e 111 sindicatos rurais.

O maior grau de sindicalização atingido pela classe trabalhadora refletiu-se na ampliação das negociações entre empregados e empregadores, cuja característica básica, em 1986, foi o deslocamento da negociação para o âmbito das empresas, o que elevou o número de greves em 64%, em relação ao ano anterior. Não obstante, o número de homens/dia paralisados, que mede o prejuízo efetivamente causado à economia pelas paralisações, reduziu-se em 33%.

O Sistema Nacional de Proteção do Trabalho redirecionou-se no sentido de aperfeiçoar a fiscalização, notadamente na verificação do cumprimento das condições estipuladas pela Lei nº

5.889/73, que promulgou o Estatuto do Trabalhador Rural.

Contando com cerca de 2 mil fiscais, foi possível fiscalizar 442.273 estabelecimentos, atingindo mais de 24 milhões de pessoas empregadas e lavrando 108.310 autos de infração.

O Ministério do Trabalho também colaborou com a fiscalização de controle de preços, deslocando 993 fiscais, de março a junho, que inspecionaram 38.927 estabelecimentos e lavraram 5.847 autos de infração.

No que se refere à segurança e medicina do trabalho, a ação administrativa centrou-se na busca de entrosamento entre os diferentes órgãos que atuam nessa área e no apoio financeiro a instituições para o desenvolvimento de estudos e pesquisas.

Formação Profissional

As atividades de qualificação profissional concentraram-se em projetos de formação de mão-de-obra rural, através do Serviço Nacional de Formação Profissional Rural, e em projetos especiais voltados para jovens e para a região Amazônica. Foram treinadas cerca de 163 mil pessoas, sendo mais de 110 mil pequenos produtores rurais.

No tocante à concessão de incentivos fiscais para treinamento de mão-de-obra, previstos na Lei nº 6.197/75, aprovaram-se cerca de mil programas de formação profissional em empresas.

Promoção Social

Com a preocupação de melhorar a qualidade de vida do trabalhador, foram promovidos programas de esporte, de lazer e cultura e de alimentação. A concessão de incentivos fiscais, na forma da Lei nº 6.321/76, beneficiou cerca de 3 milhões de trabalhadores através do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT).

O Serviço Especial de Bolsas de Estudo concedeu 55 mil bolsas a trabalhadores sindicalizados ou a seus dependentes, envolvendo recursos da ordem de Cr\$ 23,6 milhões.

Estimulou-se também a criação de infra-estrutura adequada para atendimento de saúde e promoção de atividades sindicais, por intermédio do Programa de Assistência Técnica e Financeira a Entidades Sindicais.

Perspectivas para 1987

A principal tarefa para 1987 é promover o entendimento nacional de que o País necessita para fixar, através do diálogo entre Governo, trabalhadores e empresários, as diretrizes maiores do seu programa econômico e social.

O equacionamento dos problemas referentes ao mercado de trabalho está condicionado à manutenção da taxa anual de crescimento econômico de 6%, juntamente com ações que visem ampliar os níveis de emprego e renda de expressivas camadas da população e modernizar as relações de trabalho.

No que concerne à questão salarial, o Governo dará continuidade às ações que caracterizam a adoção de uma política explícita de rendas, com o objetivo maior de enfrentar as desigualdades acumuladas nos últimos anos.

Em relação à problemática do emprego, os instrumentos governamentais devem direcionar-se no sentido de maximizar a formação de mão-de-obra e ampliar os atuais níveis de formalização do mercado de trabalho.

Outra preocupação prioritária refere-se ao seguro-desemprego, que deve atender, dentro das possibilidades imediatas, às justas aspirações sociais de maior segurança para o trabalhador de-

sempregado. Para 1987, prevê-se a ampliação da cobertura do sistema, para beneficiar 2 milhões de pessoas.

No âmbito das relações de trabalho, o MTB continuará abrindo espaço democrático para as negociações entre empregados e empregadores e para o desenvolvimento da organização sindical. Também nesse contexto cabe ressaltar que, a exemplo de 1986, as ações que visem modernizar a estrutura operacional da fiscalização trabalhista terão como metas:

- estimular a negociação coletiva como via para solucionar conflitos;
- promover estudos e debates para o aperfeiçoamento da legislação sindical no sentido da valorização da autonomia privada coletiva numa sociedade pluralista;
- valorizar a integração do trabalhador na vida e no desenvolvimento da empresa;
- estimular o exame das convenções da Organização Internacional do Trabalho ainda não ratificadas pelo Brasil; e
- aperfeiçoar e ampliar a fiscalização do trabalho em todo o território nacional.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

No cumprimento de sua destinação constitucional, o Ministério da Aeronáutica orientou-se para fortalecer o poder aeroespacial, através de uma política cujas principais assentam-se no aprimoramento dos recursos humanos, no desenvolvimento da infra-estrutura, no fortalecimento da capacidade operacional da Força Aérea, no desenvolvimento da aviação civil e, sobretudo, em um extraordinário esforço na área de ciência e tecnologia.

A exemplo do que ocorreu em 1985, buscou-se, em 1986, em função da condicionante econômico-financeira, uma otimização de métodos e processos administrativos que, aliada à contínua reavaliação dos projetos de grande vulto, tem propiciado significativa economia de recursos.

Para tanto, a Força Aérea empenhou-se em diminuir o descompasso entre o ideal e a realidade, buscando a evolução do próprio pensamento que norteia o preparo e o emprego da Força em todos os níveis de comando. Nesse sentido, conseguiu-se uma integração precisa e objetiva dos seus elementos, com resultados condizentes com nossa realidade, sem descurar dos progressos observados no âmbito da conjuntura internacional.

A preocupação em reduzir gastos gerou soluções compatíveis com os recursos existentes sem prejuízo da eficiência. O cuidado permanente com a segurança do vôo refletiu-se em redução significativa do número de acidentes em relação ao ano anterior. No desenvolvimento das informações estratégicas, destaca-se a evolução das técnicas de processamento e análise de dados e de sensoreamento remoto, bem como de processo convencional para levantamento de objetivos estratégicos.

Dentre os projetos principais, merecem destaque os que se referem à aeronave de combate AMX, em consórcio com a Itália. Ainda em 1986 começaram os preparativos para a produção em série de novo jato militar, com o início da fabricação de ferramental e construção de hangares na Empresa Brasileira de Aeronáutica (EMBRAER).

Prosseguem os trabalhos de implantação do sistema de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (SINDACTA), com relevância para a operação de dois centros diretores aerotáticos, instalados em Santa Maria e Canoas, Rio Grande do Sul.

As providências tomadas com vistas no reaparelhamento da Força Aérea, destinadas a elevar sua capacidade de emprego, tanto pelo aumento numérico de aeronaves de aplicação militar, quanto pelo melhoramento da infra-estrutura, englobaram assinatura com a Empresa Francesa Aeroespacial de um contrato e um termo aditivo para aquisição de dez helicópteros Super Puma CH-34, dezoito helicópteros Esquilo Mono VH-50 e dez helicópteros Esquilo B1 Ch-55. Paralelamente, assinou-se contrato com a Varig para aquisição de quatro aeronaves Boeing 707-320C, que estão sendo modificadas para reabastecer em vôo os aviões de combate. No exterior, foram adquiridas três aeronaves de transporte Hércules C-130H e três Lear Jet 35A, destinadas a missões de aerofotogrametria e, no País, seis aeronaves C-95 Bandeirante para composição da frota de apoio logístico às missões na Caixa Norte.

Cuidou-se, ainda, da capacitação da indústria aeronáutica vinculada pelo aporte de capitais, dando-lhe melhores condições de participação nos mercados nacional e internacional, onde, mercê de elevado nível de tecnologia demonstrado, a perspectiva de colocação de novos produtos aumentou.

Nessa área, a EMBRAER, em 1986, concluiu a entrega de todos os cento e dezoito aviões EMB-120 Tucano destinados à Força Aérea Brasileira, ultrapassou o número de cem * /15 kits entregues à Arab Organization for Industrialization para montagem do Tucano no Egito, e fez voar o protótipo do primeiro Shorts Tucano, destinado à produção em série pela Shorts Brothers, na Irlanda do Norte. No momento, o número de unidades comercializadas do moderno treinador militar sobe a mais de quinhentos e cinqüenta. Digna de registro é a colocação das aeronaves Brasília, de transporte, nos sofisticados e exigentes mercados dos Estados Unidos da América, Alemanha, França e Noruega. O número de unidades comercializadas já ultrapassa duzentos, considerando-se contratos e firmes opções no mercado nacional e internacional.

Assim, a EMBRAER, ocupando posição incontestável no mercado internacional dos fabricantes de aeronaves, participa ativamente da produção aeronáutica mundial, e inclui o Brasil entre os poucos países capazes de projetar, fabricar e comercializar, com sucesso, um produto de elevado conteúdo tecnológico.

Vale registrar, na aviação civil, a participação do Ministério da Aeronáutica no processo de reavaliação da política de transporte aéreo, juntamente com representantes de todos os segmentos interessados. Os resultados far-se-ão evidentes ainda em 1987.

No setor de infra-estrutura, procurou-se acompanhar os avanços da moderna tecnologia aeroespacial, para atender aos compromissos internacionais do País no campo da aviação civil e, ao mesmo tempo, às necessidades da Força Aérea. Em ambos os casos, foi significativo o aumento da capacidade aeroportuária.

Na área de ciência e tecnologia, o Ministério dedicou-se à meta, há muito fixada, de garantir a tecnologia imprescindível à soberania nacional, no que se refere ao setor aeronáutico.

Destaca-se, finalmente, a preocupação com o aprimoramento das atividades de capacitação e qualificação dos recursos humanos, investimento mais nobre e eficaz para o desenvolvimento do País.

Principais Ações para 1987

Mantidos os mesmos objetivos e considerados os recursos disponíveis, o Ministério orienta-se à para:

- assegurar a continuidade dos principais projetos, como: expansão do Sistema de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo, desenvolvimento da aeronave de combate AMX; implantação do Centro de Lançamento de Alcântara; e conclusão da infra-estrutura do campo de provas de Caçimbo;

- adequar a estrutura organizacional do Ministério, de modo a permitir o atendimento de suas inúmeras atribuições de caráter civil e militar;

- fortalecer a capacidade operacional da Força Aérea;

- promover a expansão da aviação civil, assegurando-lhe posição de destaque no contexto da aviação mundial e no conjunto de atividades que mais contribuem para o desenvolvimento nacional;

- incentivar o transporte aéreo às pequenas comunidades e facilitar a expansão dos serviços às regiões mais longínquas do País;

- implantar um sistema de formação profissional de aviação civil que atenda às necessidades do mercado de trabalho e contribua para a elevação do nível de segurança e proficiência da aviação brasileira;

- enfatizar, no complexo científico-tecnológico, a pesquisa, o desenvolvimento e a incorporação do máximo de tecnologia aeroespacial, de sorte a diminuir o grau de dependência externa;

- engajar a indústria nacional no atendimento das necessidades aeronáuticas, promovendo sua mobilização permanente, com o firme de fortalecer o poder aeroespacial; e

- aumentar a produção da indústria aeronáutica, através da EMBRAER, desenvolvendo novos programas e produtos; melhorando sua eficiência e grau de competitividade e lucratividade; consolidando sua presença no mercado externo, principalmente pela ampliação e melhoria da assistência técnica aos aviões exportados; desenvolvendo programas de cooperação industrial internacional, visando à evolução tecnológica e à penetração em novos mercados; e elevando os índices de nacionalização da produção, mediante estímulo ao desenvolvimento da produção interna de componentes.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Resultados expressivos marcam o ano de 1986 e demonstram, em seu conjunto, o empenho do Ministério da Saúde (MS) em perseguir os objetivos contidos nas diretrizes gerais do Governo Sarney que, ao fazer sua opção pelo social, decidiu atribuir atenção maior às regiões e grupos populacionais mais carentes.

No campo das doenças transmissíveis sobressaiem-se as ações de controle da malária, da dengue, da AIDS, da poliomielite e do sarampo.

A malária, apesar dos esforços realizados pela SUCAM nos últimos dias, apresenta progressiva ascensão no número de casos, que passaram de 52 mil em 1970 para 430 mil em 1986, sendo que 97% ocorreram na região Amazônica.

Diante do agravamento do problema, especialmente no Pará e Rondônia, o Ministério da Saúde decidiu adotar uma estratégia diferenciada para essas unidades da federação, aprovada pelo Grupo Intergovernamental de Combate à Malária, criado pelo Decreto nº 92.874, de 30-6-86. Essa estratégia, intitulada Operação Impacto, foi desencadeada de outubro a dezembro, em 5 municípios

de Rondônia e em 11 do sul do Pará, responsáveis por 70% dos casos notificados. A população atingida pela operação chegou a 550 mil pessoas, das quais cerca de 300 mil foram medicadas, logrando-se reduzir a ocorrência em 70 mil casos. Perto de 2 mil servidores integraram o efetivo da ação, dos quais cerca de 500 foram cedidos pelas Forças Armadas.

A dengue teve mais de um surto epidêmico no início do ano, principalmente no Rio de Janeiro e municípios vizinhos, e também em Maceió e Fortaleza. Em vista disso, os recursos operacionais foram rapidamente ampliados. No Rio de Janeiro, em termos de recursos humanos, mais de 3 mil operadores de campo foram utilizados, metade dos quais pelo Exército. No combate ao mosquito "Aedes aegypti", transmissor da febre amarela e da dengue, os objetivos do Ministério são: manter erradicada a forma urbana da febre amarela, prevenir epidemias da dengue e reduzir ao máximo a ocorrência da forma silvestre por meio de intensivo programa de imunização antiamarelica. Esse programa, em 1986, aplicou 12 milhões de doses de vacinas. A vigilância vatorial foi executada em 1.271 municípios e 13 mil localidades, inspecionando-se 3,7 milhões de prédios e 30,2 milhões de depósitos d'água em todas as unidades da federação. O controle vatorial, realizado em 14 Estados, 318 municípios e 3.393 localidades, atingiu 4,3 milhões de prédios (2,7 milhões foram desinsetizados) e 29,5 milhões de depósitos de água. Durante o ano não se verificou nenhum caso de febre amarela urbana. Ocorreram, contudo, 9 casos de febre amarela silvestre, número aproximado ao observado nos anos anteriores.

No controle das doenças transmissíveis, evitáveis por imunizantes, manteve-se em 1986 — sem prejuízo das ações de rotina — a estratégia de vacinação em massa, com a realização dos Dias Nacionais de Vacinação em 14-6 e 16-8, quando foram vacinadas 17 milhões de crianças de zero a quatro anos contra a poliomielite.

O aumento gradual da incidência de sarampo a partir de 1983, com incremento na proporção de casos ocorridos em idades mais avançadas, determinou o estabelecimento de um novo plano de controle, em nível nacional, a ser executado em 1987 e nos anos subsequentes.

O controle da hanseníase foi inteiramente reformulado. As principais atividades realizadas incluíram criação de centros de referência, treinamento de recursos humanos de níveis superior e médio, definição de linhas de pesquisa e elaboração de projetos, assim como reestruturação do laboratório de pesquisa em hansenologia da FIOCRUZ.

Foram enfatizadas as atividades de controle de infecção hospitalar em cooperação com os Ministérios da Educação e da Previdência e Assistência Social, sendo treinadas 1.536 pessoas provenientes de 575 hospitais, em cursos realizados em 42 centros de capacitação já implantados.

Em relação à AIDS, desencadearam-se medidas de prevenção envolvendo campanhas de esclarecimentos para grupos de risco. Além disso, o Ministério, através da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), tem trabalhado no sentido de aumentar o volume de produção dos reagentes para testes de sangue transfundido, assim como de ampliar o número de leitos hospitalares para os portadores da AIDS, cujo número já atinge a casa dos mil. Atualmente, 60% dos hemocentros do País, cobrindo 90% das doações de sangue feitas na rede oficial, estão dotados de condições para detecção laboratorial dos anticorpos do vírus da doença.

Considerando que os elevados índices de desidratação concorrem para a mortalidade infantil, foi enfatizada a Terapia de Reidratação Oral (TRO), mediante ações de educação para a saúde e a distribuição de mais de 10,8 milhões de envelopes de reidratante.

Também no campo da saúde materno-infantil, deu-se cumprimento ao disposto no I PND-NR, no sentido de incorporar as atividades de planejamento familiar ao atendimento regular de saúde, com a finalidade de assegurar à população efetiva liberdade de determinar o tamanho de sua família. As técnicas consideradas aceitáveis pelo Governo, por não causarem prejuízo à saúde da mulher, têm sido bastante divulgadas. O Ministério promoveu, ainda, a distribuição de meios necessários à aplicação dessas técnicas, como 10 mil anéis medidores de diafragma, quase 3 milhões de preservativos e 2 milhões de cartelas de comprimidos hormonais (pílulas).

O Programa de Suplementação Alimentar (PSA), gerido pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAM), destina-se a atender gestantes, nutrizes e crianças de até 36 meses, pertencentes a famílias com rendimento mensal inferior a 2 salários mínimos, com o fornecimento de cesta básica composta de arroz, feijão, fubá, leite em pó, farinha de mandioca e açúcar. Em 1986, depois de ajustes com vistas a uma distribuição de alimentos mais racional, o PSA atendeu mais de 8,5 milhões de beneficiários, em 3.500 municípios, tendo distribuído, aproximadamente, 300 mil toneladas de alimentos.

Com vistas a reduzir a ocorrência e promover a detecção precoce de doenças crônico-degenerativas, principalmente câncer, hipertensão arterial e diabetes mellitus, a atuação do MS voltou-se para a implementação de medidas preventivas e de educação para a saúde, objetivando o controle do tabagismo e do alcoolismo, mudanças qualitativas na dieta e a prática do exercício físico.

Na produção de imunobiológicos — vacinas, soros e reagentes — especial atenção foi dada ao Programa de Auto-suficiência em Imunobiológicos, que pretende, até 1990, dotar o País de condições para atender à sua demanda. Em 1986, como resultado de investimentos de Cz\$ 100 milhões realizados nos últimos dois anos, conseguiu-se elevar significativamente a produção de soro antiofídico. Estão previstos no Plano de Metas recursos da ordem de Cz\$ 236 milhões, já comprometidos com programas de laboratórios nacionais, para fabricação de produtos imunobiológicos.

Agente terapêutico de significativa importância, mas com capacidade potencial de veicular doenças, o sangue tem sido objeto de justificada preocupação. No exercício de 1986 foram alocados cerca de Cz\$ 84 milhões para o Programa Nacional de Sangue e Hemoderivados, o que representou um grande acréscimo em relação a 1985. Atualmente a rede de hemocentros do País é integrada por 23 núcleos, dos quais 19 em capitais e 4 em cidades do interior.

Em 1986, a Central de Medicamentos (CEME) estendeu a abrangência do programa de assistência farmacêutica a todos os municípios com população urbana de até 20 mil habitantes, possibilitando em 1987 um atendimento potencial a cerca de 60 milhões de pessoas. A produção e distribuição gratuita de medicamentos aos usuários dos serviços de saúde governamentais consumiram Cz\$ 2 bilhões em 1986, 30% a mais do que no ano anterior.

Paralelamente à produção e distribuição de medicamentos, a CEME desenvolve o Programa de Nacionalização da Produção de Matérias-Primas

Farmacêuticas, que permitirá a nacionalização de 56 matérias-primas. Afora o aspecto da autonomia nesse setor — cuja dependência do mercado externo, atualmente, é de mais de 85% — serão economizados, com esses projetos, cerca de 23,5 milhões de dólares, anualmente.

O reordenamento do setor de saúde constituiu tema central da 8ª Conferência Nacional de Saúde, convocada pelo Decreto nº 91.466, de 23 de julho de 1985.

Este fórum foi precedido de debates em todas as unidades da federação, reunido em Brasília mais de 4 mil participantes, entre usuários, profissionais de saúde, parlamentares, partidos políticos, centrais sindicais e instituições diversas, com vistas a subsidiar o debate constituinte.

Para o aprofundamento das ideias discutidas na 8ª Conferência, foi criada pela Portaria Interministerial MS/MPAS/MEC nº 2, de 20-8-86, a Comissão Nacional de Reforma Sanitária, composta por representantes de órgãos governamentais e da sociedade, cujos trabalhos acham-se em fase de conclusão.

As despesas realizadas pelo Ministério da Saúde, durante o ano de 1986, atingiram Cz\$ 15,6 bilhões, significando um acréscimo de 24% em relação ao ano anterior. Desse total, cerca de 25%, ou seja, menos de Cz\$ 3,8 bilhões, foram provenientes do Tesouro Ordinário. Dos Cz\$ 11,7 bilhões oriundos de outras fontes, 55% vieram do FINSOCIAL.

Foram investidos nas unidades da federação Cz\$ 5 bilhões o que representou a terça parte dos recursos do MS, sendo Cz\$ 2,2 bilhões em aplicações diretas de seus órgãos, Cz\$ 661 milhões em transferência de recursos financeiros e Cz\$ 2,1 bilhões em insumos (imunobiológicos, alimentos e medicamentos).

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO

Entre as medidas tomadas em 1986 com o objetivo de melhorar o desempenho administrativo do Ministério da Indústria e do Comércio (MIC), está a implantação do 2º Plano Diretor de Informática, elaborado para um período de três anos, cujos principais programas são o sistema de planejamento e o acompanhamento orçamentário do Ministério, com terminais para consulta on line, e o banco de dados econômicos.

Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI)

Foi elaborada, em 1986, a proposta de política industrial e suas diretrizes setoriais, com participação da iniciativa privada. O conteúdo programático orientou-se para um novo padrão de industrialização e definiu áreas prioritárias para concentração de investimentos e apoio tecnológico: indústrias de alta tecnologia, expansão da produção de indústrias de insumos e bens de capital, e modernização da indústria de bens não supérfluos.

A partir da definição da política e das diretrizes setoriais, foram constituídos grupos interministeriais para elaboração dos programas de petroquímica, papel e celulose, fertilizantes e complexo automobilístico.

O CDI aprovou, em 1986, projetos com investimentos de Cz\$ 9 bilhões, encontrando-se em análise projetos com investimentos previstos em Cz\$ 20 bilhões.

As cartas-consulta já aprovadas, no aguardo de projetos, totalizam Cz\$ 27 bilhões e as cartas-consulta em exame atingem Cz\$ 28 bilhões.

Do total geral de Cr\$ 84 bilhões de intenções de investimentos destacam-se os setores de química, petroquímica, farmacêutico e papel e celulose.

As atividades do CDI para 1987 deverão concentrar-se principalmente na operacionalização dos programas setoriais; estruturação e efetivação das câmaras setoriais no que se refere às atividades de formulação e execução da política industrial; e coordenação e execução dos instrumentos de política industrial, já operados pelo CDI, através dos grupos setoriais.

Comissão para Concessão de Benefícios Fiscais a Programas Especiais de Exportação (BEFIEX)

Encontram-se em andamento 317 programas especiais de exportação, envolvendo compromissos da ordem de US\$ 76,6 bilhões, dos quais US\$ 15,4 bilhões já foram cumpridos. Do saldo de US\$ 61 bilhões, US\$ 36 bilhões deverão ser exportados até 1989, quando terminam os programas da indústria automobilística.

A entrada de novos programas de março a novembro de 1986 implicou em relação ao período junho 1985/fevereiro 1986, passando de US\$ 1,5 bilhão para US\$ 4,7 bilhões de exportações FOB.

A BEFIEX administra, também, a Comissão de Incentivos à Exportação (CIEX), voltada à pequena e média empresa de capital nacional. Atualmente existem 114 projetos envolvendo compromissos de exportação da ordem de US\$ 1,5 bilhão.

Conselho de Não-Ferrosos e de Siderurgia (CONSIDER)

O CONSIDER vem coordenando a elaboração do 2º Plano Siderúrgico Nacional, do 2º Plano Nacional da Indústria de Metais Não-Ferrosos, do 2º Plano Nacional da Indústria de Ferro-Liga. Através de grupos de trabalho com participação da iniciativa privada buscam-se, com estes estudos de caráter indicativo, novos modelos de expansão industrial, e analisam-se possíveis pólos de desenvolvimento metalúrgico, aproveitando as potencialidades minerais de Carajás e do Mato Grosso do Sul.

Para 1987, prevê-se a realização dos estudos para o Plano Nacional de Desenvolvimento da Indústria de Ferro-Gusa, fechando assim o ciclo dos principais produtos metalúrgicos.

Conselho de Desenvolvimento Comercial (CDC)

No âmbito da pesquisa conjuntural do comércio interno foram aperfeiçoados os procedimentos de coleta de informações e os métodos de sua agregação para determinação do Índice Nacional de Consumo, que afere o comportamento do comércio varejista em regiões metropolitanas.

Foi ampliada, para mais seis estados, a extensão comercial através do Projeto Mercúrio, que objetiva a melhoria da capacitação técnico-gerencial e pequenos empresários.

No campo da automação comercial, a par da divulgação junto aos produtores de equipamentos do Código Nacional de Produtos, promoveu-se em conjunto com a SEI, a normalização do código de barras para leitura ótica a laser.

Além do apoio a feiras e exposições no País, foi elaborado o Calendário de Exposições e Feiras de 1986, editado em três idiomas, com 65 mil exemplares.

Para 1987, será implantada a pesquisa conjuntural para o comércio atacadista, ampliada a esfera de ação do Projeto Mercúrio e promovida, juntamente com o Itamaraty, a distribuição interna-

cional do Calendário de Feiras e Exposições, através da revista Brasil.

Departamento Nacional do Registro do Comércio (DNRC)

Foi instituído, em 1986, o Programa de Modernização dos Serviços de Registro do Comércio para o triênio 1986/88, objetivando a melhoria dos serviços prestados pelas juntas comerciais. Na execução desse programa prevê-se alocação de Cr\$ 120 milhões para informatização dos serviços operacionais e administrativos das juntas comerciais e modernização do Sistema Normativo do Registro Empresarial.

As juntas comerciais efetuaram, em 1986, a constituição de cerca de 500 mil empresas, realizaram 440 mil alterações contratuais, e fomeceram mais de 3 milhões de certidões, o que representa um aumento de 80% em relação ao período anterior.

Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)

Através do desempenho de sua função de controle de importação de tecnologia, conseguiu o INPI, em 1986, reduzir em 15% os dispêndios em divisas com importação de serviços técnicos para a indústria, sem perda de competitividade, e com reflexos significativos na expansão da demanda por fontes internas de tecnologias.

No âmbito da concessão de marcas e patentes registrou-se, em 1986, o depósito de 80 mil marcas e o crescimento em 20% dos pedidos de patentes por empresas nacionais.

Para a divulgação de tecnologia, foi implantado o Programa de Comercialização de Invenções Nacionais, favorecendo a absorção de know-how brasileiro.

No tocante à disseminação de informações técnicas contidas em documentos de patentes, o INPI fomeceu, em 1986, informações às empresas nacionais em volume 120% superior a 1985.

A Organização Mundial de Propriedade Intelectual da ONU reconheceu o INPI como uma das oito autoridades mundiais em buscas de patentes, conferindo-lhe papel relevante no auxílio a países em desenvolvimento, na constituição de sistemas de registro e divulgação de inovações tecnológicas.

Para 1987, com o aprofundamento da política atual, deve-se ampliar o fortalecimento da indústria nacional e estender a divulgação de informações às pequenas e médias empresas nacionais.

Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO)

Quanto à qualidade industrial, foram emitidos 33.500 certificados de conformidade nas áreas de segurança veicular e domiciliar.

No tocante à metrologia legal, intensificou-se a fiscalização contra a fraude quantitativa.

No campo da normalização, concluíram o Plano de Padronização de Aços e o Código Brasileiro de Prevenção Contra Incêndios.

Para 1987, será conferida prioridade à implantação da Marca Nacional de Exportação e à criação do Laboratório Nacional de Metrologia.

Instituto Brasileiro do Café (IBC)

A partir da criação do Conselho Nacional de Política Cafeeira caberá a este órgão, constituído por empresários e presidido pelo Ministro da Indústria e do Comércio, a formulação da política

do setor, e ao IBC a sua execução, com recursos oriundos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Decreto nº 2.295, de 21-11-86).

Para o desempenho das novas funções, está sendo promovida uma ampla reestruturação do IBC, que inclui: extinção de dez agências e 135 serviços locais de assistência à cafeicultura; fechamento de quatro escritórios e duas representações no exterior e de três agências regionais.

A produção de café, em 1986, foi de 11,2 milhões de sacas, das quais foram exportadas 8,9 milhões, no valor de US\$ 2,14 bilhões.

Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA)

Iniciou-se, através de uma comissão interministerial, uma profunda avaliação econômica e financeira do setor sacarocalcooleiro, que atravessa forte crise, à qual se associam preços externos reduzidos e risco de efeitos sociais, principalmente no Nordeste.

Encontra-se ainda em curso o debate sobre a ampla reformulação do IAA, sendo que cerca de 300 servidores já foram liberados.

A produção, em virtude de acidentes climáticos, atingiu apenas 10,2 milhões de litros de álcool e 8 milhões de toneladas de açúcar, e as exportações de açúcar foram de 2,7 milhões de toneladas, no valor de US\$ 474 milhões. Desde 1982, pela primeira vez, a exportação de açúcar deixou de ser gravosa, apresentando superávit de cerca de US\$ 20 milhões.

Superintendência da Borracha (SUDHEVEA)

Com a reformulação desta aularquia foram desativadas 53 unidades regionais e locais, sendo que as 17 restantes estão em processo de desativação: 547 funcionários foram colocados à disposição da SEDAP, o que significa uma economia de 26% no orçamento do órgão.

A SUDHEVEA, em 1986, repassou recursos para o financiamento de 4.712 projetos de implantação de seringais de cultivo, proporcionou condições para a produção de 4 milhões de mudas de seringueiras; implantou seis laboratórios regionais, com vistas à melhoria de qualidade das borrachas naturais brasileiras, e ainda racionalizou o sistema de arrecadação da Taxa de Organização e Regulamentação do Mercado.

Para 1987 está prevista a revisão do Programa de Incentivo à Produção de Borracha Natural (PROBOR) e ações de estímulo à implantação de seringais de cultivo com maior participação de recursos próprios.

Siderurgia Brasileira S/A (SIDERBRÁS)

Em decorrência do Plano de Saneamento do Sistema SIDERBRÁS, apresentado em 1986, encontram-se em fase final de preparação as medidas de responsabilidade do Governo Federal. Entre aquelas de responsabilidade da SIDERBRÁS, convém ressaltar o esforço para aumentar o volume de produção e melhorar o mix de produtos, estabelecer uma política de marketing para os mercados interno e externo, aumentar a produtividade e racionalizar a administração das empresas.

Na área industrial, os principais eventos do ano foram a inauguração da aciaria nº 2 da COSIPA, com capacidade para 1,2 milhão de toneladas anuais e o início da operação integrada da AÇOMINAS, com capacidade para atingir 2 milhões de toneladas por ano. Para 1987, prevê-se o início da montagem das linhas de laminação já adquirida pela AÇOMINAS.

A produção da SIDERBRAS, em 1986, situou-se em 14 milhões de toneladas, com faturamento de US\$ 3,36 bilhões, sendo US\$ 931,5 milhões de exportações.

Para 1987, a produção deverá alcançar 16 milhões de toneladas, prevendo-se, além do saneamento financeiro, a definição do Plano Estratégico de Desenvolvimento em que serão fixados os objetivos de expansão da siderurgia estatal brasileira para os próximos anos.

Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR)

Em 1986 foi instituído o Passaporte Brasil, objetivando a expansão do turismo interno, e promoveu-se o lançamento de uma campanha turística nos Estados Unidos, custeada pela iniciativa privada.

Ingressaram no País, em 1986, cerca de 1,5 milhão de turistas estrangeiros, que proporcionaram uma receita estimada em US\$ 2 bilhões.

O ano de 1987 será, por decisão do Presidente da República, o ano Nacional do Turismo. A EMBRATUR pretende implantar, até dezembro de 1987, 40 albergues da juventude, bem como terminais turísticos sociais, para estender os benefícios do turismo às camadas mais amplas da população brasileira.

Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (CEBRAE)

As empresas de pequeno e médio porte representam 99% do número de estabelecimentos do País e detêm 84% do emprego gerado e 70% do valor da produção; das 206 mil novas empresas criadas no primeiro semestre de 1986 60% são microempresas.

O CEBRAE, em 1986, atendeu a cerca de 92 unidades produtivas, nas áreas de capacitação gerencial, tecnologia, mercado e crédito orientado.

Em 1987, será ampliado o atendimento direto às empresas, sobretudo na área de capacitação gerencial, e aperfeiçoada a legislação fiscal e trabalhista voltada para as micro, pequenas e médias empresas.

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA

O Ministério das Minas e Energia (MME) teve, em 1986, uma atuação marcadamente voltada para ações de longo prazo, distinguindo-se, entre elas, os esforços no sentido da utilização mais intensiva do gás natural e do carvão mineral para fins energéticos. Merece igual destaque a reativação da Comissão Nacional de Energia e a criação de sua assessoria técnica, para auxiliar o Presidente da República no exame de questões pertinentes à política energética.

Entretanto, ao logo do ano, deu-se continuidade a vários programas e projetos nas áreas de petróleo e gás natural, energia e mineração cabendo mencionar os que se seguem.

Petróleo e Gás Natural

O abastecimento de petróleo e derivados custou ao País cerca de US\$ 2,2 bilhões de dispêndio líquido, representando uma queda de 43% em relação a 1985. É interessante notar que essa redução nos gastos ocorreu apesar do crescimento verificado no consumo ter sido superior àquele observado para a produção. A razão foi a queda dos preços internacionais do petróleo.

Em média, ao longo de 1986 produziram-se cerca de 595 mil barris/dia de óleo e gasolina-

natural, ou seja, um aumento de 5,5% em relação a 1985. A produção de gás natural teve aumento semelhante, correspondendo a cerca de 15,6 milhões de m³/dia.

O consumo interno de petróleo em 1986 chegou a 1.079 mil barris/dia, representando um aumento de 11,9% em relação a 1985. A elevação do consumo de álcool carburante foi de 27,5% no mesmo período, alcançando a cifra de 176 mil barris-equivalentes/dia.

Com o crescimento do consumo, tornou-se necessário aumentar as importações de petróleo bruto, que chegaram a 567 mil barris/dia. Já as importações de óleo diesel e GLP alcançaram cerca de 40 mil barris-equivalentes/dia, um aumento de aproximadamente 10% em relação a 1985. As exportações de derivados atingiram a média de 131 mil barris-equivalentes/dia.

Gracias a esforços consubstanciados no Programa Fundo de Bem, foi possível aproximar a estrutura de refino da estrutura de consumo, minimizando os dispêndios em divisas. Foram feitos ajustes nos preços da gasolina e do álcool, visando a arrecadar fundos para investimentos em infra-estrutura e amenizar a tendência explosiva de crescimento do consumo. Mantiveram-se todavia os preços do diesel e do GLP.

A PETROBRÁS deu prosseguimento, em 1986, ao seu programa de investimentos, aumentando-os, em termos reais, em 15,8% em relação a 1985. O volume de investimentos alcançou C\$ 30,3 bilhões em 1986.

Com a realização dos investimentos mencionados, pôde-se continuar obtendo resultados bastante aliviadores na Bacia de Campos, principalmente nos campos de Marlim e Albacora. A existência de petróleo no Alto Amazonas representou um resultado encorajador em termos dos esforços ali desenvolvidos e do pioneirismo de tal descoberta.

Na área de gás natural, foram identificados poços na Bacia de Campos, em condições de, a médio prazo, aumentar substancialmente a oferta de gás na região Sudeste. Em função disso, tornou-se imperativa a conclusão do gasoduto Volta Redonda — São Paulo, prevista para dezembro de 1987. Prossegue a construção da linha de gasodutos do Nordeste, para atendimento das indústrias do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. Negociações mais precisas deverão ser estabelecidas em 1987 para exploração do gás não associado descoberto pela PECTEN, em Santos, em virtude de contrato de risco firmado nesse sentido com a PETROBRÁS.

Prevê-se, para 1987, uma produção diária de 637 mil barris de óleo e 18 milhões de m³ de gás natural, o que permitirá manter a atual relação reserva/produção. Para tanto, deverão entrar em atividade, entre outros, os sistemas flutuantes nos campos de Moréia e Albacora, e prosseguirá a implantação do Pólo Nordeste da Bacia de Campos, que compreende a montagem de sete plataformas fixas e a perfuração de 120 poços.

Com relação ao gás natural, espera-se em 1987 elevar o nível de seu aproveitamento, com a entraida em operação de duas unidades de processamento — uma em Cabiúnas e outra em Duque de Caxias (REDUC).

Setor Elétrico

Em 1986, a potência instalada de energia elétrica aumentou 2,6% em relação ao ano anterior, atingindo 42.300 MW. Em 1987, essa taxa deverá chegar a 9%, possibilitando maior segurança no fornecimento de eletricidade.

Os investimentos globais do setor atingiram cerca de C\$ 58 bilhões, sendo C\$ 23 bilhões do grupo ELETROBRÁS, C\$ 8,8 bilhões de Itaipu e C\$ 26,2 bilhões das concessionárias estaduais. No programa de geração, foram aplicados C\$ 29 bilhões, concentrando-se os recursos em projetos hidrelétricos em fase avançada de construção, como as usinas de Itaipu, Itaparica, Balbina, Samuel, Porto Primavera e Rosa. No programa de transmissão aplicaram-se C\$ 15,3 bilhões, principalmente em projetos que aumentam a confiabilidade do sistema, atualmente sobrecarregado, ou que permitem a transferência de grandes blocos de energia entre regiões do País. No programa de distribuição foram investidos C\$ 9 bilhões, e em instalações gerais, C\$ 4,5 bilhões.

Para o setor elétrico, o ano de 1986 foi marcado por dificuldades de atendimento ao mercado. Essas dificuldades, que deverão estender-se pelos próximos anos, são consequência de atrasos nos cronogramas das obras de geração e transmissão, crescimento do mercado acima do previsto e baixa pluviosidade nos anos de 1985 e 1986. Em 1986, essa situação culminou com a necessidade de rationamento de energia elétrica na região sul.

Com o objetivo de diminuir as possibilidades de novos rationamentos, o Governo tomou uma série de medidas: estabelecimento do horário de verão, campanha de conservação de energia elétrica, não renovação dos contratos para fornecimento de energia por tempo determinado, aumento da geração de energia de origem térmica e criação do Programa de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL), destinado a racionalizar seu uso. Como resultado, o crescimento anual do mercado de energia elétrica foi de apenas 8,5%.

Com vistas a elevar a curto prazo a oferta de energia no Sul e Sudeste do País, foram aceleradas a implantação das turbinas da Usina Hidrelétrica de Itaipu e as obras do sistema de transmissão associado. Dessa forma, em 1987 deverão entrar em operação quatro unidades geradoras de Itaipu, de 700 MW cada, o Sistema de Transmissão de Itaipu em Corrente Alternada, a segunda linha do sistema de Transmissão de Itaipu em Corrente Contínua e a segunda linha do Sistema de Suprimento ao Rio Grande do Sul.

Em relação ao Nordeste, onde as dificuldades de atendimento ao mercado são graves, os esforços concentram-se nas obras de duplicação da Linha de Transmissão de Tucuruí a Presidente Dutra, o que aumentará a transferência de energia da Usina de Tucuruí ao Nordeste, e no término da Usina de Itaparica. Ambos os projetos deverão entrar em operação em 1988.

Por fim, vale destacar a aprovação da primeira revisão do Plano de Recuperação do Setor de Energia Elétrica (PRS), que visa a sanear financeiramente as empresas do setor, assegurando os recursos necessários à implementação de seus programas de investimento. No âmbito do PRS foram liberados, em 1986, US\$ 500 milhões pelo Banco Mundial para aplicação no setor elétrico.

Setor Mineral

A produção mineral cresceu, em 1986, em termos físicos, 14% em relação a 1985.

As vendas de minério de ferro e peletas, pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), foram aproximadamente de 77 milhões de toneladas, alcançando-se a meta estabelecida no I PND-NR. Desse total, foram exportadas cerca de 52 milhões (68%), que geraram US\$ 888 milhões de divisas. O Projeto Carajás contribuiu com 22% do total exportado.

Para 1987 está previsto um incremento na produção de Carajás, o que permitirá maior participação nas exportações, assim como um aumento das vendas para o mercado interno, decorrente do esperado crescimento da produção de aço. Dessa forma, estima-se que a receita das vendas de ferro e pelotas ficará em torno de US\$ 1,2 bilhão.

Foram investidos no Projeto Carajás, aproximadamente, US\$ 316 milhões, proporcionando uma capacidade produtiva de 25 milhões de toneladas ao ano.

Foram produzidas, pela ALBRÁS, 99 mil toneladas de alumínio, sendo que 95 mil foram exportadas. Com a conclusão, em dezembro de 1986, da primeira fase do Projeto ALBRÁS, a capacidade de produção de alumínio esperada para 1987 é de 160 mil toneladas.

Ainda no setor produtivo mineral, a CRVD prevê atingir, neste ano, 660 mil toneladas de manganês — desse total, 95% do tipo metalúrgico e 5% de manganês eletrolítico —, além de produzir e vender 960 kg de ouro.

No que concerne ao potássio, registre-se o início da comercialização pela PETRÓMISA, do mineral extraído em Sergipe.

A CVRD diligenciará a implantação da usina de beneficiamento de anatásio e a produção de 200 mil toneladas/ano de concentrado em Tapiraí/Araxá, Minas Gerais, bem como a operação da Usina Piloto de Cobre do Salobo, em Carajás.

O levantamento geológico básico em 1986 atingiu 195.500 km². Foram realizados trabalhos de mapeamento metalogenético e de previsão de recursos minerais em 1.188.000 km², e teve início o Projeto de Mapas de Previsão de Recursos Minerais do Programa Grande Carajás.

Em 1987 devem ser concluídos os trabalhos de levantamento geológico iniciados em 1985/86 na Bahia, Sergipe, Minas Gerais, Roraima e Goiás, cobrindo uma área de 19.800 km², assim como os levantamentos aerogeofísicos do Projeto Carajás, Província Austrífera do Tapajós e Extremo Noroeste do Brasil, e o mapeamento geológico do Distrito Federal, a cargo da Universidade de Brasília, em convênio com o Departamento Nacional de Produção Mineral.

Na área do Programa Grande Carajás serão iniciadas novas folhas para mapeamento geológico-pedológico vegetal, abrangendo os pólos de Santa Izabel (GO), Altamira (PA) e a Ferrovia Carajás—São Luís. Terá início, também, o processamento de dados do Projeto Aerogeofísico Rio do Sangue, em Mato Grosso.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

O Ministério do Interior desenvolveu em 1986 amplo elenco de atividades nas diversas áreas de sua atribuição: desenvolvimento regional; radicação de populações, ocupação do território e migrações internas; administração dos territórios federais; assistência ao índio; e assistência aos municípios.

As ações do Ministério dirigiram-se prioritariamente para as regiões e os grupos populacionais menos favorecidos, visando à dinamização do processo de crescimento, especialmente no meio rural, em consonância com as políticas e diretrizes governamentais destinadas à redução das desigualdades regionais e sociais. Com esse objetivo, o Ministério e seus órgãos vinculados contaram em 1986 com recursos inicialmente previstos em Cr\$ 42 bilhões e que, ao longo do ano, puderam ser expandidos para um total de Cr\$ 51,3 bilhões.

Para 1987, o orçamento consolidado do Ministério está estimado em Cr\$ 57,9 bilhões, incluin-

do-se recursos orçamentários, incentivos fiscais e o incremento nas aplicações dos bancos de desenvolvimento regional (BNB, BASA e BANRORAIMA).

Dentre os principais programas e projetos desenvolvidos em 1986 destacaram-se:

Desenvolvimento regional: região Nordeste

O Nordeste é prioridade econômica, social e política do Governo. Esta prioridade foi reafirmada em 1986 através das ações desenvolvidas pelos órgãos vinculados ao Ministério que atuam na área: a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

A SUDENE teve fortalecido seu papel de órgão planejador das ações governamentais na região. Através da Lei nº 7.499, de 25-6-86, foi aprovado o I Plano de Desenvolvimento do Nordeste da Nova República, elaborado pela SUDENE com ampla participação da sociedade civil da região.

A legislação relativa ao Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR) foi reformulada de forma a propiciar o atendimento a maior número de projetos, melhores retornos econômicos e sociais e maior controle e fiscalização de suas aplicações.

Em 1986 foram aprovados pela SUDENE, no âmbito do FINOR, 85 novos projetos, com investimentos totais de Cr\$ 6,1 bilhões, participação do FINOR no valor de Cr\$ 3,2 bilhões e a geração de aproximadamente 19 mil novos empregos quando de sua plena implantação.

O orçamento do FINOR experimentou significativa expansão em termos reais, evoluindo de Cr\$ 1,5 bilhão, em 1985, para Cr\$ 6,5 bilhões, em 1986, beneficiando 836 projetos em fase de implantação.

Ao final do exercício, encontravam-se em análise na SUDENE 655 cartas-consultas e 289 projetos, com perspectivas de novos investimentos no valor de Cr\$ 58 bilhões e criação de cerca de 181 mil empregos.

Consolidou-se o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP), em execução nos 10 Estados da área de atuação da SUDENE. O programa, de erradicação da pobreza absoluta no meio rural nordestino, contempla o atendimento a 2,8 milhões de famílias de produtores rurais de baixa renda, no prazo de 15 anos.

Para sua programação 1986-87, o PAPP contou com recursos nacionais e externos no montante de Cr\$ 5,9 bilhões. Foram concluídos os contratos de financiamento externo para seis Estados (Sergipe, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Ceará, Bahia e Piauí), no montante de US\$ 700 milhões, estando os quatro restantes (Maranhão, Paraíba, Alagoas e Minas Gerais) em fase final de negociação com o Banco Mundial. Suas principais realizações direcionam-se para os setores fundiário, recursos hídricos, assistência técnica, comercialização, geração e difusão de tecnologia, crédito rural e apoio a pequenas comunidades rurais. A criação e instalação da Comissão Regional de Desenvolvimento Rural (CRDR), no âmbito da SUDENE — com a participação de representantes dos governos federal e estaduais e dos trabalhadores rurais —, contribuiu significativamente para conferir maior coerência e transparência à programação, aprimorar o sistema de informações gerenciais e agilizar o fluxo de tramitação de recursos entre os diversos órgãos envolvidos.

Em complemento às ações do PAPP, foi criado o Programa de Apoio a Organizações de Pequenos Produtores Rurais do Nordeste (Programa São Vicente). Voltado para o fomento do associa-

tivismo, através de apoio financeiro em bases não reembolsáveis, a empreendimentos produtivos conduzidos por associações de pequenos produtores rurais, o programa contou, em 1986, com recursos no valor de Cr\$ 350 milhões. Foram apoiados 1.078 projetos, beneficiando 33.798 famílias dos 10 Estados abrangidos pela SUDENE.

Completo-se a execução do Programa de Recuperação das Áreas Atingidas pelas Enchentes do Nordeste (PROENE), que proporcionou a realização de vasto elenco de obras em cerca de 500 municípios nordestinos. Em 1986, o PROENE aplicou aproximadamente Cr\$ 698,9 milhões, totalizando Cr\$ 1,9 bilhão desde a sua instituição, em 1985.

No seu conjunto, os programas coordenados pela SUDENE contaram, em 1986, com recursos no montante de Cr\$ 15,7 bilhões, inclusive o FINOR.

Em 1987, além da continuidade das ações do FINOR, PAPP e Programa São Vicente, serão iniciados os seguintes novos programas: Programa de Apoio às Pequenas e Microempresas do Norte e do Nordeste, com recursos iniciais de Cr\$ 500 milhões; Programa de Prevenção em Áreas Sujeitas a Enchentes no Nordeste, com recursos externos já assegurados de US\$ 70 milhões; e o Programa de Recuperação de Empreendimentos Incentivados, em fase final de elaboração.

O BNB ajustou-se com êxito aos desafios impostos pelo Programa de Estabilização Econômica ao setor financeiro, emergindo mais firme e rentável desse processo. Para tanto, foram adotadas diversas medidas voltadas para a contenção de despesas e captação de recursos. O capital social do Banco foi elevado de Cr\$ 359,5 milhões para Cr\$ 1,1 bilhão, e o saldo de suas aplicações, ao final de 1986, atingiu Cr\$ 27,8 bilhões, com um crescimento de 79,3% em relação ao final do ano anterior.

Para 1987, contempla-se a implementação de novas medidas de fortalecimento do BNB, notadamente quanto a sua capitalização e novas fontes de captação de recursos.

Região Norte

A política de desenvolvimento da Amazônia visa promover a ocupação ordenada da região, preservando o equilíbrio ecológico e valorizando a população. Essas diretrizes pautaram, em 1986, as ações da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), do Banco da Amazônia S.A. (BASA) e da Cia. Siderúrgica da Amazônia (SIDERAMA).

A SUDAM expandiu suas atividades de planejamento regional, com a conclusão do I Plano de Desenvolvimento da Amazônia da Nova República (I PDA-NR), que contém as principais diretrizes para o desenvolvimento econômico e social da região.

Destaca-se, entre as propostas contidas no I PDA-NR, a execução de amplo programa de zoneamento ecológico e econômico da Amazônia. Com o uso de técnicas de sensoriamento remoto, os trabalhos a serem desenvolvidos pela SUDAM, com o apoio do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e de outros órgãos federais, visam orientar e acompanhar o aproveitamento racional dos recursos naturais e a adequada gestão do espaço amazônico. Sua execução, no período 1987-89, prevê recursos no montante de Cr\$ 1 bilhão.

A legislação referente ao Fundo de Investimento da Amazônia (FINAM) foi reformulada, permitindo maior disciplina na aplicação dos incentivos

fiscais em projetos conduzidos por investidores de outras regiões. Em 1986 foram aprovados pela SUDAM, no âmbito do FINAM, 76 novos projetos, com investimentos totais de Cr\$ 15 bilhões, participação do FINAM no valor de Cr\$ 6,6 bilhões e a geração de 8 mil novos empregos, quando totalmente implantados.

O orçamento do FINAM experimentou considerável expansão em termos reais, passando de Cr\$ 500 milhões, em 1985, para cerca de Cr\$ 2,9 bilhões em 1986.

Foi iniciada a implantação do Programa de Produção de Alimentos, através da capitalização do pequeno produtor rural organizado de forma comunitária. Em 1986 foram beneficiados pela SUDAM cerca de 2.500 produtores, em 21 projetos, com investimentos de Cr\$ 25 milhões. Em 1987, o programa será expandido, prevendo-se o atendimento de 56.300 famílias até 1989.

O Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA) teve suas aplicações reorientadas, de forma a apoiar complementarmente as ações da reforma agrária na região. As aplicações estão voltadas para os setores de agricultura, saúde, saneamento, educação e planejamento governamental, com recursos de Cr\$ 144,6 milhões.

Os programas coordenados pela SUDAM contaram em 1986 com recursos que totalizaram Cr\$ 3,1 bilhões.

Em 1987, além da continuidade das ações do FINAM e POLAMAZÔNIA, deverão ganhar maior dimensão o projeto de zoneamento econômico e ecológico e o Programa de Produção de Alimentos. Será iniciado o Programa de Apoio às Pequenas e Microempresas do Norte e do Nordeste.

A SUFRAMA passou por expressivas transformações. A necessidade de maior zelo e rigor administrativo e a preservação da imagem do órgão levaram à decretação de uma intervenção temporária.

Foram revistos os procedimentos existentes e implantados novos sistemas de administração e controle da concessão de autorizações de importações incentivadas. A estrutura de planejamento da Superintendência foi fortalecida com o estabelecimento de novas políticas e diretrizes, particularmente quanto a índices de nacionalização, elaboração de planos operativos, estímulo às exportações, treinamento e capacitação de pessoal especializado, e apoio a empresas estabelecidas fora do núcleo central de Manaus. Foram ainda compatibilizadas as ações da SUFRAMA com a Política Nacional de Informática e aprovada, pelo Conselho Nacional de Informática (CONIN), recomendação da concessão de incentivos do IPI aos bens de informática produzidos na região. Através do Decreto nº 92.560, de 16-4-86, foi prorrogado por 10 anos, até 2007, o prazo de vigência da Zona Franca de Manaus.

Em 1986 foram aprovados pela SUFRAMA 93 novos projetos, representando investimentos de Cr\$ 3,5 bilhões. Encontravam-se em análise pelo órgão, no final do exercício, 92 projetos e cartas-consultas de novos empreendimentos. O total de empresas em operação na Zona Franca de Manaus mohava a 345 unidades, que apresentaram faturamento anual estimado de US\$ 3,6 bilhões.

As autorizações de importação concedidas pela SUFRAMA em 1986 atingiram US\$ 611,7 milhões. Desse total, US\$ 498,2 milhões (81,5%) destinaram-se à indústria, US\$ 100,5 milhões (16,4%) ao comércio e US\$ 12,8 milhões (2,1%) a outros setores, inclusive ao governo.

O BASA promoveu em 1986 amplo esforço de ajustamento às novas condições do mercado financeiro decorrentes da implantação do Progra-

ma de Estabilização Econômica, adotando diversas medidas de redução de custos, recuperação de débitos e captação de recursos. A criação de um comitê de crédito representou importante passo para o aperfeiçoamento do processo decisório. Ao final de 1986, o saldo de aplicações operacionais do Banco alcançou Cr\$ 8,5 bilhões, com crescimento de 77,7% em relação ao ano anterior.

Região Sudeste

As ações do Ministério na Região Sudeste são orientadas para os bolsões de pobreza ali existentes, que se contrapõem de forma dramática à expressão econômica de seu parque industrial e dos grandes centros metropolitanos. Tais ações são coordenadas pela Secretaria Especial da Região Sudeste (SERSE).

Os programas especiais conduzidos pela SERSE (POLOCENTRO — Programa de Desenvolvimento dos Cerrados; PRODENOR — Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural do Norte Fluminense; e PRODEVALE — Programa de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha) foram reorientados, passando a apoiar prioritariamente ações complementares à programação da reforma agrária na região. Referidos programas contaram, para sua programação 1986/1987, com recursos no montante de Cr\$ 33,6 milhões.

Região Sul

Em 1986 a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL) conduziu diversas atividades voltadas para o desenvolvimento regional. Foi elaborada a Carta SUDESUL, subscrita pelos governos dos três Estados da região, estabelecendo as prioridades para a atuação do órgão. A SUDESUL também participou ativamente dos entendimentos entre os governos brasileiro e uruguai, que levaram à assinatura do 2º Memorando de Entendimento entre os dois países, objetivando o desenvolvimento da bacia da Lagoa Mirim e o aproveitamento dos recursos hídricos do Rio Jaguarião mediante construção das barragens de Talavera e Centurião.

Deu-se continuidade aos programas especiais e, no global, as ações envolveram recursos orçamentários no montante de Cr\$ 112 milhões.

Região Centro-Oeste

A Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) procedeu ao detalhamento de programas e projetos propostos pelo Plano de Desenvolvimento Regional do Centro-Oeste, concluído em 1985. Dentre os trabalhos executados, destacaram-se os estudos referentes aos Programas de Ecodesenvolvimento do Pantanal e sua Bacia, e de Alimentos e Desenvolvimento da Agroindústria, e o incremento das ações de saúde, educação, segurança pública e desenvolvimento comunitário na região vizinha a Brasília.

O Programa Integrado de Desenvolvimento da Região Noroeste do Brasil (POLONOROESTE) foi objeto de profunda avaliação por parte dos órgãos executores e do Banco Mundial. Foi reformulada sua estratégia de ação visando redirecionar as aplicações para maior apoio às atividades produtivas, geração de empregos e aumento de renda das comunidades. O POLONOROESTE contou com recursos nacionais e estrangeiros de Cr\$ 700 milhões para sua programação.

Os programas especiais conduzidos pela SUDECO tiveram suas ações compatibilizadas com a programação de reforma agrária na região. O conjunto de ações desenvolvido pela SUDECO envolveu, em 1986 recursos no montante de Cr\$ 1,2 bilhão.

Assistência ao Índio

através do Decreto nº 92.470, de 18.3.86, implantou-se na Fundação Nacional de Assistência ao Índio (FUNAI) nova estrutura organizacional, apautada na descentralização de atividades, com a criação de seis superintendências regionais. Foram reformulados os sistemas administrativo e financeiro do órgão transferindo-se, para a aíçada regional mais próxima das comunidades indígenas, maior poder de decisão.

A FUNAI desenvolveu em 1986, intensa ação fundiária, que resultou na delimitação de 6 milhões de hectares (nove áreas), demarcação de 1,2 milhão de hectares (14 áreas) e regularização fundiária de 720 mil hectares de reservas indígenas.

Suas atividades buscaram, ainda, expandir a conscientização social em relação à questão indígena, e incrementar as ações ligadas à saúde, educação e produção nas comunidades indígenas. No global a FUNAI contou, em 1986, com recursos no montante de Cr\$ 373,9 milhões.

Mobilização Estudantil

Sob a nova orientação, a Fundação Projeto Rondon participou ativamente na execução e acompanhamento dos seguintes programas e projetos: Programa Nacional de Distribuição de Leite para Crianças Carentes (SEAC/PR); Programa Nacional de Alfabetização de Jovens e Adultos (Fundação EDUCAR/MEC); Programa Nacional de Assistência ao Estudante (FAE/MEC); Programa Nacional de Alimentação Escolar (FAE/MEC); Campanha Nacional de Combate à Poliomielite (MS); Projeto de Alternativas Tecnológicas para a Produção (SENAI); Programa de Educação, Saúde e Produção em Comunidades Indígenas (FUNAI) e outros.

Em 1986 os recursos aplicados montaram a Cr\$ 194,3 milhões.

Administração de Territórios

Em 1986, o Governo do Território do Amapá direcionou prioritariamente seus esforços no sentido de fortalecer a infra-estrutura básica econômica e social do Território, com vistas à sua consolidação e à melhoria de vida da população.

Na área de transportes, destacaram-se os trabalhos de implantação e recuperação da BR-156. No setor agropecuário foi expandida a assistência técnica aos produtores rurais, com vistas ao incremento da produção de alimentos básicos, culturas industriais e pecuária. No campo social, sobressaiu-se a construção e a ampliação de 130 salas de aula, o fornecimento de material didático, a construção de cinco postos de saúde e do hospital de Oiapoque (50 leitos), a assistência e orientação de menores carentes, o início da implantação da Escola Técnica Federal do Amapá e diversas realizações na área de habitação e saneamento básico. Para o desenvolvimento dessas ações, o Território do Amapá contou, em 1986, com recursos orçamentários da ordem de Cr\$ 1 bilhão.

O Governo do Território de Roraima desenvolveu, em 1986, várias ações, cabendo mencionar: no setor de transportes, o asfaltamento de 16 km da BR-174, no trecho Boa Vista/Caracaraí; a perenização do canal do Rio Branco; a construção e recuperação de 661 km de estradas vicinais; a recuperação de 966 km de rodovias territoriais; e, na área energética, o início da construção de UHE Paredão, com capacidade inicial de 27 mil kw. O Território Federal de Roraima contou, em 1986, com recursos orçamentários de Cr\$ 1,1 bilhão.

O Banco de Roraima S.A. (BANRORAIMA) apresentou grande expansão em suas operações, tendo seu saldo de aplicações atingido Cz\$ 400,5 milhões, com crescimento de 164% em relação a 1985.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

As ações conduzidas pelo Ministério, no sentido de atender a parcelas crescentes da população brasileira com serviços eficientes e adequados, conferiram ênfase particular ao papel social das telecomunicações, dos correios e da radiodifusão.

Além do atendimento à crescente demanda pelos serviços, também o incremento da capacidade industrial do setor e a busca da plena capacitação tecnológica nacional foram objeto de atenção constante, em conformidade com a política estabelecida pelo Governo e explicitada nas diretrizes do PND-NR.

Essa orientação deverá prosseguir em 1987, buscando-se permanentemente ampliar os níveis de produtividade já alcançados pelas empresas vinculadas, e garantir o atingimento das metas fixadas.

Sistema TELEBRÁS

No campo das telecomunicações públicas, ênfase especial foi conferida aos programas de popularização e de interiorização dos serviços. No primeiro, o número de telefones públicos instalado no País alcançou 126.513, representando quase o dobro das unidades existentes no início da atual administração. Relativamente à interiorização, 579 novas localidades passaram a ser atendidas em 1986, e o número de telefones instalados nas áreas rurais chegou a 166 mil, com acréscimo de 13 mil novas unidades.

De outro lado, baixou-se determinação específica, visando corrigir distorção tarifária que se verificava nas ligações realizadas entre localidades pertencentes a áreas urbanas contíguas — como é o caso, por exemplo, das cidades formadoras das regiões metropolitanas brasileiras — e que anteriormente eram cobradas como chamadas interurbanas. Essa medida permitiu redução de até 70% no custo das ligações telefônicas, beneficiando mais de 3,5 milhões de assinantes — que representam cerca de 44% do total de assinantes existentes no País.

Igualmente, as tarifas interurbanas noturnas reduziram-se a apenas 25% do seu valor normal, para as ligações realizadas após as 23 horas.

Em 1986, as transferências do direito de uso das linhas telefônicas foram também objeto de regulamentação específica, para eliminar a especulação gerada pelo mercado paralelo de telefones, que vinha fazendo com que as linhas estivessem sendo vendidas, em algumas cidades, com ágio superior a 600% em relação ao valor praticado pelas empresas telefônicas.

Paralelamente, o Sistema TELEBRÁS lançou pela primeira vez um plano de expansão de âmbito nacional, para atender, em prazo mais curto, a demanda crescente por serviço telefônico. Mais de 1,8 milhão de brasileiros candidataram-se às novas linhas.

Relativamente à expansão da infra-estrutura de telecomunicações, foram implantados 400 mil novos terminais, dos quais 162 mil com tecnologia digital. O número de telefones, passou de 11,5 milhões, com acréscimo de 7% em relação ao ano anterior, e o número de terminais de telex alcançou 87 mil, com a instalação de 12.125 novos terminais, representando crescimento de 16%. Vale notar que o tráfego telefônico interurbano cresceu 27% no período, atingindo 1,6 bilhão de chamadas, enquanto o tráfego interna-

cional gerado no Brasil teve acréscimo de 35,4% (13,1 milhões de chamadas).

Ainda em 1986 foi lançado o satélite Brasilsat II, com a respectiva entrada em operação comercial, completando o segmento espacial do Sistema Brasileiro de Telecomunicações por Satélite (SBTS).

Para o ano de 1987 estabeleceu-se a meta de instalação de 600 mil novos terminais telefônicos, com previsão de que o número de telefones públicos atingirá cerca de 160 mil aparelhos.

Relativamente ao programa de interiorização do serviço telefônico, 1.900 novas localidades passarão a contar com o serviço, e o número de telefones instalados nas áreas rurais deverá chegar a 181 mil.

O reaquecimento da economia em 1986, associado à defasagem nos valores das tarifas telefônicas, apenas recentemente reajustadas, gerou expressivo crescimento do tráfego telefônico. O fato, agravado pela redução dos investimentos no setor nos últimos anos, notadamente entre 1983 e 1984, provocou aumento significativo dos níveis de congestionamento do sistema em alguns centros urbanos, com acréscimo da demanda reprimida pelo serviço.

A redução do congestionamento a níveis que não comprometam a qualidade do serviço exigirá a continuidade do programa de investimentos da empresa, que alcançou em 1986 o valor de Cz\$ 17,4 bilhões.

Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos (ECT)

No campo dos serviços postais e telegráficos, apesar das adversidades de natureza conjuntural, a ECT pôde atingir as metas traçadas, orientando-se para a interiorização dos serviços.

O Serviço Postal foi estendido a todas as sedes municipais propiciando atendimento pleno em âmbito nacional. O número de agências e postos de correio passou de 9.961 para 11.428, representando crescimento de 14,7% em relação a 1985. Nessas unidades de atendimento, incluem-se mais de 1.200 postos de correio rural.

A rede de distribuição postal teve ampliado o número de centros de distribuição domiciliaria de 151 para 175, com crescimento de 16% em 1986.

Vale ressaltar que o tráfego postal convencional cresceu 9,5%, atingindo 3,1 bilhões de objetos, enquanto o Serviço de Correspondência Agrupada (SERCA), que inclui correspondências, encomendas e malotes destinados a pessoas jurídicas cadastradas na ECT, cresceu 20,3%.

Na área telegráfica, o serviço foi expandido, com mais 156 agências implantadas em 129 novas localidades. O número de localidades atendidas pela rede de retransmissão de telegramas passou a 525, com aumento de 8% em relação a 1985.

Houve ligeiro declínio nos padrões de qualidade dos serviços prestados pela ECT, principalmente em função do extraordinário crescimento do volume de correspondência. Ainda assim, cerca de 92% das correspondências foram entregues nos prazos previstos, e as mensagens telegráficas encaminhadas em prazos inferiores a duas horas.

Cumpre ainda mencionar a atuação da ECT no que concerne ao Programa de Prioridades Sociais do Governo Federal, através da entrega de 58,1 milhões de vales do Programa Nacional do Leite para Crianças Carentes e de 42,7 milhões de livros didáticos destinados ao ensino fundamental, além do apoio conferido ao programa do seguro-desemprego.

Para 1987, as principais metas estabelecidas incluem a instalação de 30 novas agência e 900

postos de correio rural. Serão ainda criados cinco centros de triagem, visando agilizar a distribuição postal.

Na área telegráfica, o serviço será estendido a 15 novas localidades.

Empresa Brasileira de Radiodifusão (RADIORBRÁS)

A atividade da RADIORBRÁS foi orientada para a consolidação do sistema existente, com aplicação de recursos mínimos e indispensáveis ao reequipamento e reforma das instalações. Os investimentos realizados pela empresa nos últimos anos permitiram que fosse alcançado grau elevado de atendimento à população, com serviços de rádio e televisão, particularmente em regiões de reduzido interesse comercial mas de importância para o processo de integração nacional, como é o caso da Região Amazônica.

Além disso, desempenhou em 1986 importante papel na divulgação das atividades da Presidência da República, e consolidou a rede de retransmissão do programa radiofônico "Jornal Nacional" da qual participam 133 emissoras de todo o País.

Para 1987, a programação de Rádio e TV dará ênfase especial ao jornalismo, com o complemento de uma programação local específica no segmento de rádio, voltada para a comunidade a que serve. A programação de televisão será complementada mediante convênios com emissoras privadas.

Desenvolvimento Tecnológico e Industrial

Em 1986, os investimentos em pesquisa e desenvolvimento realizados pelo setor montaram a Cz\$ 460 milhões, representando cerca de 2,8% dos investimentos globais do Sistema TELEBRÁS.

Dentre os principais resultados obtidos pelo Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (CPqD) da TELEBRÁS ressaltaram-se:

— projeto e desenvolvimento de circuito integrado para aplicação no telefone brasileiro de teclas, demonstrando o estágio de capacitação tecnológica já atingido pelo País na área da microeletrônica;

— conclusão do primeiro equipamento de rádio de microondas com tecnologia digital, projetado e desenvolvido no País;

— entrega das primeiras centrais digitais de comutação telefônica CPA, produzidas por indústrias nacionais com tecnologia desenvolvida pelo CPqD (centrais TRÓPICO R com capacidade para até 4 mil terminais);

— entrada em operação comercial das primeiras centrais de telex digitais desenvolvidas pelo CPqD.

Além disso, o CPqD da TELEBRÁS deu início às pesquisas que permitirão ao Brasil deter tecnologia em centrais telefônicas digitais de médio porte (16 mil terminais) até 1990.

Especificamente no que concerne à microeletrônica, definiram-se as linhas de ação aplicáveis ao setor de comunicações, visando fomentar a pesquisa e desenvolvimento de componentes microeletrônicos no Brasil, incluindo diretrizes para aquisição de equipamentos que utilizem componentes projetados no País e prioridade para a condução de projetos nesse campo.

Estabeleceu-se ainda orientação no sentido de ampliar a capacidade tecnológica nacional na área industrial de telecomunicações, para atender aos produtos que ainda necessitem apoiar-se em projetos transferidos do exterior.

Para o ano de 1987, pretende-se aplicar cerca de Cz\$ 1 bilhão na pesquisa e no desenvolvimento do setor, o que deverá representar 2,8% da receita bruta do Sistema TELEBRÁS.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Na área do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) as ações se dirigiram à correção de distorções e à democratização da gestão do sistema, com especial ênfase na atualização da Lei Orgânica da Previdência.

Nos últimos anos, principalmente na fase mais aguda do ciclo recessivo, a Previdência Social sofreu diretamente o impacto orçamentário de reduções sucessivas em sua receita de contribuições, sem a devida compensação por aportes de receitas fiscais. O grave desequilíbrio resultou na compressão de despesas por múltiplos expedientes, comprometendo a abrangência e a qualidade do seguro social. Com a recuperação econômica, a partir de 1985, buscou-se o equilíbrio financeiro, mantendo porém a base comprimida das despesas, com gritantes distorções e seqüelas sociais implícitas.

Com o propósito de elaborar, a curto prazo, um diagnóstico extensivo da realidade previdenciária e propor correções, instituiu-se o Grupo de Trabalho para a Restuturação da Previdência Social, cujas conclusões finais foram apresentadas no início de novembro de 1986. Desse grupo participaram representantes dos principais segmentos sociais, notadamente as centrais sindicais dos trabalhadores, as confederações patronais, especialistas independentes e entidades governamentais. O elenco de recomendações orienta as iniciativas que têm sido tomadas desde o ano passado, no sentido de estender à Previdência os avanços sociais conquistados pela Nova República. Esses avanços serão definitivamente consagrados em 1987, a partir da aprovação, pelo Congresso Nacional, da nova Lei Orgânica.

A reforma previdenciária estabelecerá as bases para a definitiva abolição do tratamento discriminatório concedido ao trabalhador rural em relação ao empregado urbano, bem como do contribuinte autônomo em relação ao empregado. A universalização do plano de benefícios básicos deverá atuar como indutor da uniformização dos regimes contributivos. Algumas características dos regimes diferenciados serão preservados durante o período de transição, mas apenas como subsistemas residuais por opção dos próprios contribuintes.

Paralelamente, o MPAS procurou, em 1986, avançar algumas iniciativas com vistas a comigir distorções notórias, de constatação imediata.

Entre elas, incluem-se:

- Aperfeiçoamento do Sistema Previdenciário

- extensão à família do trabalhador rural da cobertura do seguro de acidente de trabalho, que antes beneficiava apenas o chefe da unidade familiar;

- extinção da contribuição previdenciária de inativos, o que resultou em aumento real de 3,5% a 5% nos valores de aposentadorias e pensões;

- uniformização do sistema de assistência médica, eliminando-se a discriminação que prevalecia contra o trabalhador rural (Decreto nº 98.770, de 10-6-86); e

- expansão da assistência médica previdenciária, através da ampliação, para todo o território nacional, das Ações Integradas de Saúde.

- Modernização do Sistema Previdenciário

- reaparelhamento da DATAPREV para atender à demanda de serviços requerida por um sistema de massas, com cerca de 28 milhões de contribuintes e mais de 100 milhões de usuários em potencial. Com a intensiva utilização da informática, ao lado de outras iniciativas de fiscalização

e de composição de débitos, o Ministério prevê uma recuperação de receita da ordem de 10% do total, só em 1987;

- informatização do sistema de pagamentos, que eliminará as filas e a demora na concessão de benefícios;

- realização de reforma administrativa interna, a ser implantada a partir de 1987, com repercussão sobre a gestão das autarquias vinculadas; e

- reformulação na gestão da assistência médica, com definição de novo contrato-padrão, que regulará as relações entre o INAMPS e a rede hospitalar contratada, possibilitando melhor acompanhamento, controle e fiscalização dos serviços.

No âmbito da assistência social, ampliou-se o orçamento da área que havia sido drasticamente reduzido no período 1981-84. Foram aplicados Cz\$ 3,7 bilhões nas ações conduzidas sob responsabilidade do MPAS, o que teve consequências positivas na qualidade dos serviços oferecidos pela LBA e FUNABEM.

Foram também introduzidas modificações conceituais, metodológicas e programáticas. Muitas delas decorreram dos resultados da Comissão de Apoio à Reestruturação da Assistência Social sob a responsabilidade do MPAS, criada pela Portaria nº 3.764, de 21 de maio de 1985. Entre elas, destacam-se:

- início do processo de planejamento integrado e descentralizado, envolvendo as unidades regionais e estaduais da LBA e FUNABEM;

- implantação de novas formas operacionais na condução de programas, como o sistema interno de informações do Programa Primeiro à Criança, da LBA;

- início de descentralização e municipalização da assistência ao menor. A FUNABEM prepara-se para transferir aos Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, onde já existe uma estrutura de prestação de serviços, a responsabilidade da execução direta, a fim de reservar-se exclusivamente às funções normativas no plano nacional. Para viabilizar esse processo está programada, para o início de 1987, a implantação de 17 Centros de Recursos Integrados de Atendimento ao Menor (CRIAM), no Rio de Janeiro, com recursos orçados no valor de Cz\$ 120 milhões;

- incentivo a programas que buscam conciliar a resolução de problemas emergenciais com a prevenção da marginalidade social e a incorporação dos beneficiários no sistema produtivo e educacional, como os programas de Microempresa Social, Creches-Casulo e do Menor Assistido.

Em 1986 a Previdência Social fechou o ano com um saldo orçamentário de Cz\$ 8 bilhões, e um saldo de caixa de Cz\$ 22 bilhões. Do orçamento total programado, Cz\$ 187 bilhões, cerca de Cz\$ 125 bilhões destinaram-se ao pagamento de benefícios previdenciários; Cz\$ 48 bilhões à assistência médica, incluindo pessoal próprio do INAMPS; Cz\$ 10 bilhões a despesas administrativas, aí consideradas as atividades de arrecadação e fiscalização a cargo do IAPAS e a reestruturação da DATAPREV; e Cz\$ 3,7 bilhões à assistência social.

O equilíbrio orçamentário deverá manter-se este ano, a despeito da elevação dos valores mínimos de benefícios, da atualização das aposentadorias e pensões e da progressiva implantação da nova Lei Orgânica da Previdência Social. Para isso, além da expectativa de recuperação de receita por bloqueio da evasão, a Previdência conta com a ampliação de suas fontes de financiamento. Da eliminação do teto de contribuição patronal,

por empregado — medida sugerida pelo Grupo de Trabalho e que contou com apoio explícito das lideranças empresariais —, espera-se uma elevação de receita de 3,5% sobre a base de contribuição do ano passado. Outra fonte de financiamento introduzida foi a alíquota de 2,5% sobre a folha salarial de instituições financeiras, nivelando os encargos gerais para todas as empresas, exceto as educacionais.

Em razão da ampliação da base contributiva, da expectativa de crescimento da economia e das medidas acima mencionadas, espera-se que, no corrente ano, a receita total em valores correntes atinja Cz\$ 270 bilhões. Esse montante é compatível com as despesas programadas, incluindo-se as revisões de benefícios em janeiro e o impacto orçamentário da atualização da Lei Orgânica da Previdência Social.

MINISTÉRIO DA CULTURA

A Ação do Ministério da Cultura (MinC), desenvolvida dentro da organização que lhe deu o Decreto nº 92.489, de 24 de março de 1986, concentrou-se nas seguintes linhas principais:

- preservação e desenvolvimento do patrimônio cultural, inclusive da memória oral e escrita;

- estímulo à criatividade, mesmo quando esta se materializa em bens e serviços com ampla circulação nos mercados;

- apoio à atividade cultural, principalmente onde se apresenta como ruptura às correntes dominantes, ou como expressão de grupos diferenciados por suas raízes étnicas e/ou históricas;

- apoio à difusão e ao intercâmbio culturais, visando democratizar o acesso tanto ao patrimônio acumulado, como ao fluxo de novos bens e serviços em circulação no País; e

- intensificação do intercâmbio externo, fonte de enriquecimento de nossa cultura e afirmação da presença brasileira no exterior.

O ano de 1986 foi marcado pelo esforço em dotar o Governo de instrumentos legais e administrativos para atuar na área. Fruto desse esforço foi a Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, também conhecida como Lei Sarney, que dispõe sobre benefícios fiscais, via Imposto de Renda, concedidos a operações de caráter cultural e artístico. Essa lei, duplamente inovadora, transfere à sociedade civil a iniciativa na aplicação de fundos que indiretamente provêm do Estado e coloca os investimentos no campo cultural, sabidamente gerador de emprego, entre os que mais apoio recebem do poder público.

Entre as principais ações do Ministério no período encontram-se, segundo os campos de atuação, as especificadas a seguir.

Artes Cênicas

O Instituto Nacional de Artes Cênicas (INACEN) concedeu: apoio a grupos de dança e teatro com produção constante; financiamento reembolsável para montagem de espetáculos cênicos profissionais; auxílio a amadores de todos os Estados para montagem de espetáculos; apoio financeiro aos Estados e municípios para reformar e equipar salas de espetáculos, bem como incentivo e patrocínio a trabalhos cênicos realizados por segmentos marginalizados pela sociedade; e promoveu a edição de vinte livros sobre artes cênicas e a realização de mais de cem cursos para formação de profissionais de teatro, dança, circo e ópera.

Pesquisas Sociais

As Fundações Joaquim Nabuco e Casa de Rui Barbosa desenvolveram intensa atividade de pes-

quisa; promoveram aproximadamente quatro dezenas de seminários, cursos e palestras sobre História, Sociologia, Política, Literatura, Filosofia, Folclore e Direito; e, em suas áreas específicas, fizeram editar cerca de cinqüenta títulos de obras de interesse regional ou nacional.

Cinema e Vídeo

O Ministério da Cultura, através da Empresa Brasileira de Filmes S/A (EMBRAFILME), possibilitou a realização de 132 filmes e distribuiu treze novas produções cinematográficas que, até outubro — assistidas por cerca de 13 milhões de espectadores — possibilitaram faturamento da ordem de Cr\$ 66 milhões, recorde nacional nos últimos cinco anos.

O cinema brasileiro obteve mais de 25 premiações em festivais e mostras internacionais, proporcionando facilidades para a colocação do produto nacional no exterior, com contratos da ordem de Cr\$ 3,4 milhões.

Artes Plásticas

A Fundação Nacional de Arte estimulou e apoiou a realização do IX Salão de Artes Plásticas em cinco pólos regionais, e de cerca de 800 espetáculos musicais em todo o País. Além da edição de partituras de Carlos Gomes e produção de discos da III Bienal de Música Brasileira Contemporânea, buscou ainda incentivar as artes fotográficas, folclóricas e gráficas, assistindo seus produtores ou patrocinando eventos.

Cooperação com Estados e Municípios

O Ministério tem buscado descentralizar as ações de promoção e difusão da cultura, bem como de preservação da memória nacional em 1986 mais de mil projetos foram executados mediante convênio com estados e municípios, correspondendo à aplicação de 70% dos recursos orçamentários do MinC.

Essa política deu sentido à existência de uma substancial disponibilidade de recursos técnicos e materiais em instituições públicas disseminadas por todo o País, e que permaneciam semi-ociosas por falta de condições mínimas de financiamento para seus projetos.

Patrimônio Histórico e Artístico

Através da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e da Fundação Nacional Pró-Memória, foram aplicados Cr\$ 370 milhões na preservação e difusão de acervos museológicos, de bens culturais móveis, e naturais, de acervos bibliográficos e arquivísticos, assim como no referenciamento da dinâmica cultural. Cerca de 300 obras de restauração de bens imóveis estão sendo executadas e 2.600 bibliotecas assistidas. Deu-se também início ao projeto integrado de restauração e animação cultural da cidade de Alcântara, ao mesmo tempo em que se iniciaram novos processos de tombamento de imóveis, sítios e loteamentos de interesse cultural.

Principais Ações para 1987

As iniciativas tomadas em 1986 permitem prever, para o corrente ano, um amplo desdobramento da ação do Ministério, cujos recursos financeiros, incluídos os aportes da Lei Sarney, mais que duplicarão.

Entre esses desdobramentos, cabe assinalar:

— A prevalência de um novo enfoque na preservação do patrimônio cultural, orientado para o tratamento de núcleos urbanos de interesse histórico, e não apenas de monumentos isolados. O objetivo é reativar os centros históricos, fomentando atividades produtivas compatíveis com a

preservação de suas identidades culturais. Essa tarefa deverá contar com a cooperação de outros órgãos do Governo e com recursos financeiros externos;

— o apoio à instituição de bibliotecas públicas, e a criação de pontos de venda de livros. A Lei Sarney já está permitindo o encaminhamento, sob a forma de doação, de um fluxo considerável de livros e bibliotecas em todo o País. A ação deverá ser essencialmente descentralizada, visando a estimular, nas distintas regiões, tanto a criatividade no setor do livro como a indústria gráfica de alcance local;

— a ampliação do apoio estatal às artes cênicas, que continuam sendo uma das linguagens culturais de maior penetração e participação popular. Grupos de teatro amador presentes em todas as cidades do Brasil constituem, juntamente com a dança, a principal fonte de experiência estética criativa da juventude. Já o teatro profissional, que depara-se hoje com dificuldades geradas por custos crescentes, deverá beneficiar-se com a locação de salas a preços reduzidos e transporte subsidiado para excursões, além de outras formas de ação mais diretas, no caso do circo;

— continuação do programa de apoio às orquestras sinfônicas, também ameaçadas de desaparecimento pela elevação de seus custos operacionais. Procurar-se-á assegurar a circulação das orquestras, facilitando seu acesso a segmentos crescentes da população. O apoio às bandas de música deverá ser intensificado, bem como a ação voltada para o setor de música popular;

— o incentivo à criatividade na área do cinema e vídeo, e a promoção de uma indústria cinematográfica orientada para os mercados interno e externo. Prevê-se ampliação substancial dos recursos deste setor, além da atualização de instrumentos legais que assegurem o cumprimento das normas que regem os mercados de cine e vídeo. As atividades de apoio técnico também terão prosseguimento;

— a continuidade do esforço de descentralização no campo das artes plásticas e da fotografia, com o objetivo de prestigiar e valorizar as atividades criativas regionais. A experiência pioneira de 1986, com os salões de artes plásticas, permitiu maior circulação no País dos valores locais;

— a criação de um sistema de museus, que possibilite interação mais ampla do setor. As obras de restauração do Museu Histórico Nacional e do Museu Nacional de Belas Artes deverão ser concluídas em 1987. As de instalação do Museu da República no antigo Palácio do Catete serão parcialmente entregues este ano;

— a ação sócio-cultural, que busca valorizar a dimensão cultural do cotidiano entre grupos menos favorecidos. Organizar-se-á amplo debate sobre a problemática atual das populações indígenas, e será dada atenção crescente à preservação e difusão dos valores afro-brasileiros e à melhoria da qualidade de vida dos deficientes, dos idosos e dos presidiários.

Com relação à difusão cultural no exterior, o Projeto Brasil-França prevê, para 1987, exposição arqueológica das regiões Norte e Nordeste, ampla retrospectiva do cinema brasileiro, comemorações do centenário de Heitor Villa-Lobos, exposição de arte popular e mostra de pintura brasileira do século XX.

As fundações voltadas para a pesquisa — Casa de Rui Barbosa e Joaquim Nabuco — prosseguirão com seus programas de trabalho, de valor amplamente reconhecido dentro e fora do Brasil.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE

O Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (MDU) buscou, em 1986, em consonância com as diretrizes do Governo Sarney, conferir prioridade às populações de baixa renda na execução de programas de Saneamento — água, esgoto, drenagem e limpeza urbana —, Habitação, Transportes Urbanos e Proteção ao Meio Ambiente.

A par dessa ação setorial, prosseguiu na implantação dos Programas de Desenvolvimento Urbano Integrado junto às prefeituras, capacitando-as para planejar e administrar ações integradas de saneamento, transportes urbanos, habitação e criação de empregos para a população de baixa renda.

Parte importante da ação do Ministério encontra-se direcionada para auxiliar as administrações municipais de todo o País na implantação ou melhoria do sistema de arrecadação de impostos e no aperfeiçoamento da qualidade de seu corpo técnico, visando aos processos de decisão, planejamento, execução e avaliação de programas, através do Programa de Gestão Urbana.

O esforço emvidado no sentido de promover o desenvolvimento e o gerenciamento dos programas pelas próprias comunidades concretizou-se, no início de 1987, com o retorno aos Estados e municípios da competência de fixação das tarifas de saneamento básico e transporte urbano.

Ainda em apoio às administrações locais, nas questões de transportes urbanos, principalmente onde surgiram problemas decorrentes de congelamento de tarifas, o MDU obteve, junto ao Conselho Nacional do Petróleo, a redução de 6% no custo do óleo diesel e prazo de 60 dias para seu pagamento. As cidades beneficiadas com essas medidas chegaram a 38, e 600 empresas puderam, assim, continuar em operação.

Cabe mencionar também as diligências empreendidas no campo institucional para racionalizar o Sistema Financeiro de Habitação e o financiamento da área social, conforme proposta apresentada nos seminários realizados em maio de 1986, em todas as capitais, pelo Instituto de Arquitetos do Brasil, com apoio do MDU. A incorporação do Banco Nacional da Habitação (BNH) à Caixa Econômica Federal — primeiro passo desse processo de racionalização administrativa — representa, de fato, a consolidação, em um único banco, da ação social do Governo na área de desenvolvimento urbano.

As principais realizações do MDU em 1986 encontram-se expostas a seguir, por setor de atuação.

Habitação

Nessa área, as atividades desdobraram-se em diversos programas, dentre os quais destacam-se:

- Mutirão de Moradias;
- Melhorias Habitacionais;
- Regularização Fundiária;
- Lotes Urbanizados;
- Recuperação de Conjuntos Habitacionais;
- Infra-Estrutura Urbana e Habitação para População Carente — PPS/86; e
- Urbanização de Favelas.

Elaborados para atendimento a diferentes demandas, esses programas mantiveram, no entanto, características básicas dignas de menção: ob-

jetivaram o atendimento específico da população de baixa renda; buscaram a descentralização de decisões, com seu desenvolvimento e gerenciamento pelas próprias comunidades interessadas; e estimularam a criação de Fundos Rotativos Municipais geridos pelas prefeituras, com recursos oriundos das amortizações dos imóveis construídos (valor máximo mensal de 10% do salário mínimo, com prazo variável de 10 a 25 anos), para novas aplicações em programas semelhantes.

O Programa de Recuperação de Conjuntos Habitacionais alocou recursos no valor de Cr\$ 120 milhões do FINSOCIAL, a fundo perdido, para tornar viáveis aqueles conjuntos residenciais deixados em estado de abandono pelas próprias prefeituras ou pelo BNH, como os de Humaitá e São Vicente/Parque do Engenho, em Santos (SP), e Coophamil, em Cuiabá (MT). A erosão urbana foi também combatida, valendo citar as obras contratadas para os municípios do Pilar do Sul (PR), Stº Cruz do Rio Pardo e St. Rita do Passa Quatro (SP), Brasília (DF), Sete Lagoas (MG) e Santarém (PA).

No Programa de Urbanização de Favelas, foram realizadas obras como a melhoria de casas de taipa, em Teresina (PI) e Capela (AL), além de proporcionar lotes para a população "sem terra" da Grande São Paulo, Belo Horizonte, Fortaleza, Recife, Farroupilha (RS) e Campinas.

Na área de habitação, foram firmados pelo MDU 297 convênios com estados e municípios, atendendo a 50 mil famílias localizadas em 281 municípios, em 22 estados, perfazendo um total de Cr\$ 681 milhões.

No tocante à atuação do BNH, incorporado à CEF em novembro de 1986, os dados até outubro/86 indicam a contratação de 77.295 unidades habitacionais; as contratações previstas para o ano eram de 180.446 unidades. Em termos financeiros foram contratados Cr\$ 5,9 bilhões, de um orçamento previsto de Cr\$ 13,5 bilhões.

As unidades habitacionais contratadas pelo BNH visaram principalmente aos grupos de baixíssima renda familiar (zero a 2 salários mínimos — programas João de Barro e PROMORAR e de baixa renda (2 a 5 salários mínimos — FICAM e Companhias de Habitação, que foram contemplados com 52.782 unidades.

Saneamento

Tendo também como premissa o atendimento à população de baixa renda, os programas na área de saneamento atingiram os seguintes resultados:

- abastecimento de água: contemplados 80.400 domicílios, com investimentos da ordem de Cr\$ 265,3 milhões;

- esgotamento sanitário: atendidos 40.600 domicílios, com investimentos de cerca de Cr\$ 133,5 milhões;

- drenagem fluvial: construídos 190 km de galerias, com recursos da ordem de Cr\$ 641,1 milhões;

- canalização de rios: construídos aproximadamente 100 km de canalização de córregos, através do Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS).

Entre os principais projetos estão a barragem do Passaúna, para abastecimento de água da região metropolitana de Curitiba (PR), canalização do córrego Zavuvus, em São Paulo (SP), barragem do Vale do Itajaí (SC) e a barragem do Pericumã (MA).

Na área de atuação do BNH, o MDU contratou, até setembro, investimentos da ordem de Cr\$ 4,9 bilhões em saneamento, sendo Cr\$ 1,9 bilhão

em abastecimento de água, Cr\$ 1,7 bilhão em esgotamento sanitário e cerca de Cr\$ 1,2 bilhão em drenagem e outros projetos, atingindo 978,5 mil ligações de água e 681,7 mil ligações de esgoto.

Transportes Urbanos

O Programa de Aglomerados Urbanos compreende 14 subprojetos e beneficia 7,5 milhões de habitantes através de intervenções e ações na gerência, infra-estrutura e operação dos transportes urbanos.

A ênfase recaiu em melhoramentos de baixo custo que favoreçam operações de transportes coletivos. A aplicação sistemática e racional de recursos e adoção de tecnologias simplificadas resultaram em economia de divisas, com investimentos, em 1986, da ordem de Cr\$ 800 milhões.

O Programa de Pavimentação de Baixo Custo propiciou a execução de 924 km de vias urbanas desde seu início até dezembro de 1986, ultrapassando a meta acordada com o Banco Mundial (850km) e mantendo-se os Cr\$ 634 milhões previamente destinados. Em 1986 foram executados 218 km de vias.

O Programa de Aperfeiçoamento Institucional, que abrange medidas de estruturação, ajustamento organizacional e melhoria dos procedimentos técnicos dos órgãos gestores dos Sistemas Locais de Transportes Urbanos (SLTUS), apresentou, com aplicações de Cr\$ 63,8 milhões, as seguintes realizações:

- reestruturação da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU) e dos órgãos gestores dos SLTUS das regiões metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte e Porto Alegre;

- implantação do sistema de planejamento de pontos de ônibus e melhoria de serviços em 10 cidades de médio porte;

- capacitação de recursos humanos (mais de 20 mil treinados); e

- instalação de sistemas de informação e comunicação com o usuário.

O Programa de Investimento em Transportes Urbanos, abrangendo obras de pavimentação e sinalização de vias, e apoio institucional, atendeu a 109 cidades, com recursos de Cr\$ 350,6 milhões.

O MDU concedeu também incentivo à área tecnológica, para apoio a estudos de desenvolvimento da tecnologia de ônibus urbanos, melhoria da qualidade do óleo diesel, segurança do tráfego, utilização do gás natural, além de 25 outros projetos.

Desenvolvimento Urbano Integrado

As ações beneficiam as regiões metropolitanas e as cidades de porte médio mediante implantação de projetos de infra-estrutura urbana e social, geração de emprego e renda, e melhoria dos sistemas de gestão.

O projeto Cidades de Porte Médio (CPM) atendeu a 13 cidades e 18 municípios, com investimentos de Cr\$ 380 milhões, e o Programa de Regiões Metropolitanas, que contempla as regiões de Recife, Salvador e Fortaleza, aplicou, em 1986, Cr\$ 343,5 milhões na execução de obras e serviços.

Gestão Urbana

Nessa categoria incluem-se as atividades destinadas a aumentar a capacidade de gestão das administrações municipais, dentro da diretriz de

descentralização. Em 1986, firmaram-se 99 convênios com estados e municípios para realização de obras de infra-estrutura e apoio a projetos de desenvolvimento urbano no valor de Cr\$ 78,8 milhões. O Programa de Financiamento para o Planejamento Urbano, executado pelo BNH, aplicou Cr\$ 13 milhões.

Meio Ambiente

O Governo, através da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), procurou dar uma nova dimensão política ao controle e preservação do meio ambiente.

No exercício de 1986, foi revigorado o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e reestruturada a SEMA. Destaca-se, entre as ações institucionais, a aprovação, pelo CONAMA, de resoluções estabelecendo padrões de qualidade da água dos rios, lagos e estuários, e limites de emissão de poluentes atmosféricos para veículos automotores.

O Programa de Ações Básicas, criado pelo Decreto nº 92.752, de 5 de junho de 1986, aplicou, diretamente, recursos de Cr\$ 10 milhões, e, através de 21 estados, cerca de Cr\$ 45,6 milhões. Esse programa, pela ação direta da SEMA, foi responsável pela implantação da Área de Preservação Ambiental de Guararema (SP) e da Estação Ecológica de Juréia (SP), pela implantação do sistema de licenciamento e controle das atividades poluidoras, e pela publicação de trabalhos sobre educação e conscientização ambiental. Através dos estados, adquiriram-se equipamentos destinados ao controle da poluição e realizarão estudos sobre atividades poluidoras e sobre a realidade ambiental, além da fiscalização do meio ambiente.

Foi criado em 1986 o Programa de Fomento às Ações Municipais de Meio Ambiente, as quais beneficiam, atualmente, 24 municípios. Os projetos incluem recomposição florestal de favelas sobre risco de erosão, recuperação de mangues, implantação de parques ecológicos e outros.

Encontram-se em fase de negociação financiamentos externos para projetos de controle ambiental, a serem implantados nos próximos anos.

Perspectivas para 1987

Habitação — incluem a construção e melhoria de 454 mil unidades habitacionais, através do MDU e SFH, cifra compatível com a meta de 1,7 milhão de unidades até 1989.

Saneamento — as programações incluem investimentos diretos de Cr\$ 1,7 bilhão pelo MDU, beneficiando cerca de 2,2 milhões de domicílios com abastecimento de água, esgotos, drenagem, serviços de limpeza e saneamento rural.

Transportes Urbanos — prevê-se a continuação dos programas executados o exercício anterior (Aglomerados Urbanos, Pavimentação em Áreas de Baixa Renda e Aperfeiçoamento institucional), com aplicação de Cr\$ 880 milhões, e o início do Programa BIRD-IV, que beneficiará as nove regiões metropolitanas com investimentos de Cr\$ 6 bilhões até 1989.

Programas de Desenvolvimento Urbano Integrado — conclusão do Projeto CPM, com recursos de Cr\$ 110 milhões, e o início do Programa de Fortalecimento de Núcleos Urbanos Intermediários, abrangendo 150 municípios médios.

O Programa de Regiões Metropolitanas terá prosseguimento, com a inclusão de Curitiba e a realização de estudos e pesquisas de interesse de todas as metrópoles.

Gestão Urbana — dar-se-á continuidade às atividades de reforço dos processos de gestão urba-

na. Deverão ser atendidos 180 municípios em 16 estados, com investimentos de Cz\$ 323 milhões diretamente pelo MDCI, através do Programa de Assistência Técnica aos Municípios. Prevê-se, ainda, a aplicação de Cz\$ 36 milhões pelo FIPLAN, no âmbito da Caixa Econômica Federal.

Política e Legislação Urbana — em 1987, prosseguirão as atividades de formulação da nova política urbana e a tramitação do Projeto de Lei de Desenvolvimento Urbano, bem como o acompanhamento dos trabalhos da Constituinte. Ao mesmo tempo, serão realizados estudos e pesquisas sobre as questões urbanas e terá início a montagem de um banco de dados urbanos, mediante convênio e ação conjunta com órgãos e entidades governamentais.

Meio Ambiente — com a aplicação de Cz\$ 233,1 milhões pela SEMA, através dos estados e municípios, pretende-se conceder ênfase especial às ações do meio ambiente, em programas de âmbito nacional, principalmente aquelas que possam melhorar a qualidade de vida das comunidades mais carentes.

MINISTÉRIO DA CIÉNCIA E TECNOLOGIA

No ano de 1986, verificaram-se significativas medidas de complementação da estrutura institucional-administrativa do Ministério da Ciéncia e Tecnologia (MCT). Nesse sentido, concluiu-se a estruturação da Secretaria de Biotecnologia, transferiu-se para a área de organização do MCT o Instituto Nacional de Tecnologia e o Fundo Nacional de Amparo à Tecnologia. Incluiu-se, ainda, entre as atribuições do Ministério, a responsabilidade pela formulação da política nacional de meteorologia, com a consequente vinculação da Comissão Nacional de Meteorologia ao MCT. Transferiu-se para a supervisão do MCT, por acordo de acionistas, a administração da Computadores Brasileiros S/A (COBRA). Foram aprovados os novos estatutos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

No conjunto de providências que visam à consolidação de sua estrutura, o Ministério submeteu à apreciação do Presidente da República projetos específicos que prevêem:

— estruturação do Conselho de Ciéncia e Tecnologia, conforme Decreto nº 91.582, de 29-8-85, e criação do Sistema Nacional de Ciéncia e Tecnologia;

— estruturação do Centro Tecnológico para Informática como fundação, conforme previsto em lei;

— desvinculação do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia do âmbito do CNPq, conferindo-lhe condição de órgão autônomo;

— ampliação da autonomia do Instituto Nacional de Tecnologia; e

— anteprojeto de lei transformando a Comissão de Cartografia (COCAR) em Conselho Nacional de Cartografia.

Investimentos em Ciéncia e Pesquisa

Em 1986, os recursos aplicados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) na execução dos programas sob sua coordenação elevaram-se em 21%. Procedeu-se, em valor e número, a uma recuperação dos investimentos em formação e aperfeiçoamento de pesquisadores, mestres e doutores no exterior. Foi criado e instalado o Conselho Deliberativo do CNPq, com participação majoritária da comunidade científica. Iniciou-se a implantação do Laboratório Nacional de Luz Sincrotron, em Campinas, SP. Para 1987, prevê-se um aumento

significativo no número de bolsas de estudos no exterior.

A Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) aprovou financiamentos no total de Cz\$ 3,3 bilhões, 21% a mais do que em 1985, em termos reais. Os desembolsos alcançaram Cz\$ 1,3 bilhão, 38% a mais do que em 1985.

Informática

A aprovação do Plano Nacional de Informática (PLANIN) pelo Congresso Nacional, e sua sanção pelo Presidente da República (Lei nº 7.463, de 17-4-86), foi o acontecimento de maior importância para a indústria nacional de informática no decorrer de 1986.

O setor conta hoje com 300 empresas nacionais na área de produção de computadores e periféricos, além de 30 empresas estrangeiras produzindo bens de informática, e emprega cerca de 30 mil pessoas diretamente, das quais um terço de nível superior, com uma oferta de empregos que aumenta na proporção de 26% ao ano.

O mercado cresceu cerca de 30%, com um faturamento que se aproxima de US\$ 3 bilhões, e importações da ordem de US\$ 700 milhões, 16% a mais do que no ano anterior.

O Presidente da República enviou ao Congresso projeto de proteção jurídica, comercialização e cadastramento dos programas de computador software. Foi regulamentado o art. 23 da Lei de Informática (Lei nº 7.232, de 29.10.84) sobre incentivos fiscais ao setor (Decreto nº 93.285, de 25.9.86) e o Conselho Nacional de Informática (CONIN) aprovou o sistema de incentivos regionais, previsto em Lei, com pleitos no valor de Cz\$ 3 bilhões.

O CONIN examinou a primeira norma técnica brasileira nesse campo. A Secretaria Especial de Informática (SEI) ampliou os seus quadros e, conforme Comunicados 141 e 171 da CACEX, foram adotados critérios de simplificação e agilização das importações, inclusive através de programas anuais para as empresas. As cotas de importação deverão atingir US\$ 800 milhões em 1987. O capital da COBRA aumentou para Cz\$ 100 milhões.

Realizaram-se cinco encontros com autoridades americanas, com vistas ao esclarecimento de pontos de atração na aplicação da Lei nº 7.232.

O Ministério empenhou-se diretamente na intensificação de cooperação internacional na área de informática. Foram realizadas missões ao Japão, Alemanha, China e URSS. Inaugurou-se a escola Brasil-Argentina de informática, com participação de alunos de ambos os países, e está em curso a instalação de um centro binacional de estudos superiores de informática, com projeto de criação de um computador de 5ª geração de inteligência artificial.

Para 1987 as prioridades na área: implantação de fábrica de máscaras de circuitos integrados; institucionalização dos planos setoriais do PLANIN; continuação dos trabalhos das comissões especiais de fluxo de dados transfronteiriços; integração de sistema de tratamento digital da informação e serviços técnicos de informação; e ampliação da cooperação internacional.

Biotecnologia

Além da estruturação da Secretaria de Biotecnologia, foi elaborado plano trienal para 1987-1989, prevendo a criação de centros integrados de biotecnologia — aliando instituições de pesquisa científica e tecnológica e empresas — para ação conjunta nas áreas prioritárias de alimentos básicos, fármacos e fontes alternativas

de energia. Os centros de Minas e São Paulo já estão definidos, e os do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul serão implantados em 1987.

O Sistema Brasileiro Cooperativo de Geração e Transmissão de Biotecnologia na Agricultura, em convênio com a Organização das Cooperativas do Brasil e o Ministério da Agricultura, encontra-se em operação, com investimentos privados da ordem de Cz\$ 40 milhões.

Foi assinado convênio com a Central de Medicamentos (CEME) para implantação de infra-estrutura de pesquisa, visando à produção de antibióticos, hormônios, reagentes para diagnósticos, enzimas e vitaminas. Criou-se o Centro de Biotecnologia Brasil-Argentina, com investimentos iniciais de US\$ 10 milhões. Junto ao Centro, funcionará uma Escola de Biotecnologia dos dois países, para formação de quadros e pesquisas de ponta. Ainda no âmbito da integração com a Argentina, foram formadas várias empresas binacionais no setor.

A criação do Centro de Biotecnologia Brasil-França para transferência e geração de tecnologia foi aprovada, e contará com participação empresarial. Localizar-se-á junto à Universidade Federal do Rio de Janeiro, e atuará em conjunto com a Fundação Oswaldo Cruz. Encontram-se em estudo diversas propostas de cooperação com o Japão, Alemanha Federal, China, Portugal, Hungria e URSS.

Pesquisa espacial

No que diz respeito à pesquisa espacial, as principais atividades desenvolvidas pelo Ministério da Ciéncia e Tecnologia estão a seguir.

— Programa de lançamento de satélites: foi concluído o modelo de identificação e especificação do sistema de solo; realizada a revisão preliminar do projeto de acompanhamento de solo; implantado o Centro de Controle Piloto, com instalação de computadores de grande porte; e concluída a construção do Laboratório de Integração de Testes Ambientais.

— Meteorologia: o Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE) passou a integrar a Comissão Nacional de Meteorologia, agora subordinada ao MCT, que tem como atribuição instalar centro de previsão do tempo e de processamento de dados emitidos por satélites ambientais.

— Sensoreamento remoto: juntamente com o Banco do Brasil, o MCT participou em projetos de política de financiamento de culturas; com o IBGE, na previsão de safras; com o INCRA, na identificação de áreas para assentamento; com o GEIPOT, no estabelecimento do corredor estratégico Araguaia-Tocantins; e atuou no mapeamento de diversas regiões para o Programa Nacional de Irrigação.

— Cooperação internacional na área espacial: foi concluída a especificação técnica do projeto de cooperação com a Argentina, para instalação de recepção de dados dos satélites LANDSAT e SPOT; participou no programa do satélite científico de validação de dados do satélite europeu; apresentou proposta para participação no sistema francês de localização geodésica — Projeto Doris; colaborou na instalação de projetos de pesquisas sobre dinâmica e fluidos computacionais com o DFVLR, da Alemanha Federal; colaborou no planejamento do primeiro Curso Internacional de Sensoreamento Remoto, oferecido a especialistas africanos, por solicitação da ONU; e acertou cooperação com a URSS para estudo do fenômeno "El Niño" (aquecimento das águas do Oceano Pacífico, com graves efeitos no clima de toda a América Latina).

**MINISTÉRIO DA REFORMA
E DO DESENVOLVIMENTO
AGRÁRIO**

O ano de 1986 foi marcado por um grande esforço no sentido de criar as bases institucionais requeridas para a implantação da reforma agrária no País, consoante as metas estabelecidas no Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), aprovado em outubro de 1985, juntamente com a Política Nacional de Desenvolvimento Rural (PNDR).

Em maio de 1986 aprovaram-se os 25 Planos Regionais de Reforma Agrária (PRRA), um para cada Unidade da Federação, confirmando o compromisso do Governo em promover o assentamento de 1,4 milhão de famílias de trabalhadores rurais até 1989, em uma superfície estimada de 43 milhões de hectares.

De março de 1985 a maio de 1986, isto é, da data de instalação do Governo da Nova República até a aprovação dos PRRA, as ações de reforma agrária concentraram-se na solução de situações emergenciais, ditadas pela necessidade imperiosa de atuação do poder público em vista de conflitos graves. Nesse período, foram despropriados 514,8 mil hectares, mediante 111 decretos, com potencial para beneficiar cerca de 16 mil famílias.

O mês de agosto de 1986 marcou, com a instalação de 25 comissões agrárias, uma em cada Unidade da Federação, o início da fase programada da reforma agrária. Essas comissões passaram a desempenhar papel relevante no processo de implantação da reforma, selecionando, com a participação da sociedade (trabalhadores, proprietários, setor público agrícola estadual e escolas agrícolas) as áreas passíveis de desapropriação.

Paralelamente, foi imprimida maior agilidade e transparência aos processos de desapropriação, por força das novas diretrizes consubstanciadas na Instrução nº 39, de 29 de setembro de 1986. A mencionada Instrução estabelece, entre outros pontos, a obrigatoriedade de vistoria prévia nos imóveis a serem desapropriados, de aviso de sua realização aos proprietários e de informação às comissões agrárias. Padroniza, também, a verificação das condições de uso e de aproveitamento das terras dos imóveis rurais.

Quanto aos métodos de elaboração dos projetos de assentamento, várias diretrizes foram definidas, entre elas a participação responsável dos beneficiários na definição do projeto final e o envolvimento dos governos locais e estaduais no processo. A participação dos beneficiários deverá conduzir à redução ou mesmo à eliminação do caráter paternalístico da intervenção do INCRA e à redução do tempo entre a desapropriação e a implantação do projeto. O envolvimento dos governos locais e estaduais, através de suas agências de prestação de assistência técnica e social, é parte substantiva do esforço de descentralização da reforma, permitindo adequada transição da fase de intervenção do INCRA para a de autonomia ou autogestão dos novos núcleos de produtores rurais.

No que se refere à agilização na elaboração dos projetos, foi feito esforço no sentido de, sem sacrificar a qualidade, reduzir o lapso de tempo entre o momento de desapropriação (imissão de posse) e o assentamento dos beneficiários. Para

isso, definiu-se uma fase crítica — a de assentamento provisório (caracterizado pela chegada do homem à terra) — durante a qual são cumpridas as etapas de conhecimento e habilitação dos recursos, após o que se terá a definição final do projeto.

Como resultado dessas medidas, obteve-se um aumento acentuado no ritmo de desapropriações e de assentamento. De julho a dezembro de 1986 foram assinados e publicados 139 atos de desapropriação, cobrindo uma superfície total de 903 mil hectares, com capacidade para atender aproximadamente 25 mil famílias. Chega-se, assim, ao final de 1986 com uma superfície total desapropriada da ordem de 1,4 milhão de hectares e com capacidade de assentamento de cerca de 41 mil famílias.

É de notar, adicionalmente, que o volume de áreas aprovadas pelas comissões agrárias — cujos processos de desapropriação se encontravam, em 31 de dezembro, em fase final de processamento — totalizou 1,3 milhão de hectares. Em janeiro de 1987 alguns desses processos redundaram em atos desapropriatórios.

A melhoria no desempenho operacional manifestou-se, também, nos assentamentos. Até maio de 1986 existiam somente 12 projetos de assentamento criados, com 2 mil beneficiários. De julho a dezembro foram criados 58 projetos, proporcionando assentamento de outras 10 mil famílias. Chega-se, assim, ao final de 1986, com 70 projetos criados e cerca de 12 mil famílias efetivamente assentadas.

O potencial de assentamento em 1986 foi da ordem de 41,1 mil famílias. Entrelaçado, a criação de projetos de assentamento é dependente da imissão de posse das áreas desapropriadas, autorizadas pelo Poder Judiciário. Até 31 de dezembro de 1986 o INCRA havia sido autorizado a imitir-se na posse de aproximadamente 437,5 mil hectares, com um potencial de assentamento de 13 mil famílias. A defasagem entre o número de famílias assentadas e o potencial de assentamento se deve, quase que exclusivamente, à falta de posse efetiva das áreas desapropriadas por parte do INCRA, em razão de ações judiciais interpostas contra os atos desapropriatórios.

Embora a defasagem seja significativa, nos últimos meses de 1986 observou-se um incremento apreciável de imissões de posse. Assim é que, até junho de 1986, o INCRA havia-se imitido na posse de 200,7 mil hectares, enquanto que, no período de julho a dezembro, o montante passou para 253 mil hectares.

Esse incremento deve-se ao ritmo decrescente de ações interpostas na Justiça e à redução no lapso de tempo entre a publicação do decreto de desapropriação e o ajuizamento da ação. A redução de ações contra as desapropriações, por sua vez, deve-se, em boa parte, ao trabalho desenvolvido pelas comissões agrárias.

A adequação dos ritmos de desapropriação e de imissão de posse e, consequentemente, de criação de projetos de assentamento, será dinamizada no âmbito da Justiça Federal. O Congresso Nacional aprovou emenda ao Projeto de Lei nº 8.003/86, que transformada no artigo 4º da Lei nº 7.583, de 6 de janeiro de 1987, autoriza o Conselho de Justiça Federal, mediante ato próprio, a especializar varas em matéria de natureza agrária, estabelecendo a respectiva localização, competência e atribuição, bem como a transferir sua sede de um município para outro, de acordo com a necessidade da prestação jurisdicional. De outra parte, a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei nº 8.389/86, que autoriza o Conselho de

Justiça Federal a estabelecer circunscrições nas seções judiciais e nas regiões, designando juízes federais substitutos para nelas exercerem jurisdição especializada, em matéria de desapropriação ou outras. O referido projeto estabelece como sendo de interesse da União os litígios referentes ao domínio, posse, uso, exploração e conservação das terras públicas ou particulares, situadas nas áreas declaradas de interesse social para fins de desapropriação.

Ainda no campo institucional, criaram-se duas instâncias colegiadas. A primeira, representada pela Comissão Intermínisterial do Desenvolvimento Rural (CIDR), da qual participam 15 ministérios, trata da compatibilização das políticas agrária e agrícola. A segunda, representada pelo Conselho de Crédito Rural e Agroindustrial (CCRA), é responsável pelo atendimento das demandas de crédito rural, em geral, e daquelas decorrentes dos projetos de assentamento em particular. O Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA), a cargo do BNDES, mobilizou recursos da ordem de Cr\$ 300 milhões para atender às necessidades mais prementes de crédito rural de 12 mil famílias de assentados.

Merecem relevo, ainda, as ações de recuperação e complementação de vários projetos de Colonização/assentamento realizados nos governos anteriores e que se encontravam em abandono. No exercício de 1986 foram aplicados cerca de Cr\$ 650 milhões em 62 projetos, beneficiando 82,5 mil famílias.

Na área do Imposto Territorial Rural procedeu-se a um trabalho cuidadoso de atualização das guias emitidas e de moralização da cobrança desse tributo. Assim é que foi possível obter sensível redução do montante sonegado e cobrar a dívida ativa dos exercícios de 1981 a 1985.

Os números alcançados em 1986, ainda que significativos, não foram da magnitude desejada, face às inúmeras dificuldades e barreiras que tiveram de ser transpostas. Porém, as bases lançadas permitirão um grande avanço em 1987.

Entre as perspectivas para 1987, mencione-se o firme propósito de assentar 450 mil famílias. Para isso, será iniciado o processo de descentralização da reforma, cujas diretrizes contemplam: participação ativa dos governos estaduais no assentamento dos beneficiários; responsabilidade exclusiva do INCRA na obtenção, via desapropriação, dos recursos fundiários; e participação ativa de outros órgãos do Governo Federal, via articulação da CIDR.

De outra parte, será acelerado o processo de adequação da estrutura administrativa e operacional do INCRA, assim como o equacionamento definitivo da necessidade de recursos humanos qualificados.

**ESTADO-MAIOR DAS
FORÇAS ARMADAS**

O Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) desenvolveu seus trabalhos, em 1986, tendo por escopo as seguintes proposições:

— adequação do preparo e do emprego da expressão militar à verdadeira estatura estratégica do País no conceito das nações do globo;

— obtenção do máximo de independência tecnológica no campo industrial-militar; e

— aumento do grau de proficiência do elemento humano através da valorização de suas atividades e do atendimento às suas necessidades fundamentais.

A atuação do EMFA, dentro das diversas expressões do poder nacional, orientou-se especialmente para as atividades detalhadas a seguir.

*Na Expressão Militar:

- atualização permanente das avaliações estratégicas militares dos países de interesse;
- elaboração e aperfeiçoamento de documentos diversos como:
 - Conceito Estratégico Militar — CEMIL (em atualização);
 - Diretrizes para o Planejamento Militar — DPM (em atualização);
 - Manual de Defesa Territorial;
 - Diretrizes de Trabalho para o Estado-Maior das Forças Armadas para 1987;
 - Plano de Trabalho do EMFA para 1987;
 - Diretrizes de Trabalho para a Escola Superior de Guerra;
 - Instruções Preliminares para Detenção e Prevenção do Uso de Drogas.
 - Normas para o Funcionamento da Catalogação de Material nas Forças Armadas;
 - Instituição do Número de Estoque brasileiro;
 - Instituição do Código de Fabricantes; e
 - Relação de Publicação do EMFA em vigor;
- cumprimento integral do programa de trabalho da Escola Superior de Guerra (ESG), cujas atividades são resumidas nos dados abaixo:
 - Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE) — 145 estagiários concluintes, sendo 102 civis e 43 militares;
 - Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas (CEMCFA) — 28 estagiários concluintes entre oficiais superiores das três forças singulares;
 - realização de quatro viagens de estudos pelas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul;
 - apresentação de numerosos conferencistas de alto nível, destacando-se ministros de Estado, governadores estaduais e presidentes de empresas públicas e privadas; e
 - realização pioneira de um exercício de campanha do CEMCFA, em forma de "jogo de guerra", apoiado por meios eletrônicos do simulador estratégico do EMFA;
- desenvolvimento do sistema Militar Brasileiro de Comando e Controle (SISMBC2) — projeto destinado a conferir ao comando supremo da Nação uma capacitação de comando e controle a partir de um Centro de Operações do Comando Supremo (COCS), com ação de "tempo real", em toda a estrutura militar de guerra. A primeira fase, de definição do sistema, foi concluída em 1986, sendo que não foram alocados recursos financeiros específicos para apoio ao projeto em 1987. Em 1986 foi considerado incorporado ao SISMBC2 o Sistema de Comunicações Militares por Satélite (SISCOMIS);
- implantação do Simulador Estratégico do EMFA (SIEMFA) — para realização de jogos de guerra ou simulações estratégicas de variados tipos. Foi concluída sua implantação, e se encontra disponível para utilização e aperfeiçoamento; e
- realização de exercícios de campanha, incluindo exercício do Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas — Ex 2/CEMCFA-86, realizado em dupla ação, com utilização pioneira do SIEMFA, em novembro de 1986; e exercício EMFA 86/87, envolvendo ativação simulada da estrutura militar de guerra, com eventos distribuídos por dois anos. Em 1986 foi realizada a primeira fase, com ativação dos comandos operacionais em nível de teatro de operações e forças

de teatro, e a conclusão dos respectivos estudos preliminares e planejamentos operacionais.

Ainda realizou-se a viagem de estudos à região Centro-Oeste, visando ao levantamento de dados estratégicos relativos à área; e concluíram-se os trabalhos para estabelecimento de Sistema de Mobilização Nacional.

*Na Expressão Política:

- intensificação de contatos diplomáticos-militares junto a países da costa ocidental africana, como Senegal, Nigéria, República dos Camarões, Cabo Verde e Angola;
- instalação de adido militar em Pequim, República Popular da China;
- contribuição preponderante para formulação da tese brasileira para estabelecimento de uma Zona de Paz e de Cooperação no Atlântico Sul;
- estreita coordenação junto ao MRE e forças singulares, visando a um posicionamento homogêneo das Forças Armadas do Brasil nos vários contatos estabelecidos com países amigos, no tocante à discussão de assuntos de interesse bilateral;
- prosseguimento das reuniões de consulta Brasil-EUA sobre temas de segurança de informações, relativos a assuntos tecnológicos;
- prosseguimento dos contatos com vistas à consecução do intercâmbio de estudos estratégicos Brasil-Argentina;
- negociações com a Santa Sé, via MRE, para implantação do Arcebispado Militar do Brasil;
- permanente orientação da Representação Militar Brasileira, na Junta Interamericana de Defesa (EUA); e
- intensa colaboração com a PNEMEN, através da preparação e supervisão dos programas de visitas de autoridades militares estrangeiras ao Brasil.

*Na Expressão Psicossocial:

- permanente acompanhamento da qualidade de alimentação fornecida às Forças Armadas, bem como da adequação dos proventos do seu pessoal, através respectivamente das suas comissões de Alimentação e da Lei de Remuneração dos Militares;
- elaboração de propostas de atualização da Lei de Remuneração e da Lei de Pensões dos Militares;
- coordenação de apoio prestado pelas Forças Armadas às bem-sucedidas Operação Impacto de Combate à Malária e Operação Livro Didático — esta última com distribuição de 45 milhões de livros didáticos, no território nacional;
- expedição de mais de uma centena de pareceres pautados em estudos sobre matéria legislativa de interesse comum às Forças Armadas;
- manutenção do Hospital das Forças Armadas (HFA), que, mesmo enfrentando dificuldades sérias quanto à escassez de recursos humanos qualificados, desenvolveu em 1986 substancial volume de serviços de saúde, não só em apoio às Forças Armadas, como também à deslocada parcela de clientes do Sistema Previdenciário Nacional;
- aprimoramento dos trabalhos da Comissão do Serviço Militar (COSEM), que obteve a premiação internacional pela técnica de propaganda do Sistema do Serviço Militar Brasileiro; e
- intensificação das atividades da Comissão Desportiva Militar do Brasil (CDMB), que organizou e coordenou a execução de várias competições em âmbito nacional e internacional, obtendo resultados significativos para o Brasil em diversos campeonatos.

*Na Expressão Econômica:

O desempenho do EMFA fez-se marcante no campo do desenvolvimento científico-tecnológico, com evidente repercussão também na expressão militar do País, destacando o Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE), a cargo da Comissão Brasileira de Atividades Espaciais (COBAE), cujo projeto Missão Espacial Completa Brasileira (MECB), compreeende:

- subprojeto Satélites — destina-se à coleta de dados e sensoriamento remoto, a cargo do MCT/INPE. Foi realizada uma revisão preliminar entre 21 e 25 de julho de 1986;
- subprojeto Veículo Lançador de Satélites (VLS) — a cargo do M. Aer/DEPED, registrou a realização, com sucesso, de dois lançamentos do foguete Sonda IV, base para o VLS;
- subprojeto Centro de Lançamento de Alcântara, a cargo do M. Aer/DEPED — as obras civis do centro encontram-se em face final de licitação, com prazo de execução de dois anos. Conclui-se a fase de realocação de famílias na primeira agrovila, tendo sido implantado um sistema de ferry-boat de São Luís a Itaúna e pavimentaram-se 60% da estrada Itaúna-Alcântara. Acham-se em construção três embarcações a jato d'água. Encontra-se em fase de licitação, pelas Centrais Elétricas do Maranhão, o sistema de energia elétrica.

Outros projetos incluídos no PNAE, e a cargo da COBAE e da Comissão Assessora para Assuntos Tecnológicos do EMFA (COMASSE), estão sendo desenvolvidos pelos institutos seguintes, tendo como objeto de pesquisa:

- Instituto de Pesquisas da Marinha — propelentes e pirotécnicos; componentes para sistemas de controle;
- Instituto de Pesquisas e Desenvolvimento do M. Ex (IPD) — propelentes de alto teor energético; recomposição catalítica do perclorato de amônio e lítio; tecnologia em teledireção e materiais de mísseis; sistemas de rastreamento;
- Instituto de Atividades Espaciais do M. Aer. (IAE) — radiociência; meteorociromatofisiologia; e
- Instituto de Pesquisas Espaciais do MCT (INPE) — Aplicação de dados de satélites ambientais; outros projetos na área de ciência espacial.

Os programas de cooperação internacional, a cargo da COBAE são:

- COSPAS/SARSAT — busca e salvamento apoiados por satélite, com participação do Canadá, França, EUA e URSS. Foi reativada a subcomissão brasileira, e a preparação do texto final do Memorando de Entendimento definirá a forma de colaboração do Brasil;
- Experimento GTE/ABLE (Global Tropospheric Experiment — Amazon Boundary Layer Experiment) — realizou-se uma expedição em 1985, estando prevista outra para 1987, mediante coordenação entre a NASA e a COBAE;

— Sistema Probatório de Observação da Terra (SPOT) — Projeto Francês de Sensoriamento Remoto — acha-se em fase de elaboração o Memorando de Entendimento a ser celebrado entre o INPE, por delegação da COBAE, e o SPOT/MAIE, para definição dos termos da colaboração brasileira;

— Radiação Retroespalhada na Região Amazônica — experimento solicitado pela Holanda, envolvendo também a Alemanha, sob os auspícios da Agência Espacial Europeia (ESA). Após análise mais profunda, a Secretaria Geral do Conselho de Segurança (SG-CSN) suspendeu provisoriamente a autorização para prosseguimento do experimento em questão; e

— Experimento do Sistema DORIS — Estações de localização geodésica e orbitográfica — solici-

tado pelo Institut Geographique Nationale da França, aguarda definição.

No que tange ao levantamento aeroespacial e cartográfico, foi concluída proposta de projeto de lei a ser submetida à Presidência da República para atualizar a legislação brasileira sobre levantamento aeroespacial; e aprovou-se no plenário da Comissão de Cartografia (COCAR) o texto do projeto de lei que disciplina a atividade de cartografia no território nacional. Ao mesmo tempo, negou-se autorização à Defense Mapping Agency dos EUA para celebrar acordos de cooperação técnica, diretamente, com diferentes entidades brasileiras.

Prestou-se ainda colaboração no preparo da Exposição de Motivos que preconiza a extinção de expedições científicas dirigidas por estrangeiros em território brasileiro.

Na área de telecomunicações e informática, cumpre enfatizar os seguintes empreendimentos:

- Projetos SISCOMIS — adjudicou-se à NEC do Brasil a implantação da maior parte da "rede terrestre" do sistema. As obras civis encontram-se em fase de licitação. Foi feita encomenda de três antenas parabólicas à AVIBRAS e definiu-se, junto à CEPESC, o equipamento de sinal de comunicações;

- gerenciamento da utilização da faixa de frequência de 1,7 a 2,3 MHz;

- frequência para comunicação superfície-ar em fase de definição;

- padronização de frequência de radiocomunicação nas Forças Armadas (HF, VHF e UHF)

- em progressão;

- implantação do "IFF/SIF — Mode 4" brasileiro — em estudo;

- padronização do equipamento de detecção radar (vigilância e tiro) — em estudos; e

- implantação do sistema estratégico de guerra eletrônica — em estudo.

Na área de indústria e tecnologia (projetos apoiados pela COMASSE-EMFA), prosseguiram as pesquisas no âmbito das forças singulares, visando ao desenvolvimento de mísseis para emprego militar variado (projeto MIFAS — Mísseis para as Forças Armadas), assim como projetos setoriais para desenvolvimento de equipamentos de detecção, guerra eletrônica, guiação, sensores iniciais, sistemas digitais, simuladores e outros.

Principais Ações Previstas para 1987

Em 1987, o EMFA pretende conservar a sua linha política básica do final de 1986, dando continuidade aos projetos prioritários, esforçando-se por reduzir, ainda mais, as atividades periféricas e, assim, poder concentrar-se na ações específicas de planejamento militar, em nível estratégico e de assessoramento ao Presidente da República nos assuntos Militares de interesse comum das forças singulares.

Dessa forma, prevê-se a continuidade dos seguintes projetos prioritários:

- Sistema Militar Brasileiro de Comando e Controle, incluindo o Sistema de Comunicações Militares por Satélites;

- Missão Espacial Completa Brasileira, constituída do veículo lançador, do Centro Espacial de Alcântara e do satélite;

- Programa de Assistência Social Integrada em coordenação com a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional;

- incentivo e coordenação dos programas de pesquisas e desenvolvimento junto às forças singulares;

- desenvolvimento de estudos visando à transferência gradativa da administração do Território

de Fernando de Noronha para a esfera do Ministério do Interior, a exemplo dos demais territórios; e

- realização do exercício anual de guerra, com a participação das três forças e apoio do Simulador Estratégico do EMFA.

Além desses projetos, são previstas as seguintes ações:

- aprimoramento do desempenho da Escola Superior de Guerra;

- aperfeiçoamento da capacidade de serviço do Hospital das Forças Armadas;

- coordenação mais efetiva das ações das Forças Armadas no campo diplomático-militar, em estreita colaboração com o MRE;

- aperfeiçoamento da doutrina militar e da padronização de procedimentos, tanto no que se refere a material quanto a pessoal, visando à obtenção da mais completa integração das forças singulares entre si;

- ampliação das instalações administrativas da sede do EMFA — construção do edifício anexo; e

- ampliação da disponibilidade de residências para o pessoal do EMFA, e reorganização estrutural do EMFA, com a revisão do regulamento.

MINISTÉRIO DA IRRIGAÇÃO

Criado através do Decreto nº 92.395, de 12-02-86, o Ministério Extraordinário para Assuntos de Irrigação procurou estruturar-se ao longo do ano passado, para atender às necessidades de implantação do Programa Nacional de Irrigação. Com esse objetivo, passaram à subordinação direta do Ministério o Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS), o Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS) e a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF).

A fundamentação do Programa Nacional de Irrigação consiste das seguintes ideias básicas:

- aumentar a produtividade e a produção de alimentos básicos para o abastecimento do mercado interno;

- reduzir os riscos de frustração de safras e possibilitar mais de uma safra por ano, garantindo maior estabilidade na oferta de produtos agrícolas; e

- criar empregos no meio rural, mais estáveis e melhor remunerados.

A diretriz básica de trabalho busca conceder apoio aos agricultores para viabilizar o uso mais intensivo das técnicas de irrigação em suas propriedades.

Esse apoio materializa-se em termos da implantação de obras de infra-estrutura coletiva, tais como eletrificação rural, construção de barragens para acumulação de água, obras de macrodrenagem e adução de água. Além da execução de obras físicas, os agricultores contam com crédito, treinamento, extensão rural e pesquisas no campo da irrigação.

Na região Centro-Sul, os beneficiários são, principalmente, os agricultores que já têm experiência em agricultura moderna e estão localizados, em geral, em vales com disponibilidade de água e terras aptas para a irrigação. A introdução da agricultura irrigada nessas áreas dá-se a baixo custo e com retorno imediato.

Na região Nordeste, onde as condições em termos de recursos hídricos e de clima são mais difíceis, prevê-se maior intervenção do Governo. Na área estimada para irrigação no Nordeste, 20% deverão ser implementados mediante a construção de perímetros públicos. Nesses perímetros, o Governo desapropria a terra, constrói obras hidráulicas de irrigação e drenagem e obras de in-

fra-estrutura social para, em seguida, lotear a área em glebas de 5 a 25 hectares, distribuindo-as entre os agricultores. O custo de irrigação em perímetros públicos é da ordem de US\$ 6 mil/ha, enquanto na iniciativa privada o custo situa-se em cerca de US\$ 2,6 mil/ha.

Embora esses projetos públicos sejam mais onerosos, são indispensáveis no Nordeste por se constituirem em pólos demostrativos de apoio à iniciativa privada. O agricultor das regiões semi-áridas, face ao grande risco de frustração da safra a que está sempre sujeito, investe pouco na modernização de sua agricultura, praticada, quase sempre, de forma rudimentar.

A ação do Ministério da Irrigação, no exercício de 1986, baseou-se, fundamentalmente, em trabalho de articulação com os demais ministérios e com os governos estaduais.

As realizações mais relevantes voltaram-se para a execução de obras de infra-estrutura coletiva, de apoio aos agricultores que desejavam implantar projetos de irrigação em suas propriedades. Tais obras foram, basicamente, de energia elétrica, canais de adução de água e de macrodrenagem de áreas alagadas e construção de barragens.

Foram também desenvolvidos programas de treinamento especializado em irrigação para técnicos de nível superior, de nível médio e agricultores. Praticamente todas as instituições brasileiras de pesquisas agrícolas engajaram-se no esforço de aprimorar as técnicas de agricultura irrigada.

Deu-se início à implantação, em convênio com o SERPRO, de um cadastro de todos os agricultores irrigantes do País e estão sendo levantados, com apoio de universidades e institutos de pesquisa especializados, os recursos hídricos disponíveis para irrigação em microbacias, nas principais regiões de produção agrícola.

Acham-se em construção 13 barragens, em várias unidades da Federação, com capacidade para represar 2,6 bilhões de m³, a fim de atender ao consumo humano e à irrigação de 40 mil ha. Desses, quatro estão em fase de conclusão.

Foram firmados convênios de cooperação com os governos estaduais, com vistas à execução de 7.010km de linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica, para viabilizar projetos de irrigação, notadamente de pequenos e médios agricultores. Desse total, 2.910km de linhas são no Nordeste.

Iniciou-se a execução de 300km de macrodrenagem com o objetivo de drenar áreas alagadas, atualmente inservíveis, tornando-as aptas à agricultura irrigada. Realizaram-se, também, importantes obras de proteção de áreas urbanas e rurais contra enchentes.

As obras para implantação de 17.039ha irrigados em perímetros públicos no Nordeste já se iniciaram. Ainda no tocante aos perímetros públicos, estão em fase de conclusão, ou de estudos de viabilidade, projetos que permitirão irrigar mais de 700 mil hectares.

Os agricultores ligados aos projetos de irrigação receberam como crédito de investimento cerca de Cr\$ 1,7 bilhão, proveniente do Banco do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e Banco do Nordeste. Em fase de análise nos referidos bancos, acham-se cerca de 3 mil propostas de projetos de irrigação.

Em 1986, Cr\$ 4,4 bilhões de recursos do Governo Federal foram aplicados em serviço e obras do Programa Nacional de Irrigação. Os estados e a iniciativa privada também participaram com expressiva contrapartida.

Com base na entrega de máquinas e equipamentos destinados à agricultura irrigada, estima-se, em 1986, uma ampliação de 250 mil hectares de áreas irrigadas. Desse total, 220 mil hectares foram executados no Centro-Sul e 30 mil hectares no Nordeste. Esse resultado significa um acréscimo de 1,5 milhão de toneladas de produtos alimentícios já na safra de 1987, e a geração de 500 mil novos empregos, diretos e indiretos.

No exercício de 1986 desenvolveram-se negociações visando obter financiamentos externos de organismos internacionais no valor de aproximadamente US\$ 1 bilhão, para execução do Programa Nacional de Irrigação.

Perspectivas para 1987

Para 1987 prevê-se uma ampliação da área irrigada em cerca de 350 mil ha.

O programa de cooperação com os estados, universidades e instituições de pesquisa agrícola para 1987 está sendo detalhado com a participação das equipes dos governadores eleitos. Em cada estado, estão sendo definidas áreas prioritárias para execução de obras de infra-estrutura coletiva de apoio aos agricultores, com base em levantamento criterioso das potencialidades regionais, levando-se em consideração as disponibilidades de água e solos aptos para irrigação e o nível de experiência dos agricultores.

A idéia básica, que orienta a formulação do plano de trabalho para 1987, consiste na aplicação de recursos prioritariamente em regiões que possam oferecer uma resposta mais rápida aos investimentos realizados e que apresentem elevado benefício social.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

A Nova República herdou um aparato administrativo caótico. O atual Governo deu início ao processo da reforma administrativa, com a instalação, em julho de 1985, da Comissão de Coordenação do Plano de Reforma da Administração Pública Federal que, entre agosto de 1985 e fevereiro de 1986, realizou ampla avaliação e propôs diretrizes para a reformulação da máquina administrativa federal.

Após a implantação do Plano Cruzado, um grupo interministerial se reuniu para discutir o processo de reforma. Como resultado, foram estabelecidas, em setembro de 1986, as seguintes diretrizes:

— integração de todos os órgãos e entidades da administração federal, visando a uma ação coordenada dos programas governamentais;

— definição precisa das atividades típicas e de caráter empresarial a cargo do Estado, para efeito de distribuição de competência e fixação de responsabilidade;

— racionalização dos dispêndios públicos;

— valorização e dignificação da função pública mediante o estabelecimento de uma nova política de recursos humanos; e

— fortalecimento da administração direta, inclusive quanto à ação gerencial, por meio da concessão de autonomia limitada e flexibilidade conveniente ao exercício ágil e eficaz da atividade pública.

Em decorrência de atos baixados pelo Governo em setembro de 1986, deflagrou-se o processo de reforma, com as:

— implantação da Secretaria de Administração Pública da Presidência da República (SEDAP), e consequente extinção do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP);

— organização e funcionamento do Grupo Executivo da Reforma da Administração Pública (GERAP), que definiu critérios para apresentação das propostas de reorganização dos ministérios e das entidades vinculadas;

— criação da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e do Centro de Desenvolvimento da Administração Pública (CEDAM) voltados para a formação e desenvolvimento dos recursos humanos do setor;

— implantação do Cadastro Nacional do Pessoal Civil na administração direta e autárquica;

— criação do sistema de controle das fontes pagadoras, para evitar e suprimir pagamentos duplicados;

— criação de auditoria de pessoal na administração direta e autárquias, para identificar eventual ociosidade de servidores;

— elaboração de normas sobre controle e fiscalização das empresas estatais;

— elaboração de normas para regulamentação das atividades de advocacia consultiva da União;

— implantação do Decreto-lei nº 2.300/86, que regula as licitações, em substituição às normas contidas no Decreto-lei nº 200/67;

— inclusão das fundações na administração indireta, para efeito de controle e de sistematização da estrutura de empregos e salários;

— extinção de todos os órgãos regionais de representação (ou departamentos similares) dos ministérios, que não desenvolvam atividades-fins;

— extinção de 38 comissões e grupos de trabalho que perderam sua razão de ser ou atingiram seus objetivos; e

— instituição e regime jurídico dos funcionários em serviço no exterior, aprovação do respectivo regulamento de pessoal e definição da categoria funcional de oficial de chancelaria do Ministério das Relações Exteriores.

Como pré-condição para o desenvolvimento do processo de reforma administrativa, foram ainda adotadas algumas medidas e realizados estudos com vistas a:

— fixação das diretrizes da política de pessoal do setor público;

— elaboração de novo estatuto para funcionários públicos civis da União;

— elaboração dos planos de classificação e redistribuição de cargos e funções, de formação e desenvolvimento de recursos humanos e de previdência e assistência ao funcionário público e à sua família;

— concessão do 13º salário aos servidores estatutários e militares da União, inclusive os em inatividade; e

— aumento salarial de 25% aos servidores públicos, superior à inflação do período março/dezembro de 1986.

Outras atividades desenvolvidas pela SEDAP no decorrer de 1986 foram:

— realização de auditoria dos veículos oficiais nos órgãos localizados nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Goiânia, Salvador, Recife, Porto Alegre, Fortaleza, Belo Horizonte e Natal;

— regulamentação da concessão do vale-transporte nos estados e territórios;

— desenvolvimento de projeto, juntamente com a Secretaria Especial de Informática, para

fornecer informações sobre a administração pública federal, através de banco referencial de dados;

— desenvolvimento de estudos, juntamente com o Arquivo Nacional, com vistas a implantar uma base de dados capaz de informar sobre as estruturas organizacionais da administração pública federal desde o período colonial, assim como servir de instrumento de assessoria aos legisladores e demais organismos públicos empenhados em reformas administrativas;

— realização de 22 programas de treinamento de servidores administrativos e de 357 concursos públicos, com indicação de 2.962 candidatos habilitados, de nível superior e médio; e

— redistribuição, movimentação ou transferência de 3.128 servidores para diversos órgãos da administração federal, e inclusão, nas tabelas permanentes, de 85.217 servidores das tabelas especiais, emergenciais e provisórias.

Principais ações previstas para 1987

Além das tarefas rotineiras associadas a suas atribuições normais, a SEDAP dedicar-se-á à conclusão das próximas etapas da reforma administrativa, e deverá ampliar seu campo de atuação através de novas linhas que visarão a aprimorar o serviço público e adequá-lo à modernização da sociedade brasileira.

Sob o aspecto global, encontram-se também inseridos no programa de trabalho:

— a estruturação da própria Secretaria de Administração Pública da Presidência da República;

— o prosseguimento dos estudos, pelo GERAP, das propostas de reorganização estrutural e funcional dos órgãos e entidades da administração direta e indireta, no amplo contexto da reforma administrativa, com vistas à melhoria da eficiência dos serviços e da eficácia da ação governamental;

— implantação imediata da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP);

— implantação, na Fundação Centro de Formação do Servidor Público (FUNCEP), do Centro de Desenvolvimento de Administração Pública (CEDAM);

— conclusão de convênio, como o Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal, para apoio às atividades da SEDAP em geral;

— constituição de um grupo consultivo de políticas públicas, com a função de estudar e orientar programas de modernização administrativa, pesquisa e debate de temas políticos e econômicos, intercâmbio de experiências internacionais, publicação e difusão de estudos e comunicação social;

— estruturação das atividades de pesquisa, segundo diretrizes do grupo consultivo de políticas públicas, a cargo da FUNCEP;

— implantação do cadastro nacional do pessoal civil nos órgãos e entidades da administração pública indireta;

— desenvolvimento de metodologia para implantação das auditorias de pessoal, operativa e organizacional;

— padronização dos materiais para uso comum na administração e implantação do sistema nacional de catalogação de material; e

— implantação, como projeto piloto, do plano de cargos e salários dos servidores das entidades autárquicas do Sistema Integrado da Previdência e Assistência Social (SINPAS).

V. APÊNDICE ESTATÍSTICO

TABELA I

Brasil: Evolução de Alguns Indicadores Macroeconômicos

1980 — 1986

Períodos	Produto Real ⁽²⁾		Massa de Salários Reais na Indústria Paulista ⁽⁴⁾			Utilização da Capacidade Instalada ⁽⁵⁾	
	Inflação ⁽¹⁾	Total	Desemprego ⁽³⁾		Massa de Salários		
			Per Capita	Salário Médio Real	Nível de Emprego		
1980	94,6	7,2	4,6	5,3	3,6	9,1 84	
1981	92,7	-1,6	-3,7	7,9	8,5 -6,9	1,0 77	
1982	103,3	0,9	-1,2	6,3	11,8 -4,9	6,3 75	
1983	164,4	-3,2	-5,3	6,7	-6,6 -7,8	-13,3 74	
1984	208,9	4,5	2,3	7,1	7,1 -0,3	6,8 74	
1985	233,7	8,3	6,0	5,3	12,8 8,4	22,3 78	
1986 ⁽⁶⁾	75,5	7,7	5,4	3,6	15,0 9,5	26,0 83	
		(62,4)					

Fonte: Fundação IBGE, Fundação Getúlio Vargas e FIESP

- Notas: (1) Taxas de inflação segundo a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), elaborado pela Fundação IBGE. A taxa em parênteses refere-se a 1986 representa a inflação nesse ano (IPCA até outubro e INPC a partir de novembro).
- (2) Taxas de crescimento anuais
- Taxa média de desemprego em relação à População Economicamente Ativa (PEA) nas seis principais regiões metropolitanas do País.
- (4) Taxa de crescimento anual da massa de salários reais da indústria de transformação no Estado de São Paulo. Utilizou-se como deflator o Índice de Preços ao Consumidor de São Paulo, elaborado pela Fipe.
- (5) Nível de utilização da capacidade instalada na indústria de transformação no Brasil, estimado pela Fundação Getúlio Vargas
- (6) Estimativas para 1986.

TABELA II
Brasil: Taxas de Crescimento do Produto Real
1985 — 1986

(%)

Setores e Subsetores	1985	1986 ⁽¹⁾
Setor Primário		
Lavouras	8,8	-7,0
Produção Animal e Derivados	13,6	-10,0
	1,3	-2,5
Setor Secundário		
Indústria de Transformação	9,0	12,0
Estrativa Mineral	8,3	12,1
Construção Civil	11,5	3,5
Serv. Ind. Util. Pública	11,3	15,0
	10,2	9,0
Setor Terciário		
Comércio	7,7	8,0
Intermediários Financeiros	8,7	13,0
Transportes	10,0	0,0
Comunicações	4,6	9,5
Governo	16,9	17,0
	2,4	2,4
Produto Real	8,3	7,7

Fonte: FGV e Fundação IBGE.

Nota: (1) Estimativas preliminares com base em dados até outubro

TABELA III
Brasil: Taxas de Crescimento da Produção Industrial
1985 — 1986

Categorias de Uso	1983	1984	1985	1986 ⁽¹⁾	(%)
Indústria Geral	-5,60	6,67	8,45	11,32	
Extrativa Mineral	14,80	27,27	11,50	4,11	
Ind. Transformação	-6,15	5,99	8,30	11,68	
Bens de Capital	+19,44	12,79	12,25	22,71	
Bens Intermediários	-2,81	9,85	7,18	8,47	
Bens de Consumo	-4,79	0,26	9,13	11,92	
Durável	1,3,38	4,46	15,12	21,84	
Não Durável	-5,06	1,47	7,88	9,69	

Fonte: Fundação IBGE

Nota: (1) Variação no período janeiro-novembro/86 em relação a igual período de 1985

TABELA IV
Brasil: Necessidades de Financiamento do Setor Público
Conceito Operacional
1981 — 1986

Itens	1981		1982		1983		1984		1985		1986	
	Valor	% s/PIB	Valor	% s/PIB	Valor	% s/PIB	Valor	% s/PIB	Valor	% s/PIB	Valor	% s/PIB
TOTAL	1.532	6,0	3.694	7,3	5.251	4,4	10.558	2,7	58.141	4,3	100.669	2,8
Governo Central	461	1,8	1.518	3,0	1.343	1,1	-1.991	-0,5	-7.819	-0,6	65.326	1,8
Governos Estaduais e Municipais	361	1,4	756	1,5	328	0,3	-1.378	-0,4	9.559	0,7	5.276	0,1
Empresas Estatais	708	2,7	1.849	3,6	3.469	2,9	4.372	1,1	31.844	2,3	47.561	1,3
Agências Descentralizadas	-14	0,0	154	0,3	20	0,0	-483	-0,1	-2.015	-0,1	3.490	0,1
Previdência Social	52	0,2	-121	-0,2	-125	-0,1	445	0,1	-2.217	-0,2	-11.853	-0,3
Fundos e Programas	-36	-0,1	-462	-0,9	206	0,2	1.189	0,3	-4.791	-0,4	-8.750	-0,2
PIB (Cz\$ Milhões)	25.632		50.815		120.268		386.967		1.364.124		3.559.778	

Fonte: Banco Central do Brasil

TABELA V
Brasil: Indicadores do Setor Externo
1980 — 1986

US\$ Milhões

Itens	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986 ⁽¹⁾
1. Exportações	20.132	23.293	20.175	21.899	27.005	25.639	22.393
2. Importações	22.955	22.091	19.395	15.429	13.916	13.153	12.866
3. Balança Comercial (1—2)	-2.823	1.202	780	6.470	13.089	12.486	9.300
4. Juros (líquidos)	-6.311	-9.161	-11.353	-9.555	-10.203	-9.660	-9.300
5. Outros Serviços e Transferências	-3.673	-3.775	-5.737	-3.752	-2.369	-2.524	-3.100
6. Saldo em Conta Corrente (3+4+5)	-12.807	-11.734	-16.310	-6.837	517	302	-2.873
7. Conta Corrente/ PIB (%)	(5,1)	(4,2)	(5,8)	(3,3)	0,2	0,1	(1,1)
8. Investimentos Diretos (líquido)	1.121	1.584	992	664	1.076	720	-100
9. Hiato de Recursos (6—4+8)	-5.375	-989	-3.965	3.382	11.796	10.682	6.327

Fonte: Banco Central do Brasil

Nota: (1) Estimativas preliminares

TABELA VI
BRASIL: Indicadores de Endividamento Externo
1980 — 1986

Anos	Reservas Internacionais ⁽²⁾	Dívida Líquida	Serviço da Dívida Exportações (%)	US\$ Milhões	
				Dívida Líquida/PIB (%)	
1980	6.913	46.934	64,6	18,8	
1981	7.507	53.904	71,5	19,5	
1982	3.994	66.204	72,2	23,4	
1983	4.563	76.756	67,8	36,8	
1984	11.996	79.096	48,4	37,5	
1985	10.482	85.375	46,4	38,8	
1986 ⁽¹⁾	6.856	97.944	53,6	37,5	

Fonte: Banco Central do Brasil, 'Programas Econômicos', nov/86 e FUNCEX.

Notas:(1) Estimativas preliminares

(2)Conceito de Liquidez Internacional, definido como: reservas em ouro + DES + Posição no FMI + Divisas Conversíveis

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte e da Câmara dos Deputados, Deputado Ulysses Guimarães, Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Moreira Alves, Srs. Ministros de Estado, Srs. Representantes do Corpo Diplomático, demais autoridades civis, militares e eclesiásticas, Srs. Líderes, Srs. Congressistas, Senhoras e Senhores: cumprindo preceito constitucional, instalamos, hoje, a Primeira Sessão Legislativa Ordinária da quadragésima oitava Legislatura, sob condições particularmente singulares em nossa história política.

A caminhada para a democratização do País, iniciada há anos pelo idealismo e a coragem de alguns brasileiros, atinge agora o seu ponto culminante com a Assembléia Nacional Constituinte, em funcionamento desde 1º de fevereiro último.

O Presidente José Sarney, ao convocar a Constituinte, livre e soberana, resgatou o principal compromisso político-institucional da Nova República.

Mas a Emenda Constitucional que formalizou a sua convocação preservou o Senado Federal, a Câmara dos Deputados e o Congresso Nacional, com as atribuições pertinentes à legislação ordinária.

O que nos cabe agora, conscientes da total e absoluta prioridade da Assembléia Nacional Constituinte, é compatibilizar o seu funcionamento com os trabalhos das duas Casas e do Congresso Nacional.

Na verdade, depois de mais de vinte anos de autoritarismo desenfreado, a Constituinte vai nos retirar do caos institucional a que nos levou o Movimento Militar de 1964. É bastante lembrar que, no Brasil de hoje, não há uma Constituição, mas apenas uma carta outorgada pelo arbitrio dos Ministros Militares, nos idos de 1969.

A Constituinte, portanto, veio para reorganizar a ordem jurídica, na linha de um projeto genuinamente democrático.

Pesa sobre a Assembléia Nacional Constituinte, composta por Representantes escolhidos nas urnas para atribuições de tão elevadas responsabilidades, o ônus de uma grande expectativa nacional de resgatar os compromissos assumidos na Campanha eleitoral com milhões de brasileiros.

Todos sabemos do esvaziamento de atribuições que sofreu o Poder Legislativo nos últimos

anos. Ainda vivemos sob a égide de uma ordem jurídica que, deliberadamente marginalizou o Parlamento das grandes decisões nacionais. No atual sistema, o Congresso Nacional aprecia, apenas, 25% de toda a despesa pública, que é o orçamento fiscal, ficando os orçamentos monetário e das estatais na órbita do Executivo.

A nova Constituição haverá de incluir normas que decidam questões fundamentais, como uma reforma tributária que assegure maior autonomia financeira aos Estados e Municípios; a restauração plena das prerrogativas do Poder Legislativo; a democratização da vida partidária, inclusive com a adoção do sistema de eleições primárias para a escolha dos candidatos aos postos eletivos; as reformas agrária e urbana; o sistema de governo.

E se nos asfigura também essencial que a nova Constituição, ao fortalecer o Poder Legislativo, coloque sob sua competência a fixação das diretrizes globais e setoriais do planejamento governamental e da política econômica, pois é inadmissível, num regime plenamente democrático, que o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central tenham mais poder do que o Congresso Nacional, que é a expressão maior da vontade popular. (Palmas.)

Promulgada a nova Constituição, restabeleceremos no País o Estado de Direito, que consolidará o nosso processo de democratização, iniciado na praça pública com o apoio das multidões, nas campanhas das "Diretas-Já" e da eleição do inesquecível Presidente Tancredo Neves.

Essas campanhas foram o alicerce da Nova República que, por sua vez, prometeu mudar o Brasil, política, econômica e socialmente.

O Presidente José Sarney, que assumiu o Governo sob o impacto emocional de uma grande tragédia, tornou decisões patrióticas e corajosas na direção daqueles compromissos com a Nação.

No campo político institucional, caminharemos, celeremente, para a plenitude democrática, com a legalização dos partidos e entidades clandestinas; com o restabelecimento das eleições diretas, em todos os níveis; com o recadastramento eleitoral; com a revogação da Lei Falcão e, afinal, com a convocação da Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana.

Realmente, ainda há resquícios de autoritarismo que precisam ser definitivamente expurgados da ordem jurídica vigente. Urge a revisão substancial da Lei de Segurança Nacional, da Lei de Imprensa, da Lei das Inelegibilidades, da Lei dos Estrangeiros e da Lei de Greve.

Entretanto, essa tarefa do legislador ordinário dependerá agora da Constituinte. Após a nova Constituição, vamos desempenhá-la, sem demora, para que os direitos individuais e sociais possam ser exercidos em toda a sua dimensão, numa democracia autêntica e estável.

No campo econômico, é indiscutível a profunda reforma estrutural introduzida pelo Presidente José Sarney através do Plano Cruzado, cujos principais objetivos foram: o combate sistemático e eficaz à inflação; o crescimento econômico; a criação de novos empregos.

São inegáveis, porém, as distorções do Plano Cruzado que precisam ser urgentemente corrigidas, para que esse arrojado programa econômico retome a confiança popular. São preocupantes, por exemplo, as altas taxas de juros que, a persistirem no mercado, tenderão a realimentar cada dia mais, a chamada "ciranda financeira", cuja extinção foi um dos aspectos mais positivos do Plano Cruzado.

Ainda no campo econômico, grande é a expectativa nacional quanto ao grave problema do nosso endividamento externo. Mereceu aplausos gerais a decisão presidencial de suspender o pagamento do serviço da dívida que estava consumindo anualmente doze a quinze bilhões de dólares, com sérios prejuízos para o nosso desenvolvimento.

Sensibiliza-nos a idéia de uma auditoria na dívida externa brasileira, para separarmos o joio do trigo. E ao mesmo tempo cumpre-nos, nesse setor, enfatizar a clara posição, contra o monitoramento da economia brasileira pelo Fundo Monetário Internacional. (Palmas.)

No campo social, além das prioridades selecionadas pela Nova República, visando à alimentação das populações carentes, devemos insistir na concretização da reforma agrária que pretende democratizar o direito de propriedade, para incorporar, ao mercado de consumo interno, milhões de brasileiros, hoje, inteiramente marginalizados do nosso processo produtivo. (Palmas.)

Srs. Congressistas, o Congresso Nacional, renovado e engrandecido pela legitimidade dos mandatos conquistados nas eleições mais livres que já tivemos no País, está cônscio do papel secundário que lhe é reservado, durante o período de funcionamento prioritário da Assembléia Nacional Constituinte. Mesmo assim, porém, procurará cumprir a sua missão constitucional, conjunta ou separadamente, através do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. (Palmas.)

Enquanto a Assembléia Nacional Constituinte, por ser o constituinte originário, tem absoluta e total soberania para fazer a nova Constituição, podendo até abolir a Federação e a República e restaurar a Monarquia, o Congresso que detém o poder constituinte derivado, possui apenas a competência de emendar a Constituição vigente. Neste particular, aliás, estaremos prontos, a qualquer hora, para servir aos altos designios da Assembléia Nacional Constituinte, contanto que ela funcione num clima de absolutas e plenas garantias.

Ao Congresso retornaram alguns parlamentares, todavia a grande maioria é constituída dos

que nela têm assento pela primeira vez, representantes dos diversos matizes da raça, da cultura e das aspirações populares. O novo Congresso Nacional saúda também a presença, em seus quadros, pela primeira vez, de representantes do Distrito Federal. (Palmas.)

Sob a proteção de Deus, vamos trabalhar, para prestigiar aos olhos da Nação a imagem do Poder

Legislativo, dando tudo de nós pelo êxito da Assembléia Nacional Constituinte, que há de escrever, para o Brasil, sob o comando de Ulysses Guimarães, uma Constituição sintética, democrática e progressista, como o deseja e espera o povo brasileiro. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Declaro cumprida a finalidade da sessão. A Presi-

dência convoca sessão do Senado Federal, a realizar-se dia 9 de março, às 18h e 30min.

Agradeço às autoridades civis e militares, diplomáticas e eclesiásticas que nos honraram com o seu comparecimento, convidando-as para uma recepção no Salão Nobre do Senado Federal.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se à sessão às 11 horas e 6 minutos.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

VIA-SUPERFÍCIE

Anual	Cz\$ 116,00
Semestral	Cz\$ 58,00
Exemplar Avulso	Cz\$ 0,17

SEÇÃO II (Senado Federal)

VIA-SUPERFÍCIE

Anual	Cz\$ 92,00
Semestral	Cz\$ 46,00
Exemplar Avulso	Cz\$ 0,17

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque pagável em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF, conta-corrente nº 920001-2, a favor do:

Centro Gráfico do Senado Federal

Praca dos Três Poderes — Caixa Postal 1203 — Brasília — DF

CEP.: 70.160

**Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF**